



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Brasília
2014



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão da Caixa Econômica Federal - CAIXA, agregando a gestão da CAIXA – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais e da Caixa Banco de Investimentos (CAIXA BI), apresentado ao Tribunal de Contas da União – TCU como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Brasília, 30 de maio de 2014

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO	6
2.	PLANEJAMENTO E DESEMPENHO DA GESTÃO	7
2.1.	Objetivos e Iniciativas do Plano Plurianual – PPA de responsabilidade da CEF com financiamento de origem extraorçamentária	7
2.2.	Informações de Natureza Social e Ambiental, as ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade	12
2.3.	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial apresentadas na Tabela Ibase:	12
2.3.1.	Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	12
2.3.2.	Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	12
2.4.	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes	13
3.	FUNDO SOCIOAMBIENTAL	13
3.1.	Informações gerais sobre o Fundo Socioambiental – FSA Caixa	13
3.1.1.	Criação	13
3.1.2.	Objetivo	13
3.1.3.	Origem dos Recursos	14
3.1.4.	Estrutura do FSA Caixa	14
3.1.5.	Plano de Aplicação	14
3.1.6.	Modalidades de Aplicações dos Recursos	15
3.2.	Valores comprometidos e desembolsados no exercício por linha temática	15
3.3.	Detalhamento dos projetos em andamento no exercício a que as contas se referem	15
3.4.	Destaque para alguns resultados alcançados no período (efetividade/impacto das ações).	16
3.4.1.	Projeto: Geração de Renda e Energia	16
3.4.2.	Projeto: Lixo Eletroeletrônico e Responsabilidade Socioambiental	16
3.4.3.	Projeto: Turismo Eco Cultural com Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	17
4.	AUTOCONTROLE DA GESTÃO	18
4.1.	Avaliação da estrutura de controles internos	18
5.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20
5.1.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação	20
6.	CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	22
6.1.	Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e aos membros da Diretoria (Lei 9.292/1996)	22
6.2.	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	24

6.3.	Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos	25
6.4.	Informações sobre as medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário	25
6.4.1.	Quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas	25
6.4.2.	Quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU nº 71/2012	25
6.4.3.	Quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União	25
6.5.	Demonstrativo do cadastramento, no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da IN 55/2007.Tabela 14 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).	26
6.6.	Informações quanto à aderência da Caixa aos critérios relacionados à separação de resíduos recicláveis descartados	28
6.7.	Informações sobre a existência de trabalhadores terceirizados que se enquadrem nas situações irregulares constatadas a partir da aplicação dos critérios estabelecidos nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 2.303/2012 – Plenário.	28
7.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	29
7.1.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76	29
7.2.	Relatório Resumido do Comitê de Auditoria.	29
7.3.	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	29
7.4.	Informações sobre a prestação de outros serviços por parte do auditor independente que não sejam de auditoria externa (Instrução CVM 381/2003).	29
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO	29
9.	RESULTADOS E CONCLUSÕES	29



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação	06
Tabela 2 – Iniciativas Orçamentárias	07
Tabela 3 - Caixa – Investimento no Ativo Imobilizado	07
Tabela 4 - Iniciativas Orçamentária com financiamento de origem extraorçamentária	08
Tabela 5 - Execução das Iniciativas Orçamentárias com Financiamento Extraorçamentário	10
Tabela 6 - Valores FSA Caixa Comprometidos por Planos de Aplicação e Linhas Temáticas	15
Tabela 7 - Valores FSA Caixa Comprometidos e Desembolsados – ACF ² assinados	15
Tabela 8 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	18
Tabela 9 - Gestão da Tecnologia da Informação	20
Tabela 10 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	22
Tabela 11 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	23
Tabela 12 Síntese da Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	24
Tabela 13 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	24
Tabela 14 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	26
Tabela 15 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	27
Tabela 16 - Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	27
Tabela 17 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	27

INTRODUÇÃO

O presente Relatório apresenta um conjunto de informações, documentos e demonstrativos financeiros relativos à gestão da Caixa Econômica Federal – Caixa, no exercício de 2013, e foi organizado de maneira que possibilite a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão. O conteúdo do Relatório agrega informações sobre a gestão da Caixa – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais e da Caixa Banco de Investimentos (Caixa BI), sendo que foram adotadas as providências necessárias para constituição e funcionamento do Caixa BI, conforme Ofício Caixa 386, de 18 de outubro de 2012, encaminhado ao Banco Central do Brasil.

A elaboração do Relatório de Gestão - RG obedeceu ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e na Decisão Normativa do TCU nº 127/2013, a qual estabelece os conteúdos do RG, bem como nas orientações da Portaria TCU nº 175/2013 e da Controladoria Geral da União – CGU nº 133/2013.

Os itens listados a seguir se aplicam à natureza jurídica da Caixa, mas não correspondem a atos do exercício analisado, portanto, não fazem parte deste Relatório:

- Item 2.5 - Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes.
- Item 7.4 - Informações sobre a prestação de outros serviços por parte do auditor independente que não sejam de auditoria externa (Instrução CVM 381/2003).

Os itens relacionados a seguir devem ser protegidos por sigilo respaldado pelo Decreto 7.724/12, que regulamentou a Lei de acesso à informação (12.527/11), e determinou no parágrafo 2º do artigo 5º: [...] *Não se sujeitam ao disposto neste Decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.*

- Objetivos empresariais de natureza Econômico-Financeira, Social e Ambiental do mapa estratégico 2012-2022.
- Relatórios semestrais sobre os controles internos da entidade.
- Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU.
- Informações sobre o tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula.

Conforme anexo II, Parte C, da Decisão Normativa TCU nº 127, a Caixa deve apresentar o Relatório de Gestão 2013 de forma customizada, relacionando exclusivamente os conteúdos solicitados naquela DN.

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 1 – Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 1929
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal			
Denominação abreviada: CAIXA ou CEF			
Código SIORG: 0091	Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: Não se aplica
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 00.360.305/0001-04	
Principal Atividade: Serviços Financeiros			Código CNAE: 6423-9
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-9000 PABX	(61) 3206-0173 Presid.	(61) 3206-9732 Fax
E-mail: presidencia@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 04, lotes 3/4, Ed. Matriz I, CEP: 70092-900 Brasília - DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais			
Denominação abreviada: CEF/ Dep. Jud. e Extr.			
Código SIORG: 1929	Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 179154
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Executora – mandatária da União			Código CNAE: Não se aplica
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-9532	(061) 3206-9713	(061) 3206-0152
E-mail: genef@Caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.Caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 04, lotes 3/4, Ed. Matriz I, 2º andar CEP: 70092-900 Brasília - DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
UJ Agregadora: Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969			
UJ Agregada: Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
UJ Agregadora: Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Não se aplica			

2. PLANEJAMENTO E DESEMPENHO DA GESTÃO

2.1. Objetivos e Iniciativas do Plano Plurianual – PPA de responsabilidade da CEF com financiamento de origem extraorçamentária

Na metodologia utilizada para o PPA 2012-2015, a Caixa compõe a perspectiva operacional e é responsável apenas pela execução das iniciativas, estando os objetivos, metas e indicadores sob a responsabilidade dos diversos ministérios.

No ano de 2013, a Instituição participou de 21 iniciativas inseridas no PPA 2012-2015, 07 orçamentárias e 14 orçamentárias com financiamento de origem extraorçamentária, conforme programas e objetivos descritos abaixo:

Tabela 2 - Iniciativas Orçamentárias

Programa 0781 – Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	
Iniciativas	3252 - Instalações de pontos de atendimento bancário.
	3286 - Instalação de bens imóveis - Comércio e Serviços de Administração Geral (Edificações da Caixa Cultural de Brasília e São Paulo).
	4101 - Manutenção e adequação de bens imóveis.
	4102 - Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.
	4106 - Manutenção de infraestrutura de atendimento.
	111U - Instalação do Complexo Datacenter - Consórcio BB - Caixa (DF).
	4103 - Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento nacional.

Para as 07 Iniciativas Orçamentárias que integram o Orçamento de Investimento Federal foi liberado o montante de R\$ 1,7 bilhão em 2013, conforme descrito a seguir.

Tabela 3 - CAIXA – Investimento no Ativo Imobilizado

PROJETOS/ATIVIDADES	REALIZADO	
	Quantidade	Valor
3252 – Instalação de pontos de atendimento bancários.	502	455
4106 – Manutenção da infraestrutura de atendimento.	N/A	441
3286 – Instalação de bens imóveis.	1	24
4101 – Manutenção e adequação de bens imóveis.	N/A	67
4102 – Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.	N/A	40
111U – Instalação do Complexo Datacenter – Consórcio BB-Caixa (DF). *	1	47
4103 – Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento nacional.	N/A	680
TOTAL	504	1.754

Valor em Milhões

Fonte: GEORC - Gerencia Nacional Orçamento

*A Iniciativa 111U – Instalação do Complexo Datacenter – Consórcio BB-CAIXA (DF) encontra-se concluída, com o complexo instalado.

Tabela 4 - Iniciativas Orçamentárias com financiamento de origem extraorçamentária

Programa 2076 – Turismo	
Objetivo	0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.
Iniciativa	Disponibilização de linhas de crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo país.
Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	
Objetivo	0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.
Iniciativa	Capacitar às pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas.
Iniciativa	Concessão de crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população.
Iniciativa	Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (consórcio, seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes.
Iniciativa	Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010.
Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito	
Objetivo	0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.
Iniciativa	Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos - Pró-Transporte - PAC Mobilidade Grandes Cidades. Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte. Agente Operador Caixa Econômica Federal.
Objetivo	0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os pólos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.
Iniciativa	Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização Copa do Mundo de Futebol de 2014 nas cidades sede (Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações.
Objetivo	0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.
Iniciativa	Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária em regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.
Programa 2049 – Moradia Digna	
Objetivo	0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.
Iniciativa	Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental.
Objetivo	0383* - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.
Iniciativa	Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado.

Objetivo	0384* - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.
Iniciativa	Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado.
Programa 2071 – Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	
Objetivo	Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda.
Iniciativa (incluída)	04FT - Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado sob a responsabilidade da Caixa para retorno àquele Ministério - Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer.

*Os Objetivos 0383 E 0384 apresentam Iniciativas que se desdobram em: FGTS – Financiamento Imobiliário Habitacional e FGTS - Subvenção Econômica para Financiamento Imobiliário Habitacional, totalizando quatro iniciativas.

Quanto às iniciativas orçamentárias com financiamento de origem extraorçamentária, obteve-se um total realizado de R\$ 47,4 bilhões das metas financeiras definidas para 2013, conforme quadro abaixo:

Tabela 5 - Execução das Iniciativas Orçamentárias com Financiamento Extra orçamentário

2013					
Programa	Iniciativa	Gestor	Meta Física Quantidade	Realizado Quantidade	Realização Financeira (%)
			Meta Financeira (R\$)	Realizado Financeiro (R\$)	
2076 – Turismo	Disponibilização de linhas de crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo país.	Vice-Presidência de Negócios Emergentes Diretoria Executiva Cartões e Financiamento Gerência Nacional Cartões Segmento	573.732	1.181.484	206
			1.359.031.960	1.595.073.699	117
2049 – Moradia Digna	Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado.	Vice-Presidência Habitação Diretoria Executiva Habitacao Gerência Nacional Operações Imobiliarias	N/A	N/A	-
			12.965.000.000	33.042.726.459	254
	Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado.	Vice-Presidência Habitação Diretoria Executiva Habitacao Gerência Nacional Operações Imobiliarias	N/A	N/A	-
			16.500.000.000	8.174.748.724	49
Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental.	Vice-Presidência Governo Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura Gerência Nacional Gestão de Crédito San. e Infra.	N/A	N/A	-	
		1.000.000.000	231.567.895	23	
2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito	Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização Copa do Mundo de Futebol de 2014 nas cidades sede (Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE), de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações.	Vice-Presidência Governo Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura Gerência Nacional Gestão de Crédito San. e Infra.	N/A	N/A	-
			553.000.000	908.243.392	164
	Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária em regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.	Vice-Presidência Governo Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura Gerência Nacional Gestão de Crédito San. e Infra.	N/A	N/A	-
			2.000.000.000	277.091.414	14
	Apoiar implantação, modernização e	Vice-Presidência Governo	N/A	N/A	-

	complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos.	Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura Gerência Nacional Gestão de Crédito Saneamento e Infraestrutura	4.000.000.000	261.326.045	7
2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas.	Vice-Presidência Varejo e Atendimento Diretoria Executiva Clientes e Estratégia de Varejo Gerência Nacional Estr. do Segmento Essencial	Não há meta financeira cadastrada no SIOP. Foram realizadas palestras presenciais a Clientes Prestadores de Serviço contratados pela Caixa, alunos adultos da rede pública de ensino e imigrantes MERCOSUL. Materiais sobre educação financeira estão em elaboração para serem distribuídos aos clientes da Instituição.		
	Concessão de crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população.	Vice-Presidência Varejo e Atendimento Diretoria Executiva Clientes e Estratégia de Varejo Gerência Nacional Estr. do Segmento Essencial	N/A	2.603.623	
	Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes.	Vice-Presidência Negócios Emergentes Diretoria Executiva Seguros Gerência Nacional Produtos de Seguradoras	N/A	1.147.698	
	Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010.	Vice-Presidência Varejo e Atendimento Diretoria Executiva Clientes e Estratégia de Varejo Gerência Nacional Estr. do Segmento Essencial	1.500.000	1.449.365	97
			30.000.000	28.987.300	97
2071 – Fomento ao desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado sob a responsabilidade da Caixa para retorno àquele Ministério - Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer.	Vice-Presidência Varejo e Atendimento Diretoria Executiva Clientes e Estratégia de Varejo Gerência Nacional Microempreendedorismo	730.000	957.011	131
			1.098.000.000	1.923.949.862	175

Fonte: Unidades da Caixa Econômica Federal

2.2. Informações de Natureza Social e Ambiental, as ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade

Em caráter complementar às informações atinentes ao público interno do Relatório de Sustentabilidade, informamos, nos moldes definidos pela NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, as ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade:

- Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade: 16.562.
- Número de processos trabalhistas julgados procedentes: 8.209.
- Número de processos trabalhistas julgados improcedentes: 1.411.
- Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça: R\$ 803 milhões.

2.3. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial apresentadas na Tabela Ibase:

2.3.1. Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça

Em 2013, a Caixa pagou R\$ 3.210.867,47 (três milhões duzentos e dez mil e oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos) referentes a despesas com multas provenientes dos PROCON e órgãos de defesa do consumidor, em todo o território nacional, conforme dados extraídos do Sistema de Planejamento Econômico-Financeiro da Caixa (SIPL0).

No âmbito das demandas judiciais, após pesquisas no Sistema Jurídico da Caixa (SIJUR), não foram localizadas decisões com trânsito em julgado desfavorável à Caixa, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

2.3.2. Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações

A Caixa criou, em 2013, o Comitê Delegado de Atendimento, do qual a Ouvidoria participa com a função de apresentar diagnósticos e análises qualitativas e quantitativas das reclamações dos clientes e assessorar as decisões do fórum.

Criado no Novo Modelo de Gestão da Empresa, o Comitê de Atendimento é um órgão de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, a quem compete deliberar sobre questões relacionadas ao atendimento e satisfação dos clientes da Caixa. Composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, o Comitê estabelece os objetivos a serem alcançados para satisfação dos clientes e o modelo de atendimento e relacionamento da Empresa, além de deliberar sobre mecanismos de monitoramento da satisfação dos clientes e sobre iniciativas para melhoria nos processos de atendimento Caixa.

A instituição do Comitê trouxe inúmeros avanços nas discussões relacionadas à prestação de serviços pela Caixa, por ser um fórum específico para aprofundamento das questões relacionadas ao tema. Os vice-presidentes das áreas diretamente envolvidas com a melhoria contínua do atendimento e de produtos e serviços conseguem designar os responsáveis por solucionar os apontamentos feitos pela Ouvidoria, bem como tornar rápidas e eficazes as ações implantadas. A estruturação desse fórum foi fundamental ao empreender maior celeridade do processo de identificação, proposição e solução de problemas apresentados pelos clientes.

Além de levar os diagnósticos diretamente ao Comitê Delegado de Atendimento, a Ouvidoria da Caixa também está em constante contato com os gestores de produtos e serviços da Empresa, conversando sobre melhorias dos produtos, processos e serviços prestados à população, sempre tomando como base as reclamações feitas pelos clientes.

2.4. Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes

Foi realizada pesquisa no Sistema Jurídico da Caixa – SIJUR e não foram localizadas decisões com o assunto “sigilo bancário”, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013, com trânsito em julgado desfavorável à Caixa.

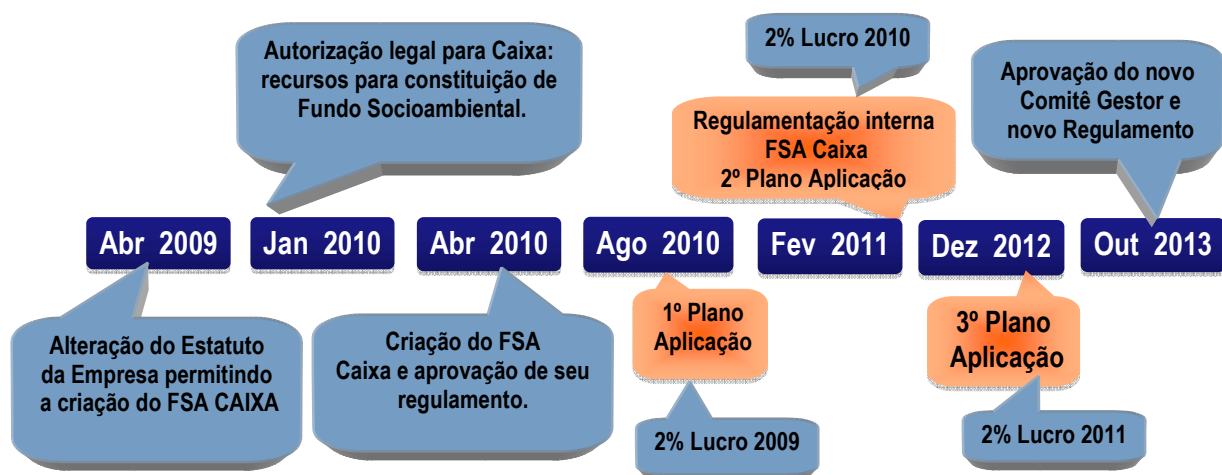
3. FUNDO SOCIOAMBIENTAL

3.1. Informações gerais sobre o Fundo Socioambiental – FSA Caixa

3.1.1. Criação

Desde sua criação, em 2010, o FSA Caixa vem apoiando financeiramente, em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, projetos socioambientais voltados para o desenvolvimento integrado e sustentável que beneficiam prioritariamente a população de baixa renda e alinhados às estratégias da Empresa e às diretrizes do Fundo.

FSA CAIXA



3.1.2. Objetivo

O Fundo Socioambiental Caixa tem como objetivo efetuar aplicações não reembolsáveis ou parcialmente reembolsáveis, destinadas especificamente a apoiar projetos e investimentos de caráter social e ambiental, que se enquadrem em programas e ações da Caixa, principalmente nas áreas de:

- Habitação de interesse social;
- Saneamento ambiental;
- Gestão ambiental;
- Geração de trabalho e renda;
- Saúde, educação, esporte e cultura;
- Justiça, alimentação e desenvolvimento institucional;

- Desenvolvimento rural;
- Desenvolvimento sustentável;
- Ações sociais que beneficiam população de baixa renda.

O FSA CAIXA é um fundo financeiro específico, com prazo de duração indeterminado, estruturado sob a forma de fundo de caixa, que visa também receber e aplicar recursos em conformidade com as disponibilidades financeiras e de acordo com as regras definidas por meio do seu Regulamento.

3.1.3. Origem dos Recursos

Os recursos do FSA Caixa são originários das dotações orçamentárias das seguintes fontes:

- Até 2% do lucro líquido ajustado da Caixa, relativo ao ano anterior, apurados após a dedução dos dividendos devidos ao Tesouro Nacional, acrescido do saldo orçamentário não realizado no ano anterior;
- Doações e transferências efetuadas à Caixa para as finalidades do Fundo;
- Repasses de fundos externos, públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Rendimentos de qualquer natureza, decorrentes de aplicações da parcela de suas disponibilidades sujeita a remuneração;
- Retorno de aplicações reembolsáveis.

3.1.4. Estrutura do FSA Caixa

Para garantir a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na aplicação dos recursos, a gestão do FSA Caixa é estruturada em dois níveis, sendo um de gestão exercido pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - RSA e o outro técnico-operacional exercido pela Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

O Comitê RSA, de natureza estratégica e caráter deliberativo e propositivo, é composto por representantes de seis vice-presidências e da presidência da Caixa. Cabe à Vice-presidência de Operações Corporativas, à presidência do Comitê Gestor e à Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental o apoio técnico-operacional do Fundo.

A operacionalização do Fundo conta também com as unidades regionais da Caixa, as quais analisam, acompanham e avaliam os projetos e as prestações de contas, além do relacionamento institucional realizado em conjunto com os canais de atendimento.

3.1.5. Plano de Aplicação

O Plano de Aplicação do FSA Caixa define, anualmente, as linhas temáticas, os eixos de atuação e a distribuição dos recursos para apoio aos projetos. O plano é elaborado pela área de apoio técnico do FSA Caixa, validado pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e aprovado pelo Conselho Diretor da Caixa.

Desde 2012, de forma alinhada aos Objetivos Empresariais Estratégicos da Caixa, os investimentos do FSA CAIXA são aplicados em projetos vinculados à Linha Temática Cidades Sustentáveis, de forma a canalizar recursos para ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

As intervenções apoiadas pelo FSA Caixa atendem, prioritariamente, a populações de baixa renda, em situação de vulnerabilidade socioambiental.

3.1.6. Modalidades de Aplicações dos Recursos

- Seleção Pública – é um processo de escolha de um conjunto limitado de projetos, nos segmentos ambientais e sociais, selecionados a partir de critérios divulgados em regulamentos específicos, elaborados com base nas diretrizes e linhas temáticas definidas no Plano de Aplicação do exercício.
- Apoio a Políticas Internas – caracteriza-se pela proposição de projetos estratégicos por entidades externas, doadores ou repassadores de recursos diretamente ao FSA Caixa, nos segmentos ambientais e sociais, de acordo com as diretrizes e as linhas temáticas definidas pelo Plano de Aplicação aprovado no exercício.
- Incentivo financeiro a negócios sustentáveis – modalidade destinada a contemplar as demandas oriundas das áreas de produto da Caixa, caracterizadas por solicitação de incentivo financeiro para ampliação de oferta de crédito, em projetos que comprovem adicionalidades socioambientais, os quais devem ser encaminhados ao FSA Caixa para análise.

3.2. Valores comprometidos e desembolsados no exercício por linha temática

Tabela 6: Valores FSA Caixa Comprometidos por Planos de Aplicação e Linhas Temáticas

	Plano de Aplicação 2010 (2% do lucro de 2009)	Plano de Aplicação 2011 (2% do lucro de 2010)	Plano de Aplicação 2012 (2% do lucro de 2011)
	R\$ 39.734.019,96 (A)	R\$ 48.654.708,54 (B)	R\$ 35.274.713,13 (C)
Total Aprovado (D)	R\$ 123.663.441,63		
Linha Temática	Valor comprometido	Valor comprometido	Valor comprometido
Cidades Sustentáveis	R\$ 7.807.488,37	R\$ 45.755.919,16	R\$ 30.103.793,69
Biodiversidade	R\$ 8.595.460,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DLS-ODM	R\$ 5.596.914,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Comprometido¹ (E)	R\$ 97.859.576,28 (E)		
Saldo (D-E)	R\$ 25.803.865,35 (D-E)		

¹O valor total comprometido corresponde ao somatório dos valores dos acordos assinados e acordos em negociação.

Fonte: Vice-Presidência Operações Corporativas/ Gerência Nacional Sustent e Respons Socioambiental

Tabela 7: Valores FSA Caixa Comprometidos e Desembolsados – ACF² assinados

Linha Temática	Valor comprometido - ACF assinados	Total desembolsado no exercício/2013
Cidades Sustentáveis	R\$ 34.909.678,35	R\$ 8.786.879,11
Biodiversidade	R\$ 8.595.460,94	R\$ 1.733.730,29
DLS-ODM	R\$ 5.596.944,82	R\$ 1.769.191,64
Total	R\$ 49.102.084,11 (A)	R\$ 12.289.801,04
Saldo (D-E)	R\$ 25.803.865,35 (D-E)	

²ACF: Acordo de Cooperação Financeira

Fonte: Fonte: Vice-Presidência Operações Corporativas/ Gerência Nacional Sustent e Respons Socioambiental

3.3. Detalhamento dos projetos em andamento no exercício a que as contas se referem

Conforme anexo I

3.4. Destaque para alguns resultados alcançados no período (efetividade/impacto das ações).

3.4.1. Projeto: Geração de Renda e Energia

- ✓ Local: Juazeiro/BA
- ✓ Instituição: DFV Solair Energias Renováveis Comércio e Indústria S.A. - Brasil Solair
 - 9.144 módulos solares instalados sobre o telhado das unidades habitacionais dos empreendimentos Morada do Rodeadouro e Praia do Salitre do Programa Minha Casa Minha Vida, localizados no município de Juazeiro/BA;
 - Aprovação pela ANEEL, da resolução que autoriza o projeto, que permite ligar os sistemas de geração na rede da COELBA, que serão conectados por meio de ramais de ligação das unidades;
 - Instalação de seis torres eólicas. Cinco profissionais contratados no processo de capacitação e treinamento, (moradores dos residenciais) sob o comando de um técnico da Brasil Solair, foram responsáveis pelo içamento e instalação dos aerogeradores. Os profissionais levaram onze dias para instalar duas torres de 2KW e quatro torres de 5KW, totalizando 24 KW.
 - A energia produzida, medida e contabilizada será comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL e consumida pela Caixa, em seu edifício sede, em Salvador, na condição de consumidor parcialmente livre.

3.4.2. Projeto: Lixo Eletroeletrônico e Responsabilidade Socioambiental

- ✓ Local: Brasília, Salvador e São Paulo.
- ✓ Instituição: Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente.
 - Catadores beneficiados com capacitação – das 6 integrantes diretas do projeto, 5 cooperativas de catadores foram capacitadas até janeiro de 2014. Porém foi dada oportunidade para que mais cooperativas das redes locais pudessem usufruir do aprendizado, tendo participado diretamente do curso de capacitação 44 catadores;
 - Famílias de catadores beneficiadas – contabilizando-se os catadores que fazem parte de todas as cooperativas que tiveram cooperados participando das capacitações (exceto as de Brasília, onde os cursos ainda estão em andamento), estima-se que 172 famílias foram beneficiadas;
 - Diferença entre o valor dos resíduos antes e depois do curso – no caso das cooperativas de São Paulo, embora elas já obtivessem um valor alto pelos resíduos eletrônicos, pois já haviam passado por uma capacitação, houve um aumento de R\$ 3,00/quilo para R\$ 4,33/quilo em média (cerca de 30% de aumento), pois devido ao seu grau de especialização e à quantidade que conseguiram processar em pouco tempo, já superaram um dos elos da cadeia do mercado de resíduos eletrônicos, evitando uma empresa processadora e vendendo diretamente para empresas que fazem o tratamento final.
 - Impacto na renda dos catadores – um dos resultados mais significativos já alcançados são os recursos obtidos pelas cooperativas que já conseguiram vender os componentes eletrônicos (Coopamare e Coopernova, de São Paulo). Até o mês de janeiro de 2014, essas cooperativas já haviam conseguido R\$ 11.000,00 (onze mil reais) com a venda dos resíduos eletrônicos corretamente segregados. Todos esses componentes foram destinados a empresas certificadas e foram tomados todos os cuidados para garantir a destinação final adequada e a possibilidade de rastreabilidade desses resíduos. Ressalta-

se que a reciclagem dos eletrônicos não implica o abandono da coleta e da triagem dos demais recicláveis (metais, plásticos, vidro e papel/papelão) por parte das cooperativas. Assim, os recursos obtidos com a venda dos recicláveis eletrônicos significou, para as cooperativas citadas, um importante acréscimo de rendimentos ampliando a “retirada” de todos os cooperados e não apenas dos que fizeram os cursos.

3.4.3. Projeto: Turismo Eco Cultural com Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

- ✓ Local: Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu Chapada Gaúcha, Arinos, Formoso, Urucuaia, Januária, São João das Missões, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi e Cocos (MG/BA)
- ✓ Instituição: Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão
 - Envolvimento de gestores públicos e prefeituras de 11 municípios nas discussões em torno das políticas de turismo, de desenvolvimento territorial, de proteção à biodiversidade e diversidade cultural do Cerrado, em específico do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu;
 - O público-alvo do projeto até o presente momento: lideranças comunitárias, professores da rede pública de ensino, gestores públicos, gestores de organização não governamental, representando cerca de 1.300 beneficiários diretos e 4.500 indiretos;
 - Formação de uma rede politizada de lideranças rurais, gestores públicos, educadores, agentes socioambientais de unidade de conservação (uc) e culturais dos municípios, a partir das capacitações e diálogos que estão sendo construídos;
 - Formação de redes colaborativas e de profissionais qualificados no campo do empreendedorismo ligado a hospedagem e alimentação, condução em áreas protegidas e da cultura;
 - Ampla participação de público nas atividades propostas;
 - Sensibilização, mobilização, capacitação e profissionalização do turismo a partir do envolvimento de lideranças rurais e mestres dos saberes tradicionais, o público alvo do projeto;
 - 946 pessoas capacitadas em Educação Ecocultural, Noções de Turismo e Empreendedorismo, sendo que destas 361 são educadores e atuam na Rede Pública de Ensino; 246 são trabalhadores e trabalhadoras rurais em comunidades tradicionais com trabalhos voltados ao Turismo de Base Comunitária;
 - Fortalecimento das expressões e manifestações tradicionais;
 - Criação do site www.mosaicosvp.com.br que recebeu 18.000 visualizações com o Flickr “Encontro dos Povos”;
 - Dois números de jornal publicados e distribuídos pelo território;
 - Classificado entre os 60 projetos indicados ao Prêmio ODM Brasil, do Governo Federal;
 - Sensibilização quanto à fragilidade do cerrado e as demandas reais para a sua conservação/preservação;
 - Abertura para uma nova possibilidade de desenvolvimento territorial, com base em proteção ao cerrado, justiça e equidade social, empoderamento político, participação popular, diálogos transversais de políticas públicas e geração de trabalho e renda.

- Fortalecimento do evento Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Aumento do número de visitantes e das possibilidades de parcerias.

4. AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1. Avaliação da estrutura de controles internos

Tabela 8 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
Avaliação de Risco					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente				X	

de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
<p>a) A avaliação do Item 4 considerou o Manual Normativo RH103 – Código de Ética da Caixa – Versão 031 – publicada em 12/12/2013.</p> <p>b) A avaliação dos itens 3 e 26 considerou a Avaliação de Clima organizacional, ocorrida em 2013.</p> <p>c) O Item 5 foi avaliado considerando o Manual Normativo OR002 – Manual Normativo – Versão 067 – publicada em 22/07/2013, que estabelece critérios para a disponibilização e armazenamento de informações normativas padronizadas e estruturadas a todas as unidades da Caixa e da CAIXAPAR, por meio do SISMN – Sistema de Manual Normativo – HTTP://sismn.Caixa</p> <p>d) A avaliação do item 8 considerou-se que, apesar da segregação de funções constar da Política de Controle Interno e <i>Compliance</i>, na Diretriz de Controles Preventivos, não existe trabalho estruturado, com dados disponíveis, que possa comprovar a existência da segregação em todas as atividades onde se faz necessária. Destaque-se, no entanto, que as segregações definidas em norma, tais como a de Gestão de Recursos de Terceiros, estão devidamente atendidas.</p> <p>e) A avaliação dos itens 10 e 11 considerou o andamento da construção do desdobramento do Planejamento Estratégico.</p> <p>f) Na avaliação do Item 19 foram consideradas as seguintes políticas: Manual Normativo PO002 – Política de Controles Internos e <i>Compliance</i>; Manual Normativo PO003 – Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Caixa; Manual Normativo PO013 – Política de Continuidade dos Negócios da CAIXA; Manual Normativo PO019 – Política de Gerenciamento de Risco Operacional da Caixa; Manual Normativo PO027 – Política de Segurança da Informação da Caixa.</p> <p>g) A avaliação do Item 28 considerou a atividade de Monitoramento do Sistema de Controles Internos, cujos resultados são consolidados semestralmente, bem como os trabalhos de avaliação da Auditoria Interna.</p> <p>h) Os demais itens foram avaliados a partir da percepção da Superintendência Nacional de Controle Institucional, considerando as informações disponibilizadas pelas áreas gestoras no Relatório de Controles Internos e outras informações institucionais e instrumentos de controle utilizados pela Caixa.</p>					

5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação

Tabela 9 - Gestão da Tecnologia da Informação

1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
X	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
X	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	

	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

6. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

6.1. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e aos membros da Diretoria (Lei 9.292/1996)

Tabela 10 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			
Órgão: Dirigentes (Presidente; Vice-Presidentes; Diretoria Executiva e Diretoria Jurídica)			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros: 01 Presidente; 11 Vice-Presidentes; 20 Diretores Executivos e 01 Diretor jurídico	33	13	13
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) salário ou pró-labore	11.202.617,73	5.870.766,00	4.966.234,37
b) benefícios diretos e indiretos	906.643,80	424.853,80	445.482,13
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) bonus			
b) participação nos resultados	601.207,06	640.670,24	550.290,20
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	12.710.468,59	6.936.290,04	5.962.006,70
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	724.291,46	199.471,87
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Relações do Trabalho e Provedimento – GERET

Tabela 11 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Antonio Henrique P. Silveira	23/12/11		3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.866	3.866	3.866	44.133
Jorge Fontes Hereda	29/03/11		3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.866	3.866	3.866	44.133
Liana do Rego Motta Veloso	14/05/12					3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.866	3.866	3.866	33.288
Marden de Melo Barboza	16/06/09		3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.866	3.866	3.866	44.133
Maria Fernandes Caldas	17/06/11		3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.866	3.866	3.866	44.133
Ricardo Soriano de Alencar	11/01/10		3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.866	3.866	3.866	44.133
															253.953
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Adriano Pereira de Paula	28/05/12				1.198				3.615			251	3.866	3.866	12.797
Arnaldo Barbosa de Lima Jr	28/05/12									3.615	3.615	502			7.732
Francisco Wayne Moreira	28/05/12	14/05/13	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615					502			18.577
Leonardo S. do Nascimento	22/05/13								10.845	3.615	3.615	5.122	3.866	3.866	30.929
Luiz Roberto Beggiora	22/05/13							7.230	3.615	3.615	3.615	5.122	3.866	3.866	
Lupercio C. S. de Macedo	28/05/12	14/05/13	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615					502			18.577
Manoel Carlos de C. Pires	07/01/11		3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	5.373	3.866	3.866	45.640
Paulo Henrique Feijo da Silva	09/12/08	30/04/13	3.615	3.615	3.615	3.615						251			14.711
Renato Pontes Dias	17/05/13	10/10/13						7.230	3.615	3.615	3.615	5.122			23.197
Wellington V. de Oliveira	28/05/12		3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	3.615	5.373	3.866	3.866	45.640
															248.728

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Relações do Trabalho e Provimento – GERET

Tabela 12 - Síntese dos Conselhos de Administração e Fiscal

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			
Órgão: Conselhos de Administração e Fiscal			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros: (12 titulares - 07 do CA e 05 CF com suplentes)	12	12	12
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) salário ou pró-labore	502.679,12	485.714,94	433.840,04
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	502.679,12	485.714,94	433.840,04
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Relações do Trabalho e Provimento – GERET

6.2. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Conforme Anexo II

Tabela 13 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			45.214
	Entregaram a DBR			44.574
	Não cumpriram a obrigação			640

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Relações do Trabalho e Provimento – GERET

6.3. Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos

Relativamente ao controle de acumulação indevida de cargos públicos por empregados, informamos que nosso controle consiste na assinatura pelo empregado, no ato de admissão, de Declaração de Acumulação de Cargos/Empregos e de Vínculo com Empresas Concorrentes ou que Transacionem com a Caixa. Esse assunto normatizado internamente pelo Manual Normativo RH 002 – Admissão. Não temos com checar a veracidade das informações prestadas pelo empregado, uma vez que não possuímos acesso às informações cadastrais dos servidores dos demais Órgãos da Administração Pública.

Inobstante, o procedimento de controle adotado pela Caixa para detecção de acumulação de cargos públicos, a Controladoria Geral da União - CGU, mediante o Ofício nº 23.247/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, informou à Caixa, que em decorrência de auditoria realizada com base na RAIS de diversos órgãos públicos, constatou que 181 empregados poderiam estar acumulando ilegalmente cargos públicos. Em decorrência do apontamento feito pela CGU, efetuamos as devidas notificações e apuração das irregularidades, estando pendentes de regularização 44 casos, conforme abaixo discriminado:

- Empregados que apresentaram comprovante de pedido de exoneração junto à instituição pública, e estão aguardando a finalização das exonerações: 13
- Empregados que se encontram com ações judiciais para manutenção da acumulação: 30
- Empregados com processo administrativo instaurado para apuração de responsabilidade referente à acumulação: 1

6.4. Informações sobre as medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

6.4.1. Quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas

Em 2013 foram instaurados 5.525 processos de Análise Preliminar e 881 Processos Disciplinares e Cíveis.

6.4.2. Quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU nº 71/2012

Foram dispensados de instauração 101 processos, devido o valor atualizado monetariamente não atingir R\$ 75.000,00.

6.4.3. Quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União

Foram instauradas e remetidas ao TCU em 2013, 14 Tomadas de Contas Especiais, cujos números listamos abaixo para conhecimento.

- 3/00.11.00001/2013
- 3/00.11.00002/2013
- 3/00.07.00001/2013
- 3/00.14.00001/2013
- 3/00.19.00001/2013

- 3/00.18.00001/2013
- 3/00.20.00001/2013
- 3/00.20.00003/2013
- 3/00.20.00004/2013
- 3/00.20.00004/2013
- 3/00.21.00001/2013
- 3/00.21.00002/2013
- 3/00.21.00003/20133/00.21.00004/2013

6.5. Demonstrativo do cadastramento, no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da IN 55/2007. Tabela 14 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tabela 14 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	7.978	11.037	7.978	11.037
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatentes	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	7.978	11.037	7.978	11.037

Fonte: Caixa/Gerência Nacional Relações do Trabalho e Provento – GERET

Tabela 15 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	2.016	3.953	2.804	3.953
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	18	11	18	11
Totais	2.634	3.964	2.822	3.964

Fonte: Caixa/Gerência Nacional Relações do Trabalho e Provitmento – GERET

Tabela 16 - Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	7.978	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatentes	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	7.978	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	2.804	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	18	0	0	0
Total	2.822	0	0	0

Fonte: Caixa/Gerência Nacional Relações do Trabalho e Provitmento – GERET

Tabela 17 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: Caixa/ Gerência Nacional Relações do Trabalho e Provitmento – GERET

6.6. Informações quanto à aderência da Caixa aos critérios relacionados à separação de resíduos recicláveis descartados

Em atenção ao disposto no Decreto 5.940/2006, informamos:

- As unidades da Caixa estão desenvolvendo atividades de coleta seletiva adequadas ao modelo ambiental estabelecido pela Empresa e à dinâmica do trabalho e estratégias de negócios existentes nas unidades.
- As atividades de aculturação, sensibilização, credenciamento de associações/cooperativas para realização da coleta seletiva continuam ocorrendo em todas as unidades, coordenadas pela comissão nacional de coleta seletiva.
- O processo de credenciamento de associações/cooperativas tem ocorrido paulatinamente, uma vez que, na maioria dos estados e municípios, não existem entidades de catadores que atendam aos parâmetros do Decreto 5.940/2006.
- As Gerências de Filial de Logística foram orientadas a manter interlocução com o poder público municipal a fim de identificar a existência dessas entidades e ainda, prestar esclarecimentos técnicos necessários para traçar um diagnóstico sobre a situação de cada uma, no tocante à legalidade.
- A Caixa atualmente mantém convênio com 120 associações/cooperativas distribuídas pelos estados do Pará, Minas Gerais, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Manaus, conforme Anexo III onde também constam informações sobre o volume dos resíduos doados pela Caixa no segundo semestre de 2013, nas cidades onde existem associações/cooperativas credenciadas.

6.7. Informações sobre a existência de trabalhadores terceirizados que se enquadrem nas situações irregulares constatadas a partir da aplicação dos critérios estabelecidos nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 2.303/2012 – Plenário.

Com respeito ao Acórdão TCU 2303/2012 – Plenário (Monitoramento. Acórdão nº 2.132/2010-Plenário. Conformidade dos Contratos de Terceirização no âmbito da Administração Pública Indireta), esclarecemos que em 06 DEZ 2012 a CAIXA entrou junto ao TCU com Pedido de Reexame em desfavor do Acórdão e suas determinações.

O pedido de Reexame foi analisado pelo TCU que decidiu pela suspensão dos efeitos do Acórdão 2303/2012 – Plenário em relação à CAIXA, o que significa que esta empresa não fará substituição de terceirizados considerados irregulares por aquele Tribunal (terceirizações nas áreas de advocacia e engenharia), até que o nosso Pedido de Reexame seja julgado.

Por oportuno, para detalhamento da defesa da terceirização aqui exposta, incluímos a cópia do pedido de reexame em desfavor do v. Acórdão 2303/2012 encaminhado pela Caixa ao TCU em 05/12/2012 (Protocolo de recebimento registrado pelo TCU em 06/12/2012 nº 49.465.152-8).

Conforme Anexo IV

7. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76

As demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, discriminados a seguir, estão disponíveis no Anexo V:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício – DRE;
- Notas Explicativas;
- Demonstração dos fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- Relatório da Administração.

Estes documentos também estão disponíveis no sítio eletrônico da Caixa – www.Caixa.gov.br.

7.2. Relatório Resumido do Comitê de Auditoria.

Conforme Anexo VI

7.3. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Conforme Anexo VII

7.4. Informações sobre a prestação de outros serviços por parte do auditor independente que não sejam de auditoria externa (Instrução CVM 381/2003).

Foi realizada pesquisa no Sistema de Gestão de Contratos da Caixa – SIGES e não foram localizados contratos de outros serviços por parte do auditor independente que não sejam de auditoria externa, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO

9. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Caixa administrava ao final de 2013, R\$1,5 trilhão de ativos, dos quais R\$ 858,3 bilhões em ativos próprios, consolidando-se como o quarto maior banco em ativos do país. A Instituição encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 6,7 bilhões, 19,2% a mais do que o registrado em 2012.

O ano de 2013 trouxe importantes avanços relacionados às práticas de governança corporativa adotadas pela Instituição. Um grande marco foi a promulgação do Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, que aprovou o novo Estatuto da Caixa, trazendo mudanças significativas para a Empresa.



As adequações permitiram o fortalecimento do sistema de governança corporativa da Instituição, além de propiciar ao Conselho de Administração e ao Conselho Diretor melhor gerenciamento e monitoramento da execução da estratégia da Caixa.

Ainda em 2013, a Caixa deu continuidade ao projeto de expansão de sua rede lançado em 2012 com o objetivo de facilitar o acesso da população aos seus serviços e produtos e promover a inclusão bancária, e inaugurou sua agência de número 4.000, totalizando 67,5 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, lotéricos e rede compartilhada, 18 caminhões-agências e uma agência-barco destinada ao atendimento da população ribeirinha do Rio São Francisco.

Além de ser um banco comercial ágil e eficiente, buscando prospectar novos negócios e oferecer produtos diferenciados aos seus clientes e preocupando-se ainda, com a manutenção das melhores taxas do mercado, a Caixa atua como agente de políticas públicas do Governo Federal, participando como agente financeiro dos principais programas do Governo, como o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Bolsa Família.

De acordo com o exposto no presente relatório, verifica-se que a atuação da Caixa no exercício de 2013 teve como objetivo atender às responsabilidades e competências institucionais consignadas em seu Estatuto e contempladas em sua visão de futuro e estratégia empresarial.



Relatório de Gestão – Exercício 2013

Anexo I

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
1	Centro Dom José Brandão de Castro CDJBC	00.702.064/0001-34	0079.071/2012	10/12/2012	108.164	19.720	19.720	Aracaju (Região Zona Sul)	SE	Cultura, Geração de Renda em busca para garantia da Sustentabilidade da comunidade Prainha	Contribuir para promoção e efetivação da autonomia das mulheres e jovens da Comunidade Prainha, elevando os seus níveis de conhecimentos para busca da aplicação das políticas públicas.
2	Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica	00.835.771/0001-07	0054.046/2012	17/02/2012	117.323	31.381	77.060	Maria da Fé	MG	Instalação de agroindústria p/ processamento de frutas e hortaliças orgânicas e biodinâmicas junto à Assoc. de Produtores Naturais de Maria da Fé – MG	Agregar valor às frutas e hortaliças junto à Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé – MG pela implantação de uma agroindústria.
3	ONG Verde Vida	00.855.838/0001-67	0005.005/2011	24/08/2011	76.900	15.347	30.727	Chapecó	SC	"Escola Profissionalizante Salão de Beleza"	Criar oportunidade de acesso à profissionalização na área de salão de beleza às mulheres e adolescentes que vivem em situação de desemprego e vulnerabilidade pessoal e social.
4	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán	01.633.663/0001-06	0028.020/2012	02/03/2012	119.930	46.809	70.795	Açailândia	MA	Projeto Mãe Terra - uma iniciativa feminina de economia solidária	Promover a igualdade de gênero e autonomia econômica e social das mulheres de Açailândia.
5	Associação Solidários Amigos de Betânia - ASAB	03.653.432/0001-90	0052.044/2012	30/03/2012	119.200	29.984	72.073	Rio de Janeiro	RJ	Do Lixo para a Cidadania	Fortalecer a inclusão social de adultos em situação de rua, através da ocupação laborativa com materiais recicláveis, capacitação e perspectivas de geração de renda, contribuindo para o meio ambiente e ampliando esses benefícios para a comunidade.
6	Projeto Fred	03.691.369/0001-86	0088.080/2012	20/12/2012	120.000	22.115	22.115	Ribeirão das Neves e Sete Lagoas (Região Sudeste)	MG	Geração de Renda por meio da Arte: Dança e Tapeçaria para comunidades em risco social.	Capacitar 100 oficinairos, oriundos de comunidades carentes que apresentem risco social da periferia de Belo Horizonte e de Ribeirão das Neves na técnica de tapeçaria em trama sem nó visando o mercado de trabalho e à geração de renda através da arte.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
7	APDL- Assoc.de Promoção do Desenvolv.Local	03.878.306/0001-33	0084.076/2012	19/12/2012	120.000	27.120	28.804	Natal (Região Nordeste)	RN	Uma Esperança Sustentável para Nova Jerusalém	Contribuir para a melhoria das Famílias carentes da Comunidade de Nova Jerusalém em Natal no Rio Grande do Norte, objetivando o desenvolvimento local sustentável com a criação de núcleo produtivo com produtos reciclados.
8	Ação Moradia	04.172.671/0001-90	0056.048/2012	15/03/2012	120.000	62.882	97.961	Uberlândia	MG	CONSTRUVIDA	Promover a inclusão sócio-produtiva e educacional de mulheres em condições de vulnerabilidade social, por meio da aquisição de conhecimentos, da autonomia comunitária, educação ambiental e da formação de capital social.
9	Inst. p/ o Desenvol. Sustent. e Cidadania do Vale do Ribeira	04.546.861/0001-20	0058.050/2012	05/03/2012	90.565	29.055	66.137	Registro	SP	MÃOS E CORAÇÃO: Sustentabilidade Econômica e Social através da Costura	Promover a autonomia econômica das mulheres, incentivando a organização produtiva, do comércio justo e solidário e do consumo responsável, de mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social na periferia urbana do Município de Registro/SP.
10	Central de Associações de Minis e Pequenos Produtores Rurais de Catalão - CAMPPRC	04.632.127/0001-84	0023.015/2012	02/03/2012	110.350	8.084	29.545	Caldas Novas e outros	GO	Apoio às ações de Cap. p/ inclusão e a particip.de mulheres camponesas no Desenv. de um Prog. de Produção de Sementes Crioulas e Implantação de Bancos de Sementes Crioulas em Comunidades Rurais de Caldas Novas e outros municípios.	Capacitar 150 mulheres camponesas, através da realização de 12 (doze) cursos, para a sua inclusão e a participação no Desenvolvimento de um Programa de Produção de Sementes Crioulas e Implantação de Bancos de Sementes Crioulas em Comunidades Rurais dos municípios de abrangência do projeto com vistas a melhorar a renda e a qualidade de vida das mulheres camponesas, bem como fortalecer as discussões sobre a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres camponesas.
11	Associação Junior Achievement do Estado do Espírito Santo	04.759.925/0001-71	0055.047/2012	29/03/2012	103.415	32.374	58.768	Vila Vela, Guarapari e Cariacica	ES	Programa Miniempresa - jovens Empreendedores	Despertar no jovem o espírito empreendedor, proporcionando uma experiência prática do mundo do trabalho.
12	Instituto Aliança com o Adolescente	04.863.094/0001-83	0034.026/2012	10/04/2012	118.400	0	23.680	Ilhéus	BA	Aliança para a Cidadania e o Desenvolvimento Local Sustentável	Contribuir para a inclusão econômica e social de mulheres micro empreendedoras, visando a geração de trabalho, aumento de sua renda, protagonismo, autonomia e sustentabilidade financeira, de forma ambientalmente equilibrada.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
13	Instituto Kairós	05.417.461/0001-88	0045.037/2012	27/04/2012	105.350	22.695	59.225	Nova Lima	MG	Rede Colaborativa de Desenvolvimento Sustentável - Arranjo Produtivo Educativo Solidário, Nova Lima, MG	Fortalecer e ressignificar a cultura produtiva das comunidades ribeirinhas da Sub Bacia do Ribeirão Macacos, Nova Lima, MG, ampliando as oportunidades de geração de renda e trabalho para os jovens, grupos de mulheres e mestres de tradição oral das localidades, pelo aprimoramento e expansão da Tecnologia Social "Arranjo Produtivo Educativo Solidário - APES".
14	Associação 4 Cantos do Mundo	05.432.867/0001-30	0013.005/2012	09/05/2012	399.040	103.565	399.038	Morro do Pilar (*) e demais municípios	MG	Cuidando das Nascentes e Compos D'Água por meio da Recuperação Florestal na Bacia do Santo Antônio - MG	Garantir a recuperação florestal de 69 nascentes de abastecimento humano de famílias e comunidades rurais na bacia do Santo Antônio, uma das principais tributárias da bacia do Rio Doce, MG.
15	Associação Soluções Urbanas - urbanismo, cultura e cidadania	05.503.333/0001-77	0089.081/2012	26/12/2012	120.000	48.960	51.020	Niterói (Região Centro Leste Fluminense)	RJ	Espaço Vital de Culinária	Contribuir para a melhoria da situação econômica e financeira das mulheres da comunidade do Morro Vital Brazil/Niterói, através da capacitação profissionalizante voltada para o trabalho e a geração de renda na área de gastronomia, estimulando ainda, o empreendedorismo entre os participantes e a organização de associações e/ou cooperativas.
16	Inst. Palmas Desenvolv. e Socioeconomia Solidária	05.705.438/0001-99	0027.019/2012	22/03/2012	120.000	9.480	33.480	Fortaleza	CE	PROJETO ELAS	Resgatar a cidadania e reintegrar ao processo econômico mulheres que se encontram em situação de risco pessoal e social.
17	Instituto Asta	05.754.869/0001-45	0092.084/2012	11/12/2012	120.000	55.339	55.339	Rio de Janeiro - Laranjeiras	RJ	Montagem de Coleção, Precificação e Plano de Negócios Rede Asta	Ampliar o grau de independência dos grupos produtivos, tomando-os ainda mais capacitados a buscar novos mercados, diminuindo sua dependência na Rede Asta e consequentemente aumentando o potencial de renda mensal de seus participantes.
18	Núcleo de Expansão da Mente e do Conhecimento - NEMC	05.971.952/0001-76	0098.090/2012	14/12/2012	108.088		0	Guarulhos - Periferia do Município de Guarulhos	SP	Maria Bonita	Qualificar mulheres do Condomínio Água Chata, do Programa Minha Casa Minha Vida, na região do Pimentas, para prestação de serviços na área de imagem pessoal.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
19	Associação Ateliê de Ideias	06.044.098/0001-65	0049.041/2012	18/04/2012	114.000	42.036	62.630	Vitória	ES	Centrais de Compras Coletivas no Território do Bem	Promover o desenvolvimento local sustentável e endógeno nas comunidades de Jaburu e São Benedito a partir do fortalecimento e desenvolvimento do comércio local, contribuindo, em maior prazo para: (1) diversificar a oferta e reduzir os preços de produtos e serviços nos estabelecimentos; (2) ampliar o acesso da população local a mercadorias em suas próprias comunidades e (3) promover a circulação de riquezas no território, dinamizando a economia, aumentando a rentabilidade dos comerciantes e gerando postos de trabalho para os moradores.
20	Frente de Apoio Comunitário Sonho Nosso	06.065.829/0001-59	0097.089/2012	17/12/2012	119.900	42.000	42.000	Dracena e Região (Região Sudeste)	SP	Plantadores de Floresta na Alta Paulista	Desenvolver capacidades técnicas para recomposição ambiental na região da Alta Paulista, como alternativa de geração de renda e sustentabilidade regional.
21	Organização Cidades Sem Fome	06.151.676/0001-62	0101.093/2012	05/12/2012	120.000	55.720	55.720	São Paulo (Região Zona Leste)	SP	Projeto Cidades Sem Fome/ Hortas Comunitárias	Implantar núcleos de hortas comunitárias na cidade de São Paulo com a finalidade de promover melhores condições de inserção social de populações carentes através da disponibilização de oportunidades de trabalho, da capacitação profissional e da geração de renda.
22	Instituto Brasileiro de Reciclagem - IBR	06.270.041/0001-84	0102.094/2012	20/12/2012	118.800	14.850	18.775	São Paulo (Região Zonas Oeste e Sul)	SP	Pontos de Entrega Voluntária Solidários - PEVS' s	Fomentar a inclusão de catadores de materiais recicláveis no mercado de trabalho oferecendo condições dignas e estáveis por meio do fortalecimento de cooperativas de recicladores.
23	Obra Kolping Estadual do Piauí	06.683.692/0001-04	0032.024/2012	16/02/2012	96.000	47.977	67.177	Teresina	PI	Talentos Ecológicos de Economia Solidária	Contribuir para o desenvolvimento de atividades de Economia Solidária na formação de jovens produtores de tijolos ecológicos, formação cidadã com foco na geração de renda, desenvolvimento sustentável e criação de cooperativas entre jovens do Piauí.
24	Associação Lixo e Cidadania de Divinópolis	06.974.988/0001-76	047.039/2012	04/04/2012	90.115	26.748	74.271	Divinópolis	MG	Geração de Renda com "Arte e Retalho"	Contribuir para a melhoria das condições econômicas e para a autonomia de mulheres da Região Sudeste de Divinópolis/MG.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
25	Associação Filantrópica Nazarena de Amparo Social	07.003.661/0001-10	0090.082/2012	12/12/2012	117.510	23.500	23.500	Montes Claros	MG	Plantando Sustentabilidade	Fomentar a criação de organizações locais que possibilitem o acesso à segurança alimentar e nutricional adequada aos moradores da região do grande Village, proporcionando emancipação e empoderamento local.
26	ONG Grupo Dispersores	07.079.616/0001-49	0011.003/2012	25/01/2012	200.163	54.314	200.163	Brasópolis	MG	De Olho nos Olhos II - Continuidade dos Trabalhos de Proteção e Recuperação de Nascentes	Elevar o número de nascentes protegidas na micro bacia do Ribeirão Vargem Grande, através da proteção e recuperação da vegetação nativa no entorno das nascentes, buscando proporcionar o equilíbrio do ecossistema e a conservação dos recursos hídricos quantitativa e qualitativamente.
27	ADELISCO - Agência de Desenv. Local Integrado e Sustentável de Conuripe	07.194.218/0001-73	0025.017/2012	27/02/2012	83.000	21.208	76.708	Conuripe	AL	ADELISCO - Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Conuripe	Produção Mais Limpa: Crescendo e Desenvolvendo com Sustentabilidade e Geração de Trabalho
28	Cooperativa de Catadores Recicla Conquista	07.255.750/0001-53	0081.073/2012	18/12/2012	112.740	11.740	11.740	Vitória da Conquista (Região Sudoeste da Bahia)	BA	Geração de trabalho e renda através do fortalecimento da coleta seletiva solidária da Cooperativa Recicla Conquista, no município de Vitória da Conquista, Bahia	Realizar a inclusão social e econômica, em bases solidárias e auto-sustentáveis, dos catadores de materiais recicláveis da Cooperativa Recicla Conquista, Vitória da Conquista, território de identidade Vitória da Conquista, através de ações integradas de capacitação, assistência técnica, incremento da produtividade e estruturação físico-produtiva.
29	Associação Projeto Anhumas	07.568.758/0001-70	0060.052/2012	21/03/2012	120.000	70.930	101.530	Campinas	SP	Costurando com uma pitada de arte	Criar oficinas de cunho teórico-prático, tendo a costura, a culinária, o teatro e as conversas em grupo como eixo principal para qualificação profissional e geração de renda, proporcionando melhoria da formação como cidadã e da qualidade de vida de adolescentes, jovens do sexo feminino e seus familiares que vivem em situação de vulnerabilidade social.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
30	Instituto Meio	07.830.431/0001-24	0091.083/2012	17/12/2012	108.640	21.728	21.728	Natividade	RJ	TECENDO FUTUROS, Bordados de Natividade	Fortalecer a Cooperativa de Bordados N'Atividade por meio de ações que consolidem o crescimento do faturamento e da renda das cooperadas, agregando qualidade, produtividade e valor agregado ao produto artesanal da região, através de capacitações técnicas, gerenciais, investimentos em equipamentos e foco no mercado de brindes corporativos.
31	Instituto Vida Real	08.077.747/0001-50	0051.043/2012	18/04/2012	120.000	67.385	85.635	Rio de Janeiro	RJ	O Desenrolar da Arte Feminina	Promover a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade social, moradores do Complexo da Maré, através da realização de atividades de arte-educação e de oficinas de preparação para o mundo do trabalho. Capacitando 60 (sessenta) beneficiárias sob a técnica de artesanato ,fuxico e serigrafia. Sobretudo, Incentivar a produção criativa autônoma e independente.
32	Instituto Solidare	08.139.806/0001-77	0085.077/2012	10/12/2012	96.980	19.396	19.396	Recife	PE	SELETA	Fomentar o protagonismo socioambiental, gerando inclusão social, renda e resiliência para mulheres de baixa renda da periferia da Cidade do Recife-PE.
33	Associação de Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável - ADES	08.600.807/0001-77	0080.072/2012	14/12/2012	67.040	1.544	1.544	Barreiras	BA	Coleta Seletiva, Minha Casa, Nossa Vida!	Contribuir para a geração de renda dos catadores e catadoras do lixão de Barreiras e dos beneficiários(as) do programa MCMV Residencial Arboreto Barreiras 1 e potencializar a discussão para o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos.
34	Fundação José Américo	08.667.750/0001-23	0031.023/2012	28/03/2012	114.809	0	22.960	João Pessoa	PB	Banco Beira Rio	Fortalecer e implantar uma rede de consumo e produção na linha da Economia Solidária, no bairro São José, visando à geração de ocupação e renda, especialmente para 760 famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, no prazo de 02 anos.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
35	Cooperativa Regional de Prod. Agrissilviextrativistas Sertão Veredas - Coop.Sertão Veredas	08.831.726/001-88	0007.007/2011	09/12/2011	1.105.298	370.183	783.651	Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	MG/BA	Extrativismo Vegetal Sustentável	Implementar o Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista – DTBC elaborado para o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, com base em ações de extrativismo vegetal sustentável.
36	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	08.934.089/0001-75	0050.042/2012	17/02/2012	120.000	41.116	94.542	Rio de Janeiro	RJ	MARÉ DE SABORES	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida de mulheres das 16 comunidades do bairro Maré, através da qualificação profissional na área de culinária, do aumento da auto estima e da construção de autonomia através da capacitação na área de gênero e cidadania.
37	Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão	09.251.933/0001-26	0006.006/2011	09/12/2011	1.560.445	270.322	834.030	Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	MG/BA	Turismo Ecocultural com Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	Implementar o Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista – DTBC elaborado para o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, com base em ações de turismo ecocultural.
38	Associação Comunitária de Matarandiba – ASCOMA	10.370.043/0001-12	0033.025/2012	09/03/2012	120.000	32.919	56.919	Itaparica	BA	RedeOstra – articulação, geração de renda e sustentabilidade ambiental	Promover a inserção cidadã das famílias de comunidades de maricultores artesanais do Baixo Sul Baiano, Recôncavo da Bahia e Bahia de Todos os Santos articulados na Rede de Ostreicultores visando a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, por meio de tecnologias de gestão solidária.
39	DFV Solair Energias Renováveis Comércio e Indústria S.A. - Brasil Solair	11.041.759/0001-39	0077.069/2012	20/08/2012	6.255.494	1.022.958	6.020.994	Juazeiro	BA	Geração de Renda e Energia	Implantar um projeto modelo, demonstrativo da possibilidade de geração de renda para moradores de empreendimento habitacional de 1000 unidades, organizados em dois condomínios de 500 unidades cada um, localizado na cidade de Juazeiro/BA, por meio da instalação de painéis fotovoltaicos e aerogeradores.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
40	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador/SC - FUNDEMA	11.153.425/0001-57	0066.058/2012	21/06/2012	199.785	0	82.055	Caçador	SC	Recuperação, Preservação Florestal de Nascentes e Áreas que Margeiam o Manancial de Abastecimento Público do Município de Caçador	Implantar projeto de ações ambientais para recuperação e/ou proteção da mata ciliar nas áreas do manancial superficial utilizado para abastecimento público do município, na região hidrográfica, Vale do Rio do Peixe.
41	COOPER VINTE - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Votuporanga	11.286.679/0001-43	0063.055/2012	20/03/2012	81.000	40.625	52.650	Votuporanga	SP	Coopervinte - Construindo a Sustentabilidade e Gerando Renda para pensar!!!!	Aquisição de equipamentos permanentes (Prensa e Fragmentadora de Papel), capacitação para auto gestão dos cooperados e também dos catadores informais.
42	INSTITUTO DO CUIDAR	11.629.841/0001-89	0026.018/2012	02/03/2012	89.960	0	17.992	Garanhuns	PE	Projeto "Reconstruir"	Contribuir para a autonomia econômica e financeira de jovens e mulheres em situação de violência sexual, oferecendo cursos profissionalizantes para atuarem no setor de turismo.
43	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Mariana	12.264.337/0001-95	0046.038/2012	28/03/2012	105.070	14.353	35.367	Mariana	MG	Projeto Mariana Sustentável	Continuar desenvolvimento do trabalho prestado à comunidade marianense desde o ano de 2005.
44	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/CTA-ZM	20.323.796/0001-20	0053.045/2012	02/03/2012	117.753	23.975	60.982	VIÇOSA	MG	Geração de renda e acesso a mercados de produtos agroecológicos.	Promover a geração de renda a partir do acesso à mercados de produtos agroecológicos, criando as condições técnicas estruturais necessárias para que esse acesso se estabeleça.
45	ASSOCIAÇÃO APRENDER PRODUIZIR JUNTOS - APJ	22.057.335/0001-89	0048.040/2012	01/03/2012	120.000	40.430	55.693	Teófilo Otoni	MG	Projeto Capacitação Profissional de Adolescentes de Teófilo Otoni	Promover a melhoria da qualidade de vida de 30 adolescentes de Teófilo Otoni que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio da sua capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
46	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa - MG	25.947.276/0001-02	0065.057/2012	29/05/2013	499.461	199.017	199.017	Viçosa	MG	Recuperação de Matas Ciliares Protetoras de Nascentes e Cursos D'água da Bacia Hidrográfica do Rio Turvo Sujo - Cabeceira do Rio Doce - Viçosa - MG	Recuperar e proteger Áreas de Preservação Permanente (APP) em nascentes e em margens de pequenos cursos d'água, demonstrando que se pode cumprir as leis ambientais, sem reduzir a produção da propriedade. Recuperar a biodiversidade através da formação das faixas arbóreas e sub bosques próximas à água, favorecendo a formação de corredores ecológicos, ao longo das APP's e entre ilhas de matas fora das APP's.
47	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais SASOP	32.700.809/0001-12	0029.021/2012	16/04/2012	120.000	0	24.000	Remanso	BA	Melhorando as Condições de Vida dos agricultores por meio de capinocultura e beneficiamento de alimentos	Melhoria das condições de vida dos jovens e dos(as) agricultores(as) familiares das comunidades de Xique – Xique e Salinas Grandes através do beneficiamento de alimentos e caprinocultura, e promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável.
48	UNAS- União de Núcleos Associações e Sociedade dos Moradores de Heliópolis e São João Climaco	38.883.732/0001-40	0094.086/2012	27/12/2012	120.000	20.385	20.385	São Paulo (Região Sudeste)	SP	Costurando Renda	Gerar renda através da confecção de artigos de cama, mesa e banho
49	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá	41.228.651/0001-10	0010.002/2012	12/01/2012	480.222	0	369.152	Rio Formoso	PE	Águas do Céu: Famílias Assentadas Protegendo Nascentes e Florestas	Contribuir para a recuperação florestal de nascentes degradadas do Grupo de Bacias Litorâneas/GL4, a partir da implantação de Sistemas Agroflorestais - SAF's no assentamento Amaraji em Rio Formoso/PE
50	AVAPE - Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência	43.337.682/0001-35	0057.049/2012	13/04/2012	90.286	22.508	40.508	São Bernardo do Campo	SP	Capacitação de Mulheres na área de Beleza: Alternativas de Geração de Trabalho e Renda	Capacitar 50 mulheres, em situação de vulnerabilidade social e/ou com deficiência, por meio da educação para o mundo do trabalho, na formação em empreendedorismo cooperativo e gestão de pequenos negócios, na área da beleza e estética.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
51	ASOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ DE ARARAS - AEHDA	44.220.853/0001-04	0061.053/2012	17/02/2012	73.137	10.750	70.932	Araras	SP	DESIGNER JOVEM	Promover a empregabilidade de jovens de famílias de baixa renda, através de uma proposta de qualificação na área de Gestão em Design e Web, atendendo a demanda do mercado de trabalho carente deste tipo de mão de obra especializada. Dar condições ao aluno para iniciar sua vida profissional, através de um estágio, permitindo a aplicação do conteúdo desenvolvido em curso, através da criação de documentos em formato digital e editoração eletrônica e do desenvolvimento de Web Sites (Intranet e Internet).
52	Prefeitura Municipal de Bauru	46.137.410/0001-80	0105.097/2013	17/04/2013	857.600		0	Bauru	SP	Unidade de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil	Aprimoramento na gestão dos resíduos da construção civil e trabalho social visando à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do projeto, em prol do desenvolvimento sustentável.
53	Prefeitura Municipal de Guarulhos	46.319.000/0001-50	0108.100/2013	07/06/2013	1.226.720	465.738	465.738	Guarulhos	SP	Ampliação da Gestão de Resíduos de Construção e Demolição de Responsabilidade Pública do Município de Guarulhos	Obtenção de financiamento para ampliação, construção da rede de equipamentos públicos de recepção de RCD, implementação das áreas já existentes e implementação de programa permanente de ações em educação ambiental e mobilização social.
54	DAEP - Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis	49.576.614/0001-05	0008.008/2011	28/12/2011	400.664	0	249.277	Penápolis	SP	Projeto Revitalização e Recuperação de Nascentes e Áreas que Margeiam os Comos d'Água na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Lajeado	Efetuar ações para recuperação e preservação da bacia hidrográfica do Ribeirão Lajeado, por meio da recomposição da mata ciliar e a revitalização das nascentes de Araçonga e Saltinho do Galinari, visando à melhoria da qualidade dos recursos hídricos na Bacia.
55	MDF -Movimento de Defesa do Favelado	54.636.022/0001-71	0096.088/2012	18/12/2012	90.808	27.092	27.092	São Paulo	SP	Aproveitamento Integral dos Alimentos através da Cooperativa de Mulheres para gerar Renda	Organizar, formar e gerenciar a cooperativa "Pão & Arte" de aproveitamento integral de alimentos, para gerar renda aos seus cooperados e familiares, em conjunto com a conscientização da comunidade na educação ambiental através do consumo consciente.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
56	Centro de Convivência Infantil Filhos de Oxum	60.547.197/0001-05	0100.092/2012	14/12/2012	108.164	33.994	38.315	Taboão da Serra - Região Maria Rosa	SP	Eco Rosa	Fortalecer a autonomia econômica e financeira das mulheres de baixa renda em situação de vulnerabilidade social das regiões do município de Taboão da Serra que possibilite o desenvolvimento local sustentável formalizando uma cooperativa de artesãs.
57	Fundação Mokiti Okada MOA	63.031.868/0018-17	059.051/2012	05/04/2012	117.125	52.570	75.995	Brotas	SP	Programa Socioambiental de Geração de Renda através da prática da Agricultura Natural de Base Agroecológica de Mokiti Okada	Contribuir para a autonomia econômica e financeira das famílias em vulnerabilidade da cidade de Brotas , criando uma associação para comercializar os produtos da horta, produzidos pelas famílias e da bucha artesanal produzida pelas mulheres.
58	Prefeitura Municipal de Hortolândia	67.995.027/0001-32	0103.095/2013	28/02/2013	1.056.521		125.348	Hortolândia	SP	Reciclando Entulhos	Implantação de 5 PEV - Ponto de Entrega Voluntária bem como a conscientização da população através de ações de Educação Ambiental.
59	Fundação ORSA	74.502.550/0001-45	0095.087/2012	10/12/2012	116.253	25.010	25.010	Centro de São Paulo	SP	Escola Empreendedora de Confeção	Contribuir com autonomia financeira e economica das mulheres que residem na região central da cidade de São Paulo. Através de ações para inserção e reinserção no mundo do trabalho no segmento de confeção.
60	Companhia Melhoramentos da Capital – COMCAP	82.511.825/0001-35	0104.096/2013	01/04/2013	1.099.569	582.411	582.411	Florianópolis	SC	Implantação de Ponto de Entrega Voluntária p/ recebimento de pequenos volumes de resíduos da Constr. Civil e Volumosos, na Área Continental do Município de Florianópolis	Promover a gestão ambientalmente adequada dos resíduos de construção e demolição na região continental do município de Florianópolis.
61	Secretaria de Planejamento do Município de Ijuí	90.738.196/0001-09	0012.004/2012	04/04/2012	232.166	0	148.866	Ijuí	RS	Proteção das Águas do Ribeirão Potiribú	Proteção das margens do Rio Poritibú

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
62	SAEV - Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Votuporanga	90.738.196/0001-09	0009.001/2012	17/02/2012	380.933		216.564	Votuporanga	SP	Proteção das Águas da Microbacia do Córrego Marinheirinho	Implantação e manutenção do plantio até o estabelecimento das mudas, para recuperação da vegetação nativa que compõe APP's de cursos d'água de propriedades rurais localizadas no quadrante 2 da porção montante do Córrego Marinheirinho, promovendo a reversão de intenso processo de degradação de importante manancial de abastecimento humano.
63	Município de Dois Irmãos das Missões - RS	92.411.115/0001-97	0067.059/2012	19/11/2012	310.000	0	253.000	Dois Irmãos da Missões	RS	Proteção das Águas, Recuperação das Áreas Degradadas em uma Unidade de Conservação no Município de Dois Irmãos das Missões-RS	Recuperação de áreas degradadas de nascentes e cursos de água em Unidade de Conservação do Bioma da Mata Atlântica, Reserva Biológica Municipal Moreno Fortes, com malha hídrica de importância para a captação de água para abastecimento humano. Recuperação de seis nascentes e duas áreas ciliares, correspondente a 30,60 ha.
64	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	95.591.764/0001-05	0015.007/2012	28/06/2012	464.644	0	286.992	Santa Maria	RS	Recuperação e enriquecimento de áreas alteradas nas margens de cursos d'água na região central do Rio Grande do Sul, com Base em Material Genético Superior	Recuperação de matas ciliares na região central do Rio Grande do Sul, com material propagativo de qualidade genética, fisiológica e sanitária superior, viabilizando a restauração da área, dentro de critérios genéticos e fisiológicos adequados.
65	Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia - AGENDHA	05.900.819/0001-29	0074.066/2012	10/05/2012	499.997	141.803	358.194	Inhapi e Olho d'Água do Casado (AL); (***) e demais municípios	AL; BA;PE; SE	Fogões Geoagroecológicos: - Lenha - CO + H2O + O + Vida	Beneficiar diretamente pelo menos 620 famílias mais vulneráveis de Comunidades de PCTAFS de 12 Municípios da Mesoregião de Xingó, seno 2 de Alagoas (Inhapi e Olho D'água do Casado); 4 da Bahia: (Canudos, Jeremoabo, Santa Brígida e Uauá); 3 de Pernambuco (Jatobá, Petrolândia e Tacaratu) e 3 de Sergipe (Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha), através da disseminação, do apoio e do fomento para a construção solidária de 632 (620 em residências e 12 em escolas rurais) Fogões Geoagroecológicos, como meio para a adoção de práticas voltadas para a Melhoria da Eficiência Energética e a redução do uso da lenha como Biocombustível Renovável

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
66	Associação Plantas do Nordeste - APNE	00.151.461/0001-05	0073.065/2012	10/05/2012	2.113.128	951.423	1.764.620	Brejo Santo (***) e demais Municípios	CE	Implementação de manejo florestal comunitário e familiar na mesorregião da Chapada do Araripe	Implementação de ações de manejo florestal sustentável da caatinga em projetos de assentamento na mesorregião da Chapada do Araripe por meio de capacitação e assistência técnica especializada para elaboração de Planos de Manejo e Planos de Negócios e o apoio na implementação dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFS).
67	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas - CAATINGA	06.938.508/0001-11	0071.063/2012	10/05/2012	500.000		239.003	Bodocó (****) e demais municípios	PI	Fogões do Araripe - Eficiência Energética na Propriedade Familiar	Difusão de tecnologias de construção de fogões mais eficientes em unidades residenciais selecionadas na mesorregião do Araripe, através de uma metodologia participativa e o uso de instrutores locais (mestres fogãozeiros), com importante redução da quantidade de lenha utilizada em cada residência.
68	CONPAM - MANEJO - Conselho de Políticas e Gestão Meio Ambiente - CONPAM/CE	08.696.074/0001-16	0069.061/2012	10/05/2012	800.000	0	744.000	Aracati, Beberibe, Ibicuitinga, Morada Nova, Palhano, Russas.	CE	Desenvolvimento de Práticas de Manejo Florestal Sustentável na Região do Baixo Jaguaribe – Ceará	Manejar pelo menos 5000 ha da caatinga por meio da implantação de planos de manejo florestal de uso múltiplos, estabelecendo mecanismos para promover o desenvolvimento econômico com sustentabilidade.
69	CONPAM - EFICIENCIA - Conselho de Políticas e Gestão Meio Ambiente - CONPAM/CE	08.696.074/0001-16	0070.062/2012	10/05/2012	775.000		152.233	Alto Santo, (*****) e demais municípios	CE	Implementação da Eficiência Energética para as Indústrias Cerâmicas do Baixo Jaguaribe	Desenvolver e implementar um modelo sustentável de atuação no âmbito de eficiência energética para as indústrias de cerâmica vermelha localizadas na Região do Baixo Jaguaribe/CE, por meio de capacitação em melhores práticas, assistência técnica especializada e elaboração do projeto executivo para uma unidade de produção.
70	Fundação Araripe - Fundação de Desenvolvimento Sustentável do Araripe	03.854.968/0001-73	0072.064/2012	10/05/2012	742.699	0	269.403	Araripina, Bobocó, Ipupi, Ouricuri, Trindade.	PE	Eficiência Energética e Produção Mais Limpa da Cadeia Produtiva do Gesso	Implementar ações voltadas à produção mais limpa e eficiência energética da cadeia produtiva do gesso, fortalecendo o setor, facilitando e articulando um pacto para a produção sustentável, e assessorando o estabelecimento de uma unidade demonstrativa em produção sustentável.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
71	SERGIPETEC - Sergipe Parque Tecnológico	06.938.508/0001-11	0068.060/2012	10/05/2012	498.895	0	262.834	Santana de São Francisco (*****) e demais municípios	SE	Eficiência Energética com Uso Sustentável de Recursos Florestais em Cerâmicas em Sergipe	Promoção da eficiência energética na produção das indústrias de cerâmica vermelha do Estado de Sergipe por meio da capacitação em melhores práticas, assistência técnica especializada, apoio na implementação de uma Unidade Demonstrativa para a produção sustentável
72	Associação dos Amigos da Inclusão Digital da Amazônia	11.959.385/0001-35	0078.070/2012	17/12/2012	119.950	21.525	21.525	Marabá (Região Norte)	PA	Recursos Florestais em Cerâmicas de Sergipe	O objetivo geral do projeto é contribuir para a geração de renda e autonomia dos jovens da comunidade que mora no Residencial Tiradentes, em Marabá - PA, através da criação de produtora colaborativa para prestação de serviços de comunicação e tecnologia.
73	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	84.306.869/0001-59	0043.035/2012	16/02/2012	120.000	58.822	88.078	Itajaí	SC	CAPACIT - Centro de Apoio Profissional, Acompanhamento e Inclusão no Mercado de Trabalho	Promover a capacitação, inserção e permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, contribuindo para a sua autonomia, qualidade de vida e exercício da cidadania
74	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR	77.816.826/0001-03	0040.032/2012	23/03/2012	118.620	59.996	100.553	Francisco Beltrão	PR	Apoio à feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná	Contribuir para o fortalecimento da agroecologia como uma forma capaz de aliar a produção de alimentos saudáveis com preservação ambiental, na região Sudoeste do Paraná.
75	Associação Gãbir do Povo Indígena Paiter Suruí	03.242.372-0001-12	0001.001/2011	24/08/2011	85.566	29.504	75.870	Cacoal	RO	"Fortalecimento Econômico e Cultural Paiter"	Promover alternativas de renda economicamente sustentáveis e corretas do ponto de vista ambiental e social, revitalizando, valorizando e registrando por meio da escrita a cultura do Povo Paiter Suruí.
76	Cáritas Diocesana de Passo Fundo	87.604.518/0001-12	0039.31/2012	02/03/2012	107.180	39.950	95.549	Passo Fundo	RS	Fortalecimento e Articulação entre as associações de recicladores de passo Fundo	Fortalecer e articular as associações de recicladores do município de Passo Fundo, como forma de dar visibilidade e projeção ao trabalho das mesmas, agregando renda às atividades de caráter social e ambiental sustentável.
77	Centro de Ação Social São Francisco de Assis (CASSFA)	76.693.688/0001-02	0082.074/2012	14/12/2012	120.000	48.859	63.980	Curitiba (Região Vila São Pedro)	PR	Renda Nova	Contribuir para que os participantes tenham condições de melhorarem sua renda, que possam desta forma, passar a ter autonomia econômica.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
78	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Marialva- PR	06.165.613/0001-65	0086.078/2012	26/12/2012	120.000	57.000	57.000	Marialva (Região Noroeste do Paraná)	PR	Transformação dos Catadores da ACLIMAR em Agentes Ambientais	Capacitar os catadores da ACLIMAR para aumentar a produtividade da associação para que posteriormente se tomem agentes ambientais
79	Centro de Triagem da Vila Pinto	06.026.933/0001-34	0083.075/2012	20/12/2012	119.312	50.660	50.660	Porto Alegre (Região Sul)	RS	Reciclando Vidas	Aperfeiçoar os processos de trabalho interferindo no aumento da produtividade, faturamento e renda dos trabalhadores bem como oferecer oportunidade de qualificação profissional aos associados e demais mulheres da comunidade.
80	CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo	81.840.233/0001-02	0037.029/2012	07/03/2012	120.000	63.289	97.274	Florianópolis	SC	Agricultura Urbana e Revolução dos Baldinhos	Garantir a qualificação e continuidade do Projeto através da formação das famílias, crianças, educadores e jovens lideranças da comunidade, permitindo a valorização dos resíduos orgânicos através da compostagem e o desenvolvimento da Agricultura Urbana, promovendo a qualidade de vida e a geração de trabalho e renda para os jovens através da produção e comercialização da compostagem orgânica e ao mesmo tempo será utilizado como modelo para outras comunidades. Garantindo, assim, a sustentabilidade das famílias destas comunidades e posteriormente de outras comunidades.
81	Instituto COMAR	09.534.695/0001-66	0038.030/2012	17/02/2012	119.412	45.679	82.505	São Francisco do Sul e Joinville	SC	Turismo Ecológico e Geração de Trabalho e Renda no parque Estadual Acaraí	Realizar um Programa de Formação de Guias Locais no Parque Estadual Acaraí, em São Francisco do Sul, Santa Catarina, promovendo a integração da comunidade com esse ambiente, na perspectiva de conservá-lo, através do desenvolvimento da atividade ecoturística e de Educação Ambiental, criando uma alternativa de renda que integra desenvolvimento econômico local, conservação ambiental e cultural.
82	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás - COOPER	02.412.359/0001-00	0022.014/2012	23/03/2012	106.900	21.984	67.674	Parauapebas	PA	Apicultura Sustentável Familiar	Contribuir para a autonomia econômica e financeira das mulheres do assentamento CEDERE I e o desenvolvimento local sustentável criando uma associação de apicultores.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
83	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI	02.966.979/0001-82	0021.013/2012	07/03/2012	118.588	50.023	73.398	Itapuranga	GO	Mutirão Praticar Fase II	Implementar ações para a promoção do homem no meio rural mediante a intensificação de atividades associativas e formas de organização social que favoreçam seu crescimento pessoal e sua efetiva participação na comunidade.
84	Cooperativa de Costura de Colombo - Coopercost	10.248.936/0001-90	0036.028/2012	05/04/2012	120.000	35.000	108.936	Curitiba	PR	Capacitar para prosperar	Contribuir para geração de renda e trabalho, para as mulheres, jovens e adolescentes da comunidade de baixa renda do município e para o desenvolvimento sustentável, alavancando o crescimento da Cooperativa de Costura de Colombo – Coopercost.
85	Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA	04.593.380/0001-76	0016.008/2012	23/02/2012	119.404	0	13.416	Sena Madureira	AC	Mulheres Extrativistas da floresta: manejo florestal não madeireiro como estratégia de conservação e geração de trabalho e renda	Fortalecer iniciativas de negócios sustentáveis voltadas às mulheres da floresta amazônica, tendo em vista a redução da pobreza e o estímulo a práticas de produção e comércio orientadas por justiça social e sustentabilidade ambiental.
86	Cuica - Cultura Inclusão Cidadania e Artes	09.286.420/0001-50	0035.037/2012	12/04/2012	120.000	42.765	94.300	Santa Maria	RS	Construindo o futuro	Capacitar 20 adolescentes e jovens para exercício da lutheria (confeção de instrumentos) ao longo de 24 meses, organizados em 02 turmas de 10 alunos por ano.
87	Instituto de Auxílio a Vida com Justiça e Amparo	02.663.132/0001-29	0019.011/2012	24/05/2012	78.147	33.525	68.816	Itapoã	DF	Informática da Transformação	Resgatar a dignidade dos cidadãos do Distrito Federal, em especial a comunidade da comunidade Itapoã, com relação a sua reintegração na sociedade, através da transformação de equipamentos de informática descartados, criando oportunidades e capacitando os jovens para inserção no mercado de trabalho.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
88	IEPE - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena	05.398.088/0001-65	0003.003/2011	23/08/2011	116.042	31.637	109.310	Macapá	AP	"Tecendo a Arte, Tecendo a Vida"	Incentivar a organização das mulheres Tirió e Kaxuyana em torno de sua tecelagem com sementes e miçangas, e assim possibilitar-lhes uma experiência inédita: o acesso a novos conhecimentos por meio dos quais possam contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, aprendendo a gerir sua produção artesanal e sua renda decorrente, com segurança e autonomia. O objetivo principal é proporcionar a criação de um espaço de promoção social e econômica, protagonizado e organizado por estas mulheres.
89	INSTITUTO ZERBINI SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	11.956.754/0001-36	0024.016/2012	28/02/2012	120.000	58.798	97.798	Araguaina	TO	ARTESANATO E CONFECÇÃO SOLIDÁRIA	O objetivo central do projeto é qualificar mulheres da CAFESSOL (Cooperativa da Agricultura Familiar de Economia Solidária da Região de Araguaina-TO) para promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres buscando erradicar ou minimizar a situação de pobreza na qual essas famílias se encontram em busca de um desenvolvimento local sustentável e solidário.
90	Instituto de Pesquisas Ecológicas	66.831.223/0001-09	0017.009/2012	16/02/2012	119.620	46.257	87.648	Manaus (área rural)	AM	Agroecologia, Certificação Sócio-participativa e Geração de Renda no Baixo Rio Negro	Fortalecer os sistemas produtivos agroecológicos da agricultura familiar, as organizações produtivas da agricultura familiar da região da margem esquerda do Rio Negro e o Sistema Participativo de Garantia no Amazonas, tendo em vista a geração de renda, soberania alimentar, diálogo de saberes e identidade territorial.
91	Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - ISAEC/CAPA	96.746.441/0035-55	0002.002/2011	25/08/2011	118.650	59.540	118.646	São Lourenço, Canguçu e Pelotas	RS	"Costurando o Desenvolvimento: Uma ação das mulheres quilombolas do Extremo Sul do Rio Grande do Sul"	O objetivo geral consiste em implementar ações de capacitação junto às mulheres de Comunidades Quilombolas para execução de projetos de desenvolvimento local sustentável visando a apropriação em conhecimentos nas áreas de vestuário étnico e promoção comercial, voltado para geração de trabalho e renda e em educação cidadã e meio ambiente com ênfase na recuperação ambiental utilizando frutíferas nativas.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
92	Associação Cultural Matakiterani	04.844.827/0001-32	0042.034/2012	28/02/2012	120.000	48.849	83.199	Lages	SC	Revitalização do Artesanato de Referência do Planalto Serrano de Santa Catarina	Fortalecer o patrimônio cultural do artesanato de referência do Planalto Serrano de Santa Catarina, qualificando profissionalmente artesãos e garantindo a transmissão das artes e ofícios tradicionais para jovens e adultos das comunidades da Região da Cidade Alta no município de Lages/SC, a partir de um diagnóstico, buscando articular uma rede local focada na emancipação de grupos produtivos orientados para o mercado do artesanato da região.
93	Associação Cristã Pais e Filhos	07.182.394/0001-95	0020.012/2012	17/02/2012	108.996	35.597	57.396	Campo Grande	MS	Educando e Construindo Ecologicamente	Promover a qualificação profissional sem custo para o reeducando, mediante a aquisição de conhecimento teórico prático em construção civil, num contexto ecológico e convencional.
94	Instituto Pró Educação e Saúde	05.769.341/0001-40	0018.010/2012	17/02/2012	114.200	52.206	101.149	Recanto das Emas	DF	Mulheres e crianças na escola	O Projeto visa a autonomia, promoção e inclusão social da mulher, bem como a equidade de gênero nas relações de trabalho. Assim, ofertará capacitação profissional no segmento vestuário, voltadas para a inclusão das mulheres no mercado formal de trabalho, em condições justas e igualitárias. Promoverá também aulas de arte e educação para os filhos das atendidas, em especial aqueles inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
95	Associação Projeto Renascer	04.280.337/0001-50	0004.004/2011	24/08/2011	112.079	54.101	76.517	Palmeira	PR	Casa do Pão	Contribuir para autonomia econômica e financeira da Associação Projeto Renascer, capacitar mulheres (crianças, adolescentes, jovens e adultas) vítimas de exploração e violência sexual e atender necessidades alimentares locais através da criação de Panificadora "Casa do Pão".
96	Rede de Integração e Cidadania - RINACI	07.026.991/0001-20	0041.033/2012	17/02/2012	119.892	22.558	74.885	Porto Alegre	RS	Ziguezagueando - Jovens e Adultos	Promover por meio de incubação a formação e o conhecimento necessários para a criação e o funcionamento dos Grupos Associativos do "Ziguezagueando - Jovens e Adultos", visando a autogestão, a viabilidade econômica, a práticas ambientalmente conscientes e a cidadania ativa.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
97	Unicafes Paraná - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná	07.864.244/0001-61	0087.079/2012	10/12/2012	119.960	27.167	27.167	Ivaiporã (Região Norte Central)	PR	Profissionalização de Mulheres e Jovens	Contribuir para a autonomia econômica e de obtenção de renda financeira das mulheres associadas das mulheres e jovens associadas da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar com Interação Solidária – Cresol de Ivaiporã/PR e o desenvolvimento local sustentável, criando cooperativa para comercialização de produtos, bem como, fomentar o acesso às políticas públicas para mulheres e de comercialização, com vistas no empoderamento político e econômico das mulheres.
98	Centro Universitário La Salle - Unilasalle(SOCIEDADE POR VÍR CIENTÍFICO)	92.741.990/0040-43	0044.036/2012	01/03/2012	119.961	35.492	65.416	Canoas	RS	Sujeitos em Ação: Geração de Renda e Cidadania	Proporcionar melhores condições de trabalho, desenvolvimento social e aumento na geração de renda aos empreendimentos de reciclagem Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem União Fazem a Força de Canoas – Coopermag e a Associação de Recicladores de Resíduos Sólidos Sol Nascente, visando consequentemente a melhoria na qualidade de vida das comunidades nas quais os empreendimentos estão inseridos.
99	IETS	03.947.908/0001-03	114.106/2013	19/09/2013	1.800.000	955.756	955.756	Queimados	RJ	Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território do Conjunto Habitacional Parque Valdariosa e entorno	Elaborar Diagnóstico Técnico Comunitário, assim como construir um Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável e implantar uma Agenda Local no CH Valdariosa e no entorno.
100	Instituto Elos	04.241.216/0001-08	116.108/2013	04/10/2013	1.498.542	441.810	441.810	Baixada Santista	SP	Guerreiros Sem Armas e o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território nos Municípios de Itanhaém, Guarujá e Santos - SP	Formação de lideranças comunitárias e mobilização, apoio e acompanhamento de comunidades para a realização de projetos e empreendimentos comunitários pautados em uma visão de futuro que oriente o Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos seus Territórios.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
101	Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.206/0001-95	115.107/2013	20/09/2013	1.493.000	397.000	397.000	Campinas	SP	Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território do Conjunto Residencial Jardim Bassoli - MCMV/Campinas	Promover o desenvolvimento (humano e social) sustentável, mediante a articulação e revitalização de redes sociais, a democratização das relações e a integração das políticas públicas. Melhorar as condições ambientais, econômicas, sociais, políticas, institucionais, buscando a qualidade de vida das famílias mobilizadas para participar das atividades programadas e para se tomarem protagonistas do processo.
102	Associação Organização Não Governamental NYMUENDAJU	08.656.579/0001-57	112.104/2013	30/08/2013	2.032.800	861.020	861.020	Manaus	AM	Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para o Território "Residencial Viver Melhor" - Manaus/AM	Garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento do Território Viver Melhor através das ações integradas de geração de renda e cidadania.
103	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - SEBRAE/MS	15.419.591/0001-03	111.103/2013	02/09/2013	1.348.573	209.935	209.935	Campo Grande	MS	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território - DIST Residencial Femanda - Campo Grande/MS	Identificar, formular e executar estratégias que promovam o desenvolvimento socioeconômico integrado e sustentável no território de influência dos empreendimentos residenciais do PMCMV, contribuindo para o aproveitamento, crescimento e alavancagem das potencialidades locais identificadas, melhoria das condições ambientais, econômicas e institucionais, integrado às políticas públicas, com foco na transformação positiva da qualidade de vida das famílias residentes beneficiadas.
104	Universidade Federal da Bahia - UFBA	15.180.714/0001-04	113.105/2013	18/09/2013	1.830.989	772.962	772.962	Salvador	BA	Minha Casa, Nossas Vidas: Construção Coletiva do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Residencial Bosque das Bromélias/Salvador-BA	Planejar e desenvolver ações de desenvolvimento integrado sustentável para o Residencial Bosque das Bromélias, a partir de uma estratégia de formação de gestores locais e do desenvolvimento de competências profissionais visando integração nos mundos do trabalho abrangendo as áreas de saúde, ambiente, cultura, comunicação, esporte, lazer e formação técnica profissional, aderentes à estratégia da Caixa Econômica Federal.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA

OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
105	CIRANDA - Cultura, Comunicação e Meio Ambiente	63.604.722/0001-75	0120.112/2013	13/11/2013	798.200	384.640	384.640	Rio Branco	AC	Rumos ao Novo Eldorado: uma experiência de desenvolvimento integrado e sustentável no Acre	Criar oportunidades para a dinamização da economia, através da articulação, fomento e capacitação de agentes locais para o desenvolvimento de pequenos negócios (criativos) e empreendedorismo sustentáveis e integrados no território São Francisco, estimulando a participação ativa da comunidade e utilizando a comunicação e o lúdico como fatores de geração de renda, ferramentas de mobilização e de repasse de informações educativas, tendo como filosofia básica o respeito e a preservação da natureza, a disseminação da cultura de paz e o desenvolvimento humano.
106	Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente	03.562.070/0001-21	106.098/2013	18/06/2013	1.000.800	198.900	701.400	Salvador, Brasília e São Paulo.	BA; DF; SP	Lixo Eletrônico e Responsabilidade Socioambiental	Gerar renda para cooperativas de catadores de Brasília, Salvador e São Paulo, por meio de sua capacitação técnica para a reciclagem de resíduos eletroeletrônicos (REE), com a utilização de uma parcela dos resíduos eletroeletrônicos inservíveis da Caixa.
107	Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional	08.961.997/0001-58	0109.103/2013	10/06/2013	990.283	379.275	379.275	João Pessoa	PB	Plano de Ação João Pessoa Sustentável - Iniciativa Cidades Emergentes - ICES	Apoiar técnica e financeiramente as cidades com alto índice de desenvolvimento socioeconômico e de crescimento demográfico na identificação de seus principais desafios, priorização de ações e definição de estratégias para o desenvolvimento sustentável.
108	Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.206/0001-95	0119.111/2013	01/11/2013	958.284	214.742	214.742	Vitória	ES	Plano de Ação Vitória Sustentável - Iniciativa Cidades Emergentes - ICES	Apoiar técnica e financeiramente as cidades com alto índice de desenvolvimento socioeconômico e de crescimento demográfico na identificação de seus principais desafios, priorização de ações e definição de estratégias para o desenvolvimento sustentável.
109	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	33.645.482/0001-96	0117.109/2013	01/11/2013	903.420	205.855	205.855	Florianópolis	SC	Plano de Ação Florianópolis Sustentável - Iniciativa Cidades Emergentes - ICES	Apoiar técnica e financeiramente as cidades com alto índice de desenvolvimento socioeconômico e de crescimento demográfico na identificação de seus principais desafios, priorização de ações e definição de estratégias para o desenvolvimento sustentável.

**FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA
OPERAÇÕES REALIZADAS**

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2013	Total desembolsado até jan/2014	Município	UF	Projeto	Objeto
110	POLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.206/0001-95	0122.114/2013	17/12/2013	2.099.601	661.555	661.555	Londrina	PR	Desenvolvimento Sustentável e Integrado do Vista Bela e seu entorno	Melhorar as condições de vida da população residente no Conjunto Vista Bela e seu entorno, localizado na Região Norte da Cidade de Londrina/PR, com aproximadamente 40.000 habitantes, cuja população majoritariamente com renda de 1 a 3 salários mínimos e que apresenta grande carência de estruturas públicas.
111	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/0001-31	0121.113/2013	23/12/2013	1.499.894	0	0	Arapiraca	AL	Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território - DIST / Arapiraca Alagoas/AL	Promover o desenvolvimento humano e social sustentável, mediante a articulação e revitalização de redes sociais, a democratização das relações e a integração das políticas públicas em espaços territoriais urbanos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.
TOTAL					49.102.084		25.429.341			-	-

(*) Itambé do Mato Dentro, São Sebastião do Rio Preto, Santo Antonio do Rio Abaixo, Conceição do Mato Dentro, Itabira

(**) Inhapi e Olho d'Água do Casado (AL); Jeremoabo, Santa Brígida, Uauá e Canudos (BA); Jatobá, Petrolândia e Tacaratu (PE); Bço Redondo, Brto da Folha e Canindé de São Francisco (SE)

(***) Farias Brito, Granjeiro, Crato, Salitre, Caririaçu, Jardim, Jati, Campos Sales, Abaiara, Juazeiro do Norte, Btengi, Mauriti, Milagres, Santana do Cariri, Missão Velha, Brteiras, Nova Olinda, Barro e Barbalha.

(****) Exu, Granito, Ipubi, Santa Cruz, Santa Ilomena, Acauã, Betânia do Hauri, Queimada Nova, Simões.

(*****) Aracati, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Tabuleiro do Norte.

(*****) Umbaúba, Tomar do Geru, Telha, Simão Dias, Areia Branca, Propriá, Itabaianinha, Itabaiana, Estância, Campo do Brito.

Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/GERSA - FEV/2014



Relatório de Gestão – Exercício 2013

Anexo II

Cumprimento Lei N° 8.730/93

INFORME – Cumprimento Lei nº 8.730/93

Relativamente ao gerenciamento do cumprimento das disposições da referida lei, declaramos, para fins de comprovação perante o TCU, que todos os empregados da CAIXA são obrigados a apresentar anualmente a esta Instituição a Declaração de Bens e Valores em uma das seguintes formas:

- autorizar o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações, apresentadas à SRFB, do Ministério da Fazenda; ou

- apresentar anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores.

A Declaração em papel é entregue na unidade de lotação do empregado, que autua processo e o mantém arquivado em local adequado à preservação do sigilo das informações, trancado sob responsabilidade do gestor da unidade.

A obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Valores está disposta em normativo interno desta Empresa, MN RH059 – Declaração de Bens e Valores – Apresentação à CAIXA, cujos registros quanto ao cumprimento constam no Sistema de Recursos Humanos – SISRH.

Caso sejam detectadas pendências na apresentação da declaração, a GERET encaminha mensagem para o empregado e para as unidades solicitando providências. Após um período de 5 dias úteis a GERET executa nova rotina para verificar se o número de pendências diminuiu. E assim, sucessivamente, até efetiva adequação.

Em caso de descumprimento da norma, cabe ao gestor da unidade a responsabilidade pela cobrança ao empregado e sujeita o responsável às cominações previstas no Regulamento de Pessoal da CAIXA.

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.



JOÃO ACÁCIO PEREIRA
Gerente Nacional
GN Relações do Trabalho e Provitamento



Relatório de Gestão – Exercício 2013

Anexo III

Informações - Cooperativas

UF	Município	Número total de Cooperativas	Qtde Cooperativas credenciadas	Situação do Credenciamento	Nome da Cooperativa	Vigência		Nome contato	Endereço	Telefone/Email	Situação da Coleta: breve relato
						Início	Fim				
AC	Todo o estado	0	0	Sem credenciamento							Não possui nenhum credenciamento.
AL	Maceió	1	1	Ativa Credenciada	COOPREL - Cooperativa de Recicladores de Alagoas	02/jan	04/jan	Maria José	Av. Menino Marcelo, nº 6001, Via Expressa	(82) 99332478	
AL	Maceió	1	0	Sem credenciamento Informal	ONG - Moradia e Cidadania					'coordenadoral@gmail.com'	
AM	Manaus	1	0	Sem credenciamento							A coleta seletiva é realizada por uma cooperativa não credenciada porque a mesma não possui documentação necessária.
BA	Salvador	1	1	Ativa Credenciada	CAMAPET	30.12.13	30.12.13	Joilson	rua Lopes Trovão, 117, Massaranduba	71-87844383 camapet.camapet@gmail.com	Realizam coleta regular Unidades de Salvador e Região Metropolitana
BA	Salvador	1	1	Ativa Cooperativa Credenciada	COOPERES	28.12.11	28.12.13	Aderlina	Rua Boa Esperança.84,Bairro Ilha Amarela	71-87745119 cooperssf@gmail.com	Realizam coleta regular Unidades de Salvador e Região Metropolitana
BA	Feira de Santana	1	1	Ativa Cooperativa Credenciada	COOBAFS	02.01.12	02.01.14	Edna	Rua João Batista Figueiredo, s/n, Aterro Sanitário, Bairro N Esperança	75-36244481 reciclafeira@yahoo.com.br	Realizam coleta regular Unidades de Feira de Santana e Região Metropolitana
BA	Alagoinhas	1	1	Ativa Cooperativa Credenciada	CORAL	28.12.11	28.12.13	Adla/Ticiane	Rua JJ Seabra, s/n, Centro	75-91122174/98045660 coopecoral@yahoo.com.br	Realizam coleta regular na Ag. de Alagoinhas
CE	Todo o estado	0	0	Credenciamento divulgado							Informamos que os editais de credenciamentos referentes aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão foram divulgados na primeira semana de dezembro
DF	Brasília	1	0	Credenciamento finalizado Informal	Acoplano						Atualmente o credenciamento encontra-se suspenso. Novo credenciamento está em fase de licitação pela GILOGBR. Apesar disso, a Acoplano continua realizando a busca de material nos edifícios da Matriz I e II e
ES	Todo o estado	0	0	Sem credenciamento							Informamos que não existe credenciamento algum formal referente à Coleta Seletiva, conforme edital em situação "deserta" (mensagem do portal da GILOG – automático)

GO	Goiânia	1	1	Ativa Cooperativa Credenciada	COOPERMAS - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis Meio Ambiente	01/04/2013	31/03/2015	Maria de Lourdes	Av. Senador Canedo, 31 Conj. Vera Cruz I	(62) 9907-6712 / 3576- 0503x-x	Coleta conforme rodizio previsto no credenciamento das Unidades Goiânia e Ed. Sede
GO	Goiânia	1	1	Ativa Cooperativa Credenciada	COOPER-RAMA - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis Amamos o Meio Ambiente	01/04/2013	31/03/2015	Dulce Helena do Vale	Rua JC-68, Qd. 145, Lt. 18 Jardim Curitiba III	(62) 9643-8895 / 3298- 7040x-x	Coleta conforme rodizio previsto no credenciamento das Unidades Goiânia e Ed. Sede
GO	Goiânia	1	1	Ativa Cooperativa Credenciada	COOPREC - Cooperativa de Reciclagem de	01/04/2013	31/03/2015	Lucia Ivani	Rua São José Esq. Com Goiás Qd. FT-01 Lt.FT-01 Jardim	(62) 3208-4350x-x	Coleta conforme rodizio previsto no credenciamento das Unidades Goiânia e Ed. Sede
GO	Goiânia	1	1	Ativa Cooperativa Credenciada	Cooperativa Catadores Materiais Recicláveis Fenix	01/04/2013	31/03/2015	Márcia Vilany	Rua Belém, Jardim Petrópolis	(62) 8523-6066x-x	Coleta conforme rodizio previsto no credenciamento das Unidades Goiânia e Ed. Sede
GO	Goiânia	1	1	Ativa Cooperativa Credenciada	Cooperativa dos Coletores de Material Reciclável	01/04/2013	31/03/2015	Ildo Sebastião	Av. Manoel Pereira Duarte, Qd. 50 Lt. 08 Bairro Goiás	(62) 9304-9314x-x	Coleta conforme rodizio previsto no credenciamento das Unidades Goiânia e Ed. Sede
GO	Goiânia	1	1	Ativa Cooperativa Credenciada	SELETA - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis	01/04/2013	31/03/2015	Matusalem Garcia	Rua 56-A Qd. 26 A, Jardim Goiás	(62) 9672-1992x-x	Coleta conforme rodizio previsto no credenciamento das Unidades Goiânia e Ed. Sede
MA	Todo o estado	0	0	Credenciamento divulgado							Informamos que os editais de credenciamentos referentes aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão foram divulgados na primeira semana de dezembro
MG	Belo Horizonte	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPESOL LESTE			Vilma/Cacá		8729-7634 / 3277-7626	
MG	Belo Horizonte	1	0	Sem credenciamento formal	COOCAPEL				Rua Araguari, 12 – Centro	reciclagemassociarecicl ebh@ yahoo.com.br	
MG	Belo Horizonte	1	0	Sem credenciamento Informal	ASSOCIRECICLE			Denildo		3271-3202	60 KG POR TRIMESTRE
MG	Curvelo	1	0	Sem credenciamento Formal	ASCCARE						
MG	Divinópolis	1	0	Sem credenciamento Informal	ASCADI.						

MG	Governador Valadares	1	0	Sem credenciamento Informal	ASCANAVI			Daniela		(33) 3275-6435	
MG	Lavras	1	0	Sem credenciamento Informal	ACAMAR				Rua Modesto de Souza nº 540		
MG	Leopoldina	1	0	Sem credenciamento Informal	ASCAMARE			José Antonio	Rua Carlos Schettino 76		
MG	Nepomuceno	1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperativa de trabalho dos profissionais em coleta, processamento e comercialização de materiais recicláveis e reutilizáveis de			Jovarez Rodrigues	Rodovia Br 265 Km 11, Sn - Piraquara	(35) 3861- 2548 / 9893-2745	
MG	Poços de Caldas	1	0	Sem credenciamento Informal	AÇÃO RECYCLAR			Inês	Rua Coronel Virgílio Silva, 4186 - Estância São José - Poços de Caldas / MG		Aproximadamente 1.700 kg de material
MG	Pouso Alegre	1	0	Sem credenciamento Informal	ACAMPA			Maria Raimundo	Av. João Inácio Raimundo, s/nº, Vista Alegre	(35)8403-3843	
MG	Uberaba	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERU			José Eustáquio		(34) 33145453 / 9911-5054	
MG	Uberlândia	1	0	Sem credenciamento Informal	ACOPPMAR			Valdemir		9115-8676	2070 Kg
MS	Campo Grande	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERMARAS - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis nos Aterros do Mato Grosso do Sul	x-x	x-x	Daniel Arguello/ Eclair Perin	Rua Adelaide Maria Figueredo, 513, Parque Lajeado	67 9244-2935 9280 4651 obellar_daniel@hotmail.com	Coleta nas agências e Ed. Sede de Campo Grande quando demandado
MS	Campo Grande	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERVIDA - Cooperativa dos Agentes Recicladores Vida Nova	x-x	x-x	José Tavares	Rua Calarge, 618 Bairro Glória	67 9932 9350 3325 8922x-x	Coleta nas agências de Campo Grande quando demandado
MT	Cuiabá	1	0	Sem credenciamento Informal	COOREPAM - Cooperativa Alternativa de Reciclagem e Preservação do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso	x-x	x-x	Fátima, Alceu e Gema Livanali	Rua Paineiras Brancas s/n Lt 1 Jardim dos Ipês	65 9931 6589 99361284 9614-0019 3665 1399x-x	Coleta nas agências e Ed. Sede de Cuiabá quando demandado

MT	Cuiabá	1	0	Sem credenciamento Informal	ACAMARC - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cuiabá	x-x	x-x	Ana Domingas e Wilson	Rua das Palmeiras s/n Res. Novo Tempo, Baú	65 9605 7131 9613 1082 3626 1141x-x	Coleta nas agências de Cuiabá quando demandado
MT	Cuiabá	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERMAR - Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis	x-x	x-x	Vanderlei	Estrada Balneário Letícia km 6	65 3025 6214 9218 5101x-x	Coleta nas agências de Cuiabá quando demandado
MT	Várzea Grande	1	0	Sem credenciamento Informal	ASSCAVG - Associação Matogrossense de Catadores de Produtos Recicláveis	x-x	x-x	Valquiria	Lixão Várzea Grande s/n Lt 4 Qd. 51 Jardim Nova Fronteira	65 8124 8146 99718037 9938 2123 asscavgmt@hotmail.com	Coleta nas agências de Cuiabá quando demandado
PA	Belém	1	1	Em andamento Credenciada	CONCAVES- Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis	28/07/2013	28/01/2014	Jonas de Jesus Fernandes da Silva	Passagem Brasília, 125, Terra Firme	8134-1454	Temos 02 Cooperativas CONCAVES e COOTPA contratadas. Os serventes estão orientados a depositarem a coleta seletiva no depósito situado na garagem do subsolo (G2) do Ed. Sede. Quando a sala enche a supervisora dos serventes aciona a Gipes para que ela faça o contato junto a Associação da vez (praticamos o revezamento) para que eles venham recolher. Registramos que nos últimos 03 recolhimentos trabalhamos com a CONCAVES(Jonas) em virtude da COOTPA ter se recusado a deixar o carro transportador de coleta do lado de fora da garagem.
PA	Belém	1	1	Em andamento Credenciada	COOTPA- Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do	28/07/2013	28/01/2014	Mª Fernanda Leal Ribeiro	Passagem São Jorge, 85 - Comunidade Fazendinha, Águas Lindas, Ananindeua-PA	(91)8250-2970 / 8874-3995	idem
PB	Todo o estado	0	0	Sem credenciamento Informal	Licitação Deserta						Edital Deserto realizado em 2012 *
PB	João Pessoa	1	0	Sem credenciamento Informal	ONG - Moradia e Cidadania					'coordenadorpb@gmail.com'	Não faz coleta
PB	Campina Grande	0	0	Sem credenciamento	Licitação Deserta						Edital Deserto realizado em 2012 *
PB	Campina Grande	0	0	Sem credenciamento	Licitação Deserta						Edital Deserto realizado em 2013 *

PB	Cajazeiras	0	0	Sem credenciamento	Licitação Deserta						Edital Deserto realizado em 2013 *
PE	Recife	1	0	Sem credenciamento Informal	Associação "Verde é a Nossa Vida"						Não soube informar se possui CNPJ
PE	Recife	1	0	Sem credenciamento Informal	Núcleo de Triagem de "Catadores e Catadoras do						Não tem CNPJ
PE	Recife	1	0	Sem credenciamento Informal	Núcleo de Triagem da Vila de Santa Luzia						Não tem CNPJ
PE	Recife	1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperativa "Pró Recife						Não é formada apenas por Catadores
PE	Recife	1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperativa "COOPAGRES"						Não participou das licitações
PE	Paulista	0	0	Sem credenciamento	Licitação Deserta						Edital Deserto realizado em 2013 *
PE	Limoeiro	1	0	Sem credenciamento Informal	Associação de Catadores de Lixo Pe. Luiz Chechin						Entrega voluntária
PE	Recife	1	0	Sem credenciamento Informal	ONG - Moradia e Cidadania			Selda Cabral		administrAtivope@gmail.com	
PE	Recife	1	1	Concluído Credenciada	Cooperativa Esperança Viva	fev/13	fev/14	Laudeneide S Roberto	Rua do Peixoto, 440 Bairro São José	(81) 8558 9028	
PI	Todo o estado	0	0	Credenciamento divulgado							Informamos que os editais de credenciamentos referentes aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão foram divulgados na primeira semana de dezembro
PR	Ampere	1	0	Sem credenciamento Informal	Sabiá Ecológico Solução Ambiental					(46) 3546-1137	
PR	Capanema	1	0	Sem credenciamento Informal	Sabiá Ecológico Solução Ambiental					(46) 3546-1138	
PR	Santo Antonio do Sudoeste	1	0	Sem credenciamento Informal	Sabiá Ecológico Solução Ambiental					(46) 3546-1139	
PR	Assis Chateaubriand	1	0	Sem credenciamento Informal	Associação dos Catadores de papel de Assis Chateaubriand						
PR	Cascavel	1	0	Sem credenciamento Informal	COOTACAR					(45) 3227-7757	

PR	Foz do Iguaçu	1	0	Sem credenciamento Informal	COOAFI					(45) 3524-5943	
PR	Francisco Beltrão	1	0	Sem credenciamento Informal	Catadores de Papel de Francisco Beltrão					(46) 3524-3388	
PR	Candido Rondon	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERAGIR						
PR	Medianeira	1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperativa dos Catadores de Medianeira					(45) 3240-1863	
PR	Palotina	1	0	Sem credenciamento Informal	Associação dos Catadores de recicláveis de Palotina						
PR	Santa Helena	1	0	Sem credenciamento Informal	Associação Agentes Ambientais de Santa Helena					(45) 3268-3611	
PR	Curitiba	1	0	Sem credenciamento Informal	ACAT GRACIOSA						
PR	Curitiba	1	0	Sem credenciamento Informal	PIAZZETTA					(41)3262-9266	
PR	Sarandi	1	0	Sem credenciamento Informal	PLUSH Comércio de Papéis Ltda.					(44) 3028-2278	
PR	Mariangá	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERCICLA						
PR	Arapongas	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPREARA						
PR	Londrina	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERREGLÃO					(43) 3341-0398	
PR	Apuracana	1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERREGLÃO					(43) 3341-0399	
PR	Cambé	1	0	Sem credenciamento Informal	ASSAREC						
PR	Jacarezinho	1	0	Sem credenciamento Informal	ASSOMARIA - Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de Jacarezinho						

PR	Jaguapitã	1	0	Sem credenciamento Informal	ASCAMAR							
PR	Curitiba	1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperativa Catamaré							
PR	Rio Netro	1	0	Sem credenciamento Informal	FUNDIR					(47) 3645-0346		
RJ	Rio de Janeiro	1	1	Em curso Credenciada	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Galeão	nov/11	nov/14	Luiz Antonio	Rua Cabo Roberto Mothe nº 557 - Galeão Ilha do Governador	(21)817-5769 (21)7122-6028 coopgaleao@bol.com.br	Atual coletora para o semestre em curso, conforme ordenamento para prestação de serviço, definido através de sorteio (Credenciamento Nº 5991/2011- Proc. 7074.01.5991.0/2011), segundo semestre de atuação.	
RJ	Rio de Janeiro	1	1	Em curso Credenciada	Cooperativa Céu Azul	nov/11	nov/14	Luiz	Rua Miguel Angelo nº 385 - Bairro Maria da Graça	(21) 3474-2901 7896-0040 coopceuzul@coopceu	Segunda atuação prevista para 1º Semestre de 2014	
RJ	Rio de Janeiro	1	1	Em curso Credenciada	Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Materiais Plásticos e Resíduos Ltda -	nov/11	nov/14	José Luiz	Rua Dezesete de Fevereiro nº 408, Bonsucesso	(21) 99119-2969 riocoop@terra.com.br	Segunda atuação prevista para 2º Semestre de 2014	
RN	Natal	1	0	Informal				Rosineide Nascimento	Av. Adolfo Gorde, s/nº, Cidade Nova	(84) 3232. 8812 rosileidema@gmail.co		
RN	Natal	1	0	Sem credenciamento Informal	ONG - Moradia e Cidadania			Atlenísia		(84) 3220 -6087 'coordenadorn@gmail.com'		
RN	Mossoró	0	0	Sem credenciamento	Licitação Deserta						Edital Deserto realizado em 2012 *	
RN	Mossoró	0	0	Sem credenciamento	Licitação Deserta						Edital Deserto realizado em 2013 *	
RO	Todo o estado	0	0	Sem credenciamento							Não possui nenhum credenciamento.	
RR	Todo o estado	0	0	Sem credenciamento							Não possui nenhum credenciamento.	
RS	Caxias do Sul	1	1	Concluído Credenciada	Associação de Recicladores e Carroceiros Aeroporto - ARCA	13/02/2012	12/08/2012	Juarez Antonio	Dossiê arquivado na GILOG/PO	54-32148990 Airton 96882563 e Suelen 84212906 na Associação Ou Ládía na GIDUR Caxias	Credenciamento encerrado, porém as Unidades seguem doando material reciclável informalmente à Associação, através da ONG Moradia e	
RS	Erechim	3		Concluído Determinação do Ministério Público	Associação de Catadores Reciclando pela Vida							
					Associação de Reciladores Filhos da Natureza			Ag. Erechim, com Ângela		54-21063000		

			3		Associação dos Recicladores Protetores da Natureza - ARPEN						
RS	Esteio e Sapucaia do Sul	1	1	Concluído Credenciada	Associação dos Recicladores e Catadores de	14/07/2013	13/01/2015	Rita de Cássia dos S. de Souza	Av. Luiz Pasteur, 7275 - Esteio/RS	Associação não possui telefone próprio.	Há dificuldade no contato com a Associação, que não possui telefone próprio ou e-mail.
RS	Igrejinha; Parobé; Taquara; Três Coroas	1	1	Concluído Credenciada	Cooperativa de Reciclatem e Limpeza de Taquara Ltda -	13/02/2012	12/08/2012	Rui Barbosa Silva	Dossiê arquivado na GILOG/PO	51-81621441 ruibarboza1@hotmail.com	Credenciamento encerrado
RS	Novo Hamburgo	1	1	Concluído Credenciada	Cooperativa de Construção Civil e Limpeza Urbana Ltda - COOLABORE	13/02/2012	12/08/2012	Paulo Ricardo Bohn	Dossiê arquivado na GILOG/PO	51-98230013 coolabore@gmail.com	Credenciamento encerrado
RS	Passo Fundo	2	2	Concluído Credenciada	Associação Amigos do Meio Ambiente - AAMA	13/02/2012	13/08/2012	Sely Ignácio	Dossiê arquivado na GILOG/PO	54-81467672 Contato na SR Norte Gaúcho - Marilda	Credenciamento encerrado, porém a Associação habilitou-se ao credenciamento que está em curso em Edital conduzido pela
				Concluído Credenciada	Coop. Mista de Produção e Trab. Dos Empreend. Pop. Da Sta. Marta Ltda- COOTRAEMPO	13/02/2012	12/08/2012	Deonires de Fátima Monteiro	Dossiê arquivado na GILOG/PO		Credenciamento encerrado.
RS	Pelotas	1	1	Concluído Credenciada	Cooperativa de Agentes Ambientais - FRAGET - COOAFRA	14/07/2013	13/01/2015	Florêncio da Silva	Rua Carlos Andrade, 260 - Pelotas/RS	53-81235288 florenciodasilva68@hotmail.com	Coleta sendo efetuada, conforme dados informados pelas Unidades.
RS	Três de Maio	1	1	Concluído Credenciada	Associação dos Seleccionadores de Material Reciclável de	15/02/2013	14/08/2012	Anderson Luiz Piorin	Dossiê arquivado na GILOG/PO	55-35359391	Credenciamento encerrado, porém a Unidade segue doando material reciclável informalmente à Associação.
RS	Diversos Municípios do RS	0	0	Sem credenciamento Acordo	ONG Moradia e Cidadania	01/01/2010		Arthur Ferreira Almeida		51-32056170 moradiaecidadaniars@caixa.gov.br	Acordo firmado entre a GILOG Distribuição e a ONG Moradia e Cidadania. Coleta feita através do sistema de malote
SC	Todo o estado	0	0	Sem credenciamento							No âmbito do Estado de SC todas as licitações que foram deflagradas nos últimos 2 anos tiveram como resultado "licitação deserta", conforme a
SE	Aracajú	1	1	Ativa Credenciada	CARE	30.12.2011	30.12.13	Vaneide/Gilberto	Rua A.n 150, Terra Dura, Bairro Santa Maria	79-32431581care.cooperativa@bol.com.br	Realizam coleta regular Unidades de Aracajú e Região Metropolitana

SP	Jaú	1	1	Ativa Credenciada	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável de Jaú	Os contratos estão com a GILOG Bauru, portanto não temos os dados de início e fim da vigência.		Antonio Francisco Maciel dos Anjos	Rua Orozimbo Loureiro, 167, Vila Hilar	(14) 3622-5522 acapiau@hotmail.com	Ativo
SP	Lençóis Paulista	1	1	Ativa Credenciada	COOPRELP – Cooperativa de Reciclagem Lençóis Paulista			Maria Inês do Nascimento, Rosangela Oliveira e Keila F Pereira	Rod. Lep 335, Km2 S/N, Bairro Rual, Cx Postal, 377	(14) 32641242 reciclagem@cooprelp.com.br ou reciclagem@lencoispaulista.sp.gov.br	Ativo
SP	Votuporanga	1	1	Ativa Credenciada	COOPERVINTE Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Votuporanga			Marilda Zuchi e Maria da Conceição Caetano	Rua Thomas Paes Cunha Filho, 2898, Bairro São João	(17)3423-5872 cooper20.materiaisreciclaiveis@gmail.com	Ativo
SP	Cândido Mota	1	1	Ativa Credenciada	de Papel, Papelão e Material Reciclável de			Elisângela de Paula Franco	Rua Assad Chadi s/nº, Vila São Judas Tadeu	(18) 9754-2258 incopunespassis@yahoo.com.br	Ativo
SP	Araçatuba	1	1	Ativa Credenciada	ACREPON- Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável de			Silvia Helena de Souza	Rua Rangel Pestana, 512, São Joaquim	(18) 3625-2808 acrepom@ig.com.br	Ativo
SP		1	3	Ativa Credenciada	Sem Fronteiras	02/05/2012	01/05/2014	Zé Roberto/ Flávio / Joceane	R. Gen. Jerônimo Furtado, 572	(11)2240-9170 (11)2249-1736 sem.frenteiras@superig.com.br	Atende 8 unidades: 7 Agências vinculadas à SR Santana e 1 área meio
SP		1		Ativa Credenciada	FÊNIX ÁGAPE	02/05/2012	01/05/2014	Francisca/ Ivanilde	R. Manuel Bueno da Fonseca, 503 A	(11)3537-3797 (11)2562-2829 fenix_agape@ig.com.br	Atende 3 unidades: 3 agências vinculadas à SR Penha
SP		1		Ativa Credenciada	Nova Esperança/ Projeto Pantanal	02/05/2012	01/05/2014	David Almeida / Iva Ramos	R. Japichauá, 311	(11)2214-2350 novaesperancae@hotmail.com	Atende 6 unidades: 6 Agências vinculadas à SR Penha
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperativa Tietê			Lucia / Maria	Av. Salim Maluf, 179	(11)2092-3668/ 2092-3102/2092- 3669 centraltiete@ig.com.br	Atende 8 unidades: 3 agências vinculadas à SR SÉ/SR Penha/SR Ipiranga e 5 áreas meio
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERE-CENTRO			Luis	Av. do Estado, 300	(11)3326-4512/ 3313-6350 coopere-	Atende 6 unidades: 6 agências vinculadas à SR Paulista
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperação			Neilton/Regiane	R. Froben, 99	(11)3832-0992/3836-9043 helia.oliveira63@gmail.com; neiltoncp@ig.com.br;	Atende 1 unidade: 1 agência vinculada à SR Pinheiros
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperleste				Estr. Fazenda do Carmo, 450	(11)2013-3627/2015-3613 cooperelestesm@ig.co	Atende 1 unidade: 1 agência vinculada à SR Penha

SP	São Paulo	1	0	Sem credenciamento Informal	Vitória da Penha			Genivaldo ou Tatiane	R. Lagoa de Dentro, 170	(11)2541-9298 (11)2547-0261 cooperpenha01@ig.com.br	Iniciou o atendimento a 3 Agências da CAIXA, porém pouco tempo depois interrompeu a coleta, sem justificativas
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	COOPERCAPS			Sandra	Av. João Paulo da Silva, 48	(11)5667-7937/5667-9961 carioca@coopercaps.c	Atende 7 unidades: 3 agências vinculadas SR Santo Amaro/SR Ipiranga ; 1 SR; 3 área meio
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	Coop. Nova Conquista			Aramis Pincerno	Rua Cembira, 1100	(11)2514-9333/2512-8606 coopnovaconquista@ig	Atende 1 unidade: 1 agência vinculada à SR Penha
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	CRESCER			Claudio/ Cristina/ Maria	R. Joaquim Oliveira Freitas, 325	(11)3902-3822/2614-4134 cooperativacrescer@hotmail.com; cooperativacrescer@te	Atende 6 unidades: 6 agências vinculadas SR Santana
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	UNIÃO			Guilherme	R. São Felix do Piauí, 1221 - taquera	(11)2217-3850 coop.uniao@ig.com.br	Atende 2 unidades: 2 agências vinculada à SR Penha
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	Coopermyre			José Alberto	Av. Miguel Yunes, 347	(11)5612-4723/5612-8997 coopermyre@terra.co	Demonstrou interesse em atender às unidades da CAIXA, porém ainda não atende
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	NOSSOS VALORES			-	Rua Nossa Senhora do Socorro, 218 - Capela do Socorro	(11) 5641-0218-	Atende 1 unidade: 1 agências vinculadas SR Santo Amaro
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	Coopermiti			Cintia ou Alex	R. Dr. Sérgio Meira, 268, Barra Funda	(11)3666-0849/3666-9014 bruno.maximo@coope	Retira apenas lixo eletrônico, mas tem muito interesse em atender a CAIXA
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	Chico Mendes			Dulce ou Vartan	R. Cinira Polônio, 369 - São Mateus	(11)2752-9446-	Atende 1 unidade: 1 agências vinculadas SR Santo Amaro
SP		1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperglicerio			Bispo e Hamilton	R. Teixeira Leite, 140 Centro	2771-3332 / 96227-0116cooperglicerio@ig.com.br	Atende 5 unidades: 1 agência vinculada à SR Sé, 1 SR e 3 áreas meio
SP	São José dos Campos	2	0	Sem credenciamento Informal	Cooperativa São Vicente			Andreia	R. do Cajuru, 191	(12)3431-1702 (12) 9106-0578 COOPSV@BOL.COM.BR	Demonstrou interesse em atender às unidades da CAIXA, porém ainda não atende
SP			0	Sem credenciamento Informal	Cooperativa Futura			Alexandra	Rua José Cobra, 1040 a 1200- Pq Industrial	(12) 3931-9981 cooperativa@reciclagemfutura.com.br	Demonstrou interesse em atender às unidades da CAIXA, porém ainda não atende
SP	Suzano	1	0	Sem credenciamento Informal	Cooperativa de trabalho unidos venceremos (UNIVENCE)			Luíza	Rua Biotônico, 1900 - Jd Colorado	Tel: (11) 4742-9024 não informado	Atende 1 unidade: 1 agência vinculada à SR Penha
SP	Santos	1	0	Sem credenciamento Informal	ONG SEM FRONTEIRA			Adriano	Rua da Constituição n 86 Bairro Paqueta Santos/SP	(13) 3025-7373 não informado	Atende 14 unidades: 13 agências vinculadas SR Baixada Santista e SR
SP	São Bernardo do			Sem credenciamento Informal	Centro de Ecologia e Cidadania Raio			Viviane	Estrada da Cooperativa nº 711 bairro Cooperativa	(11) 4351-3195 raioluzrecicle@gmail.com	Atende 6 unidades: 5 Agências vinculadas à SR ABC e 1 área meio

SP	Campos do Jordão	2	0	Informal	Centro de Ecologia e Cidadania Refazendo			Francisca	Rua Batuíra, 256 - Assunção - SBC	(11) 4109-9084 refazendo.reciclagem@gmail.com	Iniciou o atendimento a 1 Agência da CAIXA, porém 1 mês depois interrompeu a coleta, sem justificativas
SP	Guarulhos	1	1	Concluído Credenciada	Coop Reciclável / Catadores de Guarulhos	02/05/2012	01/05/2014	Leiliane/ Fabiana/ Cristiano	R. Estrela D'Oeste, 700 - Jd. São Geraldo	(11) 2088-0313 (11)2088-8091 coopreciclavel1@uol.com.br	Atende à 3 Agências da CAIXA vinculadas à SR Santana
SP	Valinhos	1	1	Ativo Cooperativa Credenciada	Recoopera	01/10/2012	01/10/2014	Jane	Rodovia dos Agricultores, 241, Capuava	(19) 8195-1680	A coleta é feita por demanda - conforme acumulam-se materiais na unidade, é feito o contato para retirada. Nos dois últimos meses a cooperativa não conseguiu fazer a retirada, que foi feita pela Prefeitura local.
SP	São João da Boa Vista	1	1	Ativo Cooperativa Credenciada	Coopermax	12/07/2012	12/07/2014	Dinei / Leda	Av. Adorvado José Valim, 365, Distrito Industrial II	(19) 3624-1514 ou 3624-1864 ledaines@hotmail.com	A coleta está sendo feita normalmente (Agência e PAB), sendo que o PAB destina em conjunto com a Justiça Federal do município.
SP	Bragança Paulista	1	1	Ativo Cooperativa Credenciada	Bragança Recicla	22/06/2014	21/06/2014		Av. dos Imigrantes, 7257,	(19) 98623-3960	A coleta vem ocorrendo normalmente, a cooperativa enfrentou problemas durante um período para fazer a retirada dos materiais, o que já foi regularizado. A cooperativa retira os materiais conforme a unidade
SP	Limeira	1	1	Ativo Cooperativa Credenciada	Coopereli	22/06/2012	21/06/2014	Eva	A. Antonio de Luna, 1323, Jd. Aeroporto	19) 98744 4188 ou 99586 2545	A última informação que tivemos é de que a coleta é feita por caminhão da Prefeitura Municipal, porém o telefone da Cooperativa mudou e não estamos conseguindo mais contato (também não estamos conseguindo contato pelo celular da
SP	São Carlos	1	1	Ativo Cooperativa Credenciada	Coopervida	22/06/2012	21/06/2014	Priscila/Natalia	Rua José Mancini, 615, Pq. São José, São Carlos/SP	(16) 3368-1361 coopervida@hotmail.com	Coleta é realizada conforme as unidades solicitam; as ocorrências mais comuns é a Cooperativa não conseguir retirar o material em tempo hábil, ocasionando acúmulo excessivo de material, que por esse motivo acaba sendo repassado para outra entidade.
TO	Palmas	1	0	Sem credenciamento Informal	ASCAMPA - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Centro e Norte de Palmas	x-x	x-x	Maria Edileuza e Terezinha de Jesus	307 Norte, Av. LO-10 Lt. 2, 3 e 4	63 9291 5548 9218 0513 32244819 3224 1575x-x	Coleta nas agências de Palmas quando demandado

				Sem credenciamento Informal	COOPERAN - Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins	x-x	x-x	Maria do Carmo e Otacilio Martins	1012 Sul, Av. 105 QI-F Lt. 19-B Setor Industrial	63 9953 2103 9966 0452x-x	Coleta nas agências de Palmasquando demandado
TO	Palmas	1	0								
	TOTAL	120	43								

: as Cooperativas do Município de São Paulo, o que leva as Cooperativas atuarem somente nos bairros próximos e não entrando na região de

*** Todos os editais de licitação foram informados, via e-mail, aos Ministérios Públicos dos Estados.**



Relatório de Gestão – Exercício 2013

Anexo IV

Ofício - TCU



Tribunal de Contas da União
Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública

Ofício 0031/2013-TCU/SecexDefesa, de 25/1/2013

Processo TC 027.911/2010-1

Natureza: Diversas

Ao Senhor
Murilo Francisco Barella
Diretor
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST/MP
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, sala 868
70.040-900 - Brasília - DF

Senhor Diretor,

1. Comunico a Vossa Senhoria que, conforme Despacho do Relator, Excelentíssimo Senhor Ministro José Mucio Monteiro, de 21/1/2013, cópia anexa, foi conhecido o pedido de reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, suspendendo-se os efeitos do Acórdão 2.303/2012-Plenário, item 9.1, em relação à Caixa Econômica Federal.
2. Por fim, solicito atenção para as informações complementares contidas no Anexo I deste ofício, as quais integram a presente comunicação, bem como a devolução da 2ª via deste ofício, com o "ciente" de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretario

Endereço: SAFS Qd 4 Lote 1 - Anexo II Sala 329 - SAFS - 70.042-900 - Brasília / DF

Tel.: (61) 3316-7673 - Fax: (61) 3316-7567 - email: secexdefesa@tcu.gov.br

Atendimento ao público externo: dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 49622280.



Tribunal de Contas da União

ANEXO I – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 1) O Tribunal, em respeito ao princípio da ampla defesa, encontra-se à disposição, por meio de suas Secretarias, para prestar esclarecimentos a respeito de eventuais dúvidas ou sobre procedimentos a serem adotados, efetuar a atualização de dívida, em caso de débito e/ou multa, bem como conceder vista e cópia dos autos, caso solicitados.
- 2) É possível requerer vista eletrônica dos autos, por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br > aba cidadão, serviços e consultas > e-TCU Processos > vista eletrônica de processos), exceto no caso de processos/documentos sigilosos. Para tanto, deve ser providenciado o credenciamento e a habilitação prévia do responsável e/ou do procurador, no endereço eletrônico mencionado.
- 3) Ao apresentar resposta ou defesa ao TCU, é necessário observar que:
 - a) o número do processo e deste ofício devem ser indicados com destaque;
 - b) os documentos que venham a ser encaminhados ao Tribunal deverão ser apresentados por cópia ou segunda via, exceto nos casos em que houver determinação legal para apresentação de originais, cabendo ao responsável e/ou interessado manter os originais sob sua guarda, nos termos do art. 4º, § 2º, da Instrução Normativa - TCU 68/2011; e



Relatório de Gestão – Exercício 2013

Anexo V

Informações contábeis da gestão

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do resultado do exercício – DRE
- Notas explicativas – NE
- Demonstração dos fluxos de caixa – DFC
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – DMPL
- Demonstração do valor adicionado – DVA
- Relatório da administração - RA

(Em milhares de reais)

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (b))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (b))
CIRCULANTE	400.149.115	351.218.182	400.931.075	351.859.802
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	11.480.407	8.035.967	11.480.407	8.035.967
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	44.904.342	75.183.272	44.904.342	75.183.272
Aplicações no mercado aberto	37.232.669	72.104.596	37.232.669	72.104.596
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.672.360	3.078.757	7.672.360	3.078.757
Provisões para perdas	(687)	(81)	(687)	(81)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	112.639.473	91.877.035	113.261.241	92.375.479
Carteira própria - livre	58.724.773	57.148.000	59.346.541	57.644.444
Vinculados a compromissos de recompra	53.649.345	34.647.909	53.649.345	34.647.909
Instrumentos financeiros derivativos	260.317	82.128	260.317	82.128
Vinculados ao Banco Central		998		998
Vinculados a prestação de garantias	5.038		5.038	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	86.740.369	72.880.330	86.740.369	72.880.330
Pagamentos e recebimentos a liquidar	73.327	247.478	73.327	247.478
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	86.188.520	72.199.506	86.188.520	72.199.506
Correspondentes	478.522	433.346	478.522	433.346
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	593.239	713.650	593.239	713.650
Recursos em trânsito de terceiros	220	148	220	148
Transferências internas de recursos	593.019	713.504	593.019	713.504
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	104.418.611	72.168.700	104.418.611	72.168.700
Setor público	3.817.686	3.032.766	3.817.686	3.032.766
Setor privado	109.483.015	77.669.528	109.483.015	77.669.528
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	585.312	366.301	585.312	366.301
Provisão para operações de créditos	(9.467.402)	(8.899.895)	(9.467.402)	(8.899.895)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	38.317.229	29.403.813	38.477.421	29.546.989
Créditos por avais e fianças honorados	26.042	31.799	26.042	31.799
Carteira de câmbio	686.732	114.195	686.732	114.195
Rendas a receber	2.019.622	1.623.801	2.180.487	1.764.138
Negociação e intermediação de valores	884	4.714	884	4.714
Créditos específicos	716.094	692.906	716.094	692.906
Diversos	35.143.263	27.091.674	35.142.590	27.094.513
Provisão para outros créditos	(275.388)	(155.276)	(275.388)	(155.276)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.055.445	955.415	1.055.445	955.415
Outros valores e bens	1.020.169	798.227	1.020.169	798.227
Provisões para perdas	(31.614)	(103.028)	(31.614)	(103.028)
Despesas antecipadas	66.890	260.216	66.890	260.216
NÃO CIRCULANTE	458.326.241	352.034.110	457.394.261	351.347.795
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	50.026.983	46.588.282	50.026.983	46.588.282
Carteira própria - livre	14.200.836	32.586.271	14.200.836	32.586.271
Vinculados a compromissos de recompra	31.542.429	12.318.617	31.542.429	12.318.617
Vinculados ao Banco Central	944		944	
Vinculados a prestação de garantias	4.282.774	1.683.394	4.282.774	1.683.394
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	20.797.571	18.776.893	20.797.571	18.776.893
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	20.797.571	18.776.893	20.797.571	18.776.893
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	357.426.648	261.853.600	357.426.648	261.853.600
Setor público	33.611.053	24.871.263	33.611.053	24.871.263
Setor privado	334.360.959	245.740.679	334.360.959	245.740.679
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.629.761	2.058.966	3.629.761	2.058.966
Provisão para operações de créditos	(14.175.125)	(10.817.308)	(14.175.125)	(10.817.308)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	20.241.981	16.560.759	20.241.981	16.560.759
Diversos	20.290.362	16.609.378	20.290.362	16.609.378
Provisão para outros créditos	(48.381)	(48.619)	(48.381)	(48.619)
PERMANENTE	9.833.058	8.254.576	8.901.078	7.568.261
INVESTIMENTOS (Nota 11)	4.272.753	3.964.971	3.340.773	3.278.656
Participações em coligadas e controladas:	3.897.399	3.727.613	2.965.419	3.041.298
- No país	3.896.611	3.726.366	2.964.631	3.040.051
- No exterior	788	1.247	788	1.247
Outros investimentos	455.720	256.039	455.720	256.039
Provisão para perdas	(80.366)	(18.681)	(80.366)	(18.681)
IM OBLIGADO DE USO (Nota 12)	3.026.322	2.164.942	3.026.322	2.164.942
Imóveis de uso	770.513	310.261	770.513	310.261
Reavaliações de imóveis de uso	743.272	744.011	743.272	744.011
Outras imobilizações de uso	5.667.682	4.697.398	5.667.682	4.697.398
Depreciações acumuladas	(4.155.145)	(3.586.728)	(4.155.145)	(3.586.728)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.533.983	2.122.238	2.533.983	2.122.238
Ativos intangíveis	3.617.578	2.990.846	3.617.578	2.990.846
Amortizações acumuladas	(1.083.595)	(868.608)	(1.083.595)	(868.608)
DIFERIDO		2.425		2.425
Gastos de organização e expansão		38.466		38.466
Amortizações acumuladas		(36.041)		(36.041)
T O T A L	858.475.356	703.252.292	858.325.336	703.207.597

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (f))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (f))
CIRCULANTE	526.346.591	443.665.401	526.196.571	443.620.706
DEPÓSITOS (Nota 14)	304.015.240	280.729.181	303.729.806	280.729.051
Depósitos à vista	25.170.971	27.385.571	25.170.971	27.385.567
Depósitos de poupança	209.573.848	176.298.622	209.573.848	176.298.622
Depósitos interfinanceiros	2.228.373	10.280.691	2.228.373	10.260.691
Depósitos a prazo	56.888.921	57.516.733	56.603.487	57.516.607
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	9.267.564	10.155.127	9.267.564
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	115.453.523	90.984.561	115.368.762	90.785.152
Carteira própria	82.694.499	44.478.327	82.609.738	44.278.918
Carteira de terceiros	32.759.024	46.506.234	32.759.024	46.506.234
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	43.595.248	16.835.519	43.595.248	16.835.519
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	37.263.075	13.708.836	37.263.075	13.708.836
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	6.332.173	3.126.683	6.332.173	3.126.683
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	526.624	372.381	526.624	372.381
Recebimentos e pagamentos a liquidar	507.669	358.957	507.669	358.957
Correspondentes	18.955	13.424	18.955	13.424
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.043.376	1.385.371	2.043.376	1.385.371
Recursos em trânsito de terceiros	1.525.075	1.262.980	1.525.075	1.262.980
Transferências internas de recursos	518.301	122.391	518.301	122.391
OBRIGAÇÕES POR EM PRÉSTIMOS (Nota 17)	893.112	43.300	893.112	43.300
Empréstimos no país - Outras instituições				
Empréstimos no exterior	893.112	43.300	893.112	43.300
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	2.124.038	2.356.114	2.124.038	2.356.114
TESOURO NACIONAL - PIS	641.650	348.806	641.650	348.806
BNDES	618.401	1.633.823	618.401	1.633.823
FGTS	861.689	371.285	861.689	371.285
Outras	2.298	2.200	2.298	2.200
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	89.171	539	89.171	539
Instrumentos financeiros derivativos	89.171	539	89.171	539
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	57.606.259	50.958.435	57.826.434	51.113.279
Cobrança e antecipações de tributos e assemelhados	264.352	258.984	264.352	258.984
Carteira de câmbio	39.318	93.105	39.318	93.105
Sociais e estatutárias	4.523.044	5.660.303	4.523.044	5.660.303
Fiscais e previdenciárias	1.993.050	1.656.481	2.212.856	1.811.050
Negociação e intermediação de valores	44.592	5.075	44.592	5.075
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	842.957	989.075	842.957	989.075
Recursos para destinação específica:	8.852.307	7.629.604	8.852.307	7.629.604
- Obrigações de operações com loterias	1.310.495	1.237.388	1.310.495	1.237.388
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.268.366	5.893.513	7.268.366	5.893.513
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	273.446	498.703	273.446	498.703
Diversas	41.046.639	34.665.808	41.047.008	34.666.083
NÃO CIRCULANTE	296.755.402	235.540.610	296.755.402	235.540.610
DEPÓSITOS (Nota 14)	57.039.948	39.050.915	57.039.948	39.050.915
Depósitos interfinanceiros	127.189	32.742	127.189	32.742
Depósitos a prazo	56.912.759	39.018.173	56.912.759	39.018.173
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	1.120.867	3.123.417	1.120.867	3.123.417
Carteira própria	1.120.867	3.123.417	1,120.867	3,123.417
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	40.227.746	32.167.675	40.227.746	32.167.675
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	40.227.746	32,167,675	40,227,746	32,167,675
OBRIGAÇÕES POR EM PRÉSTIMOS (Nota 17)	2.338.821		2.338.821	
Empréstimos no exterior	2,338,821		2,338,821	
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	156.198.141	121.381.325	156.198.141	121.381.325
TESOURO NACIONAL - PIS	17.912	406.796	17.912	406.796
BNDES	23.012.645	15.922.207	23.012.645	15.922.207
FGTS	131.870.736	104.424.931	131.870.736	104.424.931
Outras	1.296.848	627.391	1.296.848	627.391
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	39.829.879	39.817.278	39.829.879	39.817.278
Fiscais e previdenciárias	154.242	162.625	154.242	162.625
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	39.675.637	39.654.653	39.675.637	39.654.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	35.373.363	24.046.281	35.373.363	24.046.281
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	28.325.236	35.000.000	28.325.236
- Capital a realizar	(12.945.198)	(4.270.434)	(12.945.198)	(4.270.434)
Instrumento elegível ao capital principal	8.000.000		8.000.000	
Reservas de capital	167		167	
Reserva de reavaliação	392.929	423.165	392.929	423.165
Reservas de lucros	4.902.396	2.693.064	4.902.396	2.693.064
Ajuste de avaliação patrimonial	23.069	(698.304)	23.069	(698.304)
Lucros/Prejuízos Acumulados		(426.446)		(426.446)
T O T A L	858.475.356	793.252.292	858.325.336	793.207.597

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2013		2012 (Nota 3 (t))		2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	40.623.532	73.049.092	29.594.089	58.147.194	40.623.532	73.049.092	29.594.089	58.147.194
Operações de crédito (Nota 8 (e))	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	10.530.574	17.096.125	9.446.739	19.281.704	10.530.574	17.096.125	9.446.739	19.281.704
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))			16.805	26.327			16.805	26.327
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.587.139	6.486.070	2.663.965	5.686.297	3.587.139	6.486.070	2.663.965	5.686.297
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	183.872	361.532	140.838	193.532	183.872	361.532	140.838	193.532
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(30.631.892)	(53.870.322)	(20.917.256)	(41.291.333)	(30.615.808)	(53.844.463)	(20.909.559)	(41.262.113)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(20.366.512)	(34.887.435)	(13.611.659)	(26.991.511)	(20.350.428)	(34.861.576)	(13.603.962)	(26.962.291)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(263.267)	(448.753)			(263.267)	(448.753)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.991.640	19.178.770	8.676.833	16.855.861	10.007.724	19.204.629	8.684.530	16.885.081
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(7.924.263)	(14.000.579)	(7.052.239)	(12.552.490)	(7.924.208)	(14.009.607)	(7.042.108)	(12.560.143)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	7.035.824	13.610.414	6.238.985	12.008.016	7.035.824	13.610.414	6.238.985	12.008.016
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.484.296	2.741.518	1.192.350	2.272.587	1.484.296	2.741.518	1.192.350	2.272.587
Despesas de pessoal (Nota 24)	(8.412.679)	(15.926.629)	(7.300.019)	(13.518.015)	(8.413.549)	(15.928.394)	(7.301.103)	(13.519.853)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.109.768)	(9.624.458)	(4.592.214)	(8.569.418)	(5.110.073)	(9.626.397)	(4.594.547)	(8.575.612)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.281.968)	(2.409.999)	(992.759)	(2.004.511)	(1.285.560)	(2.413.643)	(997.913)	(2.010.047)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	207.315	360.793	44.067	197.042	166.786	309.699	942	139.088
Outras receitas operacionais (Nota 26)	4.908.744	10.225.081	4.033.444	7.455.962	4.954.095	10.274.495	4.095.275	7.519.838
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(6.756.027)	(12.977.299)	(5.676.093)	(10.394.153)	(6.756.027)	(12.977.299)	(5.676.097)	(10.394.160)
RESULTADO OPERACIONAL	2.067.377	5.178.191	1.624.594	4.303.371	2.083.516	5.195.022	1.642.422	4.324.938
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(4.951)	(19.650)	(18.139)	(110.286)	(4.951)	(19.650)	(18.139)	(110.286)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.062.426	5.158.541	1.606.455	4.193.085	2.078.565	5.175.372	1.624.283	4.214.652
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	2.203.339	2.628.137	1.963.046	2.396.523	2.187.200	2.611.306	1.945.218	2.374.956
Tributos correntes	44.452	(548.571)	84.184	(265.684)	28.309	(565.408)	66.341	(287.271)
Ativo fiscal diferido	2.267.631	3.508.063	1.800.015	2.856.363	2.267.635	3.508.069	1.800.030	2.856.382
Passivo fiscal diferido	(108.744)	(331.355)	78.847	(194.156)	(108.744)	(331.355)	78.847	(194.155)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(682.995)	(1.063.306)	(656.574)	(950.000)	(682.995)	(1.063.306)	(656.574)	(950.000)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



**Notas Explicativas da Administração
às Demonstrações Contábeis**

Dezembro de 2013

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	3
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis	4
Nota 3 – Principais práticas contábeis	5
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	18
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	18
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	19
Nota 7 – Relações interfinanceiras	30
Nota 8 – Carteira de crédito	32
Nota 9 – Outros créditos	38
Nota 10 – Outros valores e bens	41
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	42
Nota 12 – Imobilizado de uso	43
Nota 13 – Intangível e diferido	44
Nota 14 – Depósitos	45
Nota 15 – Captações no mercado aberto	50
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	51
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	53
Nota 18 – Outras obrigações	54
Nota 19 – Patrimônio líquido	60
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) ..	61
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	66
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	66
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	67
Nota 24 – Despesas com pessoal	68
Nota 25 – Outras despesas administrativas	69
Nota 26 – Outras receitas operacionais	70
Nota 27 – Outras despesas operacionais	71
Nota 28 – Resultado não operacional	72
Nota 29 – Despesas tributárias	73
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	74
Nota 31 – Partes relacionadas	78
Nota 32 – Benefícios a empregados	80
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo	93
Nota 34 – Outras informações	106

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal - Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, incluindo a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação, e sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis**(a) Contexto**

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 11 de março de 2014 e pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2014.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis no. 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no. 11.638/07 e no. 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação não controladora. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 5.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria devem ser acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6.

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

A composição das despesas antecipadas é apresentada na Nota 10.

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual. O valor depreciável do ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelece a Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de *software* e de aquisição de folhas de pagamento, que se referem a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso e intangíveis.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*.

A composição dos depósitos e das captações no mercado aberto, seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, bem como dos recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses são apresentados na Nota 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Nas operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, e são detalhadas na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão e são compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data das demonstrações contábeis;
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos

Mudança de prática contábil – Benefícios a Empregados

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2011 e 31/12/2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor”. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33, onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Os reconhecimentos em resultado provenientes da aplicação do CPC 33 (R1) são imateriais, desta forma, os componentes da Demonstração do Resultado não estão sendo reapresentados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mudança de prática contábil – Contas Encerradas por Inconformidades Cadastrais

Em novembro de 2013, a CAIXA recebeu ofício, emitido pelo Banco Central do Brasil, contendo orientação específica para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais.

O atendimento ao estipulado implicou na ocorrência de mudança da política contábil adotada pela CAIXA referente ao tratamento conferido ao saldo dessas contas.

Anteriormente ao recebimento do ofício, a CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis.

Os efeitos nas contas patrimoniais da aplicação do CPC 33 (R1) e da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos dos ajustes do CPC 33 (R1) na base de créditos tributários são imateriais, considerando a realização em 10 anos.

Descrição	31/12/2011					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	232.502.431	232.959.878	-	-	232.502.431	232.959.878
Não Circulante	278.528.617	277.253.715	-	-	278.528.617	277.253.715
Total do Ativo	511.031.048	510.213.593			511.031.048	510.213.593
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	355.877.180	355.059.725	(973.857)	(973.857)	354.903.323	354.085.868
Outras Obrigações	38.585.257	38.669.072	(973.857)	(973.857)	37.611.400	37.695.215
Diversas (1)	27.560.003	27.560.027	(973.857)	(973.857)	26.586.146	26.586.170
Não Circulante	135.592.488	135.592.488	-	-	135.592.488	135.592.488
Patrimônio Líquido	19.561.380	19.561.380	973.857	973.857	20.535.237	20.535.237
Ajuste de Avaliação Patrimonial (1)	(137.798)	(137.798)	973.857	973.857	836.059	836.059
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	511.031.048	510.213.593			511.031.048	510.213.593

(1) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	350.905.556	351.547.176	312.626	312.626	351.218.182	351.859.802
Outros créditos	29.091.187	29.234.363	312.626	312.626	29.403.813	29.546.989
Diversos (1)	26.779.048	26.781.887	312.626	312.626	27.091.674	27.094.513
Não circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	442.342.112	442.297.417	1.323.289	1.323.289	443.665.401	443.620.706
Depósitos	279.990.109	279.989.979	739.072	739.072	280.729.181	280.729.051
Depósitos à vista (2)	27.381.103	27.381.099	4.468	4.468	27.385.571	27.385.567
Depósitos de poupança (2)	175.566.036	175.566.036	732.586	732.586	176.298.622	176.298.622
Depósitos especiais e de fundos e programas (2)	9.265.546	9.265.546	2.018	2.018	9.267.564	9.267.564
Outras obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas (3)	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio Líquido	25.056.944	25.056.944	(1.010.663)	(1.010.663)	24.046.281	24.046.281
Ajuste de avaliação patrimonial (3)	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Lucros acumulados (4)	-	-	(426.446)	(426.446)	(426.446)	(426.446)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597

(1) Impostos a compensar relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(3) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

(4) Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos no resultado do 2º semestre de 2012 relativos à mudança de prática envolvendo o tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir:

Descrição	2º Semestre de 2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	29.594.089	29.594.089	-	-	29.594.089	29.594.089
Despesas da intermediação financeira	(20.901.435)	(20.893.738)	(15.821)	(15.821)	(20.917.256)	(20.909.559)
Operações de captação no mercado	(13.595.838)	(13.588.141)	(15.821)	(15.821)	(13.611.659)	(13.603.962)
Resultado bruto da intermediação financeira	8.692.654	8.700.351	(15.821)	(15.821)	8.676.833	8.684.530
Outras receitas/despesas operacionais	(6.558.471)	(6.548.340)	(493.768)	(493.768)	(7.052.239)	(7.042.108)
Despesas tributárias	(1.017.830)	(1.022.984)	25.071	25.071	(992.759)	(997.913)
Outras receitas operacionais	4.552.283	4.614.114	(518.839)	(518.839)	4.033.444	4.095.275
Resultado operacional	2.134.183	2.152.011	(509.589)	(509.589)	1.624.594	1.642.422
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.116.044	2.133.872	(509.589)	(509.589)	1.606.455	1.624.283
Imposto de renda e contribuição social	1.760.236	1.742.408	202.810	202.810	1.963.046	1.945.218
Tributos correntes	(40.743)	(58.586)	124.927	124.927	84.184	66.341
Ativo fiscal diferido	1.722.132	1.722.147	77.883	77.883	1.800.015	1.800.030
Passivo fiscal diferido	78.847	78.847	-	-	78.847	78.847
Participações dos empregados no lucro	(656.574)	(656.574)	-	-	(656.574)	(656.574)
Lucro líquido do período	3.219.706	3.219.706			2.912.927	2.912.927

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos no resultado do exercício de 2012 relativos à mudança de prática envolvendo o tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir:

Descrição	Exercício 2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação Financeira	58.147.194	58.147.194	-	-	58.147.194	58.147.194
Despesas da intermediação financeira	(41.271.019)	(41.241.799)	(20.314)	(20.314)	(41.291.333)	(41.262.113)
Operações de captação no mercado	(26.971.197)	(26.941.977)	(20.314)	(20.314)	(26.991.511)	(26.962.291)
Resultado bruto da intermediação financeira	16.876.175	16.905.395	(20.314)	(20.314)	16.855.861	16.885.081
Outras receitas/despesas operacionais	(11.868.099)	(11.875.752)	(684.391)	(684.391)	(12.552.490)	(12.560.143)
Despesas tributárias	(2.038.878)	(2.044.414)	34.367	34.367	(2.004.511)	(2.010.047)
Outras receitas operacionais	8.174.720	8.238.596	(718.758)	(718.758)	7.455.962	7.519.838
Resultado operacional	5.008.076	5.029.643	(704.705)	(704.705)	4.303.371	4.324.938
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.897.790	4.919.357	(704.705)	(704.705)	4.193.085	4.214.652
Imposto de renda e contribuição social	2.118.264	2.096.697	278.259	278.259	2.396.523	2.374.956
Tributos correntes	(437.180)	(458.767)	171.496	171.496	(265.684)	(287.271)
Ativo fiscal diferido	2.749.600	2.749.619	106.763	106.763	2.856.363	2.856.382
Passivo fiscal diferido	(194.156)	(194.155)	-	-	(194.156)	(194.155)
Participações dos empregados no lucro	(950.000)	(950.000)	-	-	(950.000)	(950.000)
Lucro líquido do período	6.066.054	6.066.054			5.639.608	5.639.608

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Total de disponibilidades (caixa)	11.480.407	8.035.967
Disponibilidade em moeda nacional	8.208.226	6.534.096
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.272.181	1.501.871
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	37.232.669	71.161.795
Total	48.713.076	79.197.762

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	4.473.645	-	4.473.645	25.612.121
Letras Financeiras do Tesouro	100.997	-	100.997	5.448.911
Letras do Tesouro Nacional	2.637.397	-	2.637.397	18.993.220
Notas do Tesouro Nacional	1.735.251	-	1.735.251	1.169.990
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	32.759.024	-	32.759.024	46.492.475
Letras Financeiras do Tesouro	11.103.849	-	11.103.849	14.485.765
Letras do Tesouro Nacional	10.315.230	-	10.315.230	11.295.496
Notas do Tesouro Nacional	11.339.945	-	11.339.945	20.711.214
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.766.652	2.905.021	7.671.673	3.078.676
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.767.169	2.905.191	7.672.360	3.078.757
Provisão para perdas em aplicação em DI	(517)	(170)	(687)	(81)
Total - ativo circulante	41.999.321	2.905.021	44.904.342	75.183.272

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	3.975.378	6.918.465	3.242.610	6.107.695
Posição bancada	483.757	1.476.740	1.226.271	1.845.291
Posição financiada	3.491.621	5.441.725	2.016.339	4.262.404
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	189.592	296.056	85.035	174.339
Total	4.164.970	7.214.521	3.327.645	6.282.034

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	INDIVIDUAL			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Vinculados				
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos	59.014.483	81.741.613	4.287.812	944	-	145.044.852
Letras Financeiras do Tesouro	534.885	4.631.344	5.039	-	-	5.171.268
Letras do Tesouro Nacional	49.175.166	49.964.875	4.280.627	944	-	103.421.612
Notas do Tesouro Nacional	9.294.111	27.145.394	2.146	-	-	36.441.651
Tesouro Nacional/ Securitizados	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	13.911.126	3.450.161	-	-	-	17.361.287
Debêntures	3.505.650	3.450.161	-	-	-	6.955.811
Letras de Crédito Imobiliário	581.930	-	-	-	-	581.930
Letras Financeiras	211.703	-	-	-	-	211.703
Cotas de Fundos	58.529	-	-	-	-	58.529
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	8.504.374	-	-	-	-	8.504.374
Outros	-	-	-	-	260.317	260.317
Total em 31/12/2013	72.925.609	85.191.774	4.287.812	944	260.317	162.666.456
Total em 31/12/2012	89.732.271	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.465.317

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos	59.014.483	81.741.613	4.287.812	944	-	145.044.852
Letras Financeiras do Tesouro	534.885	4.631.344	5.039	-	-	5.171.268
Letras do Tesouro Nacional	49.175.166	49.964.875	4.280.627	944	-	103.421.612
Notas do Tesouro Nacional	9.294.111	27.145.394	2.146	-	-	36.441.651
Tesouro Nacional/ Securitizados	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	14.532.894	3.450.161	-	-	-	17.983.055
Debêntures	3.505.650	3.450.161	-	-	-	6.955.811
Letras de Crédito Imobiliário	581.930	-	-	-	-	581.930
Letras Financeiras	211.703	-	-	-	-	211.703
Cotas de Fundos	58.529	-	-	-	-	58.529
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	9.126.142	-	-	-	-	9.126.142
Outros	-	-	-	-	260.317	260.317
Total em 31/12/2013	73.547.377	85.191.774	4.287.812	944	260.317	163.288.224
Total em 31/12/2012	90.230.715	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.963.761

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 31/12/2013	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	146.820.986	(1.774.312)	(1.822)	145.044.852	144.456.491	-	25.843.557	10.147.154	20.783.571	88.270.570
Letras Financeiras do Tesouro	5.171.277	(9)	-	5.171.268	5.171.421	-	4.660.156	-	500.233	10.879
Letras do Tesouro Nacional	105.194.125	(1.772.513)	-	103.421.612	103.386.118	-	17.490.202	10.147.154	19.708.560	56.075.696
Notas do Tesouro Nacional	36.441.248	(1.790)	2.193	36.441.651	35.888.631	-	3.693.199	-	574.778	32.173.674
Tesouro Nacional/Securitizedos	14.336	-	(4.015)	10.321	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	18.181.963	257	(820.933)	17.361.287	17.361.287	8.562.903	58.959	34.055	286.858	8.418.512
Debêntures	7.024.008	217	(68.414)	6.955.811	6.955.811	-	58.959	34.055	-	6.862.797
Letras de Crédito Imobiliário	582.007	-	(77)	581.930	581.930	-	-	-	197.384	384.546
Letras Financeiras	211.709	-	(6)	211.703	211.703	-	-	-	89.474	122.229
Cotas de Fundos	58.529	-	-	58.529	58.529	58.529	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.017.355	40	31.545	1.048.940	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	9.288.355	-	(783.981)	8.504.374	8.504.374	8.504.374	-	-	-	-
Total – TVM	165.002.949	(1.774.055)	(822.755)	162.406.139	161.817.778	8.562.903	25.902.516	10.181.209	21.070.429	96.689.082
Para negociação	100.515.845	(1.774.055)	-	98.741.790	98.741.795	25.569	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.662.099
Disponíveis para venda	17.762.257	-	(822.755)	16.939.502	16.939.502	8.537.334	58.959	34.055	286.858	8.022.296
Mantidos até o vencimento	46.724.847	-	-	46.724.847	46.136.481	-	3.655.466	-	1.064.694	42.004.687
Instrumentos financeiros derivativos	260.317	-	-	260.317	260.317	-	249	6.182	6.513	247.373
Total – TVM e Derivativos	165.263.266	(1.774.055)	(822.755)	162.666.456	162.078.095	8.562.903	25.902.765	10.187.391	21.076.942	96.936.455

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (470.697); 31/12/2012 – (410.774), líquido dos efeitos tributários.

Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO										
Posição em 31/12/2013	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	146.820.986	(1.774.312)	(1.822)	145.044.852	144.456.491	-	25.843.557	10.147.154	20.783.571	88.270.570
Letras Financeiras do Tesouro	5.171.277	(9)	-	5.171.268	5.171.421	-	4.660.156	-	500.233	10.879
Letras do Tesouro Nacional	105.194.125	(1.772.513)	-	103.421.612	103.386.118	-	17.490.202	10.147.154	19.708.560	56.075.696
Notas do Tesouro Nacional	36.441.248	(1.790)	2.193	36.441.651	35.888.631	-	3.693.199	-	574.778	32.173.674
Tesouro Nacional/Securitizados	14.336	-	(4.015)	10.321	10.321	-	-	-	-	10.321
Títulos – Empresas	18.279.603	257	(296.805)	17.983.055	17.983.055	9.184.671	58.959	34.055	286.858	8.418.512
Debêntures	7.024.008	217	(68.414)	6.955.811	6.955.811	-	58.959	34.055	-	6.862.797
Letras de Crédito Imobiliário	582.007	-	(77)	581.930	581.930	-	-	-	197.384	384.546
Letras Financeiras	211.709	-	(6)	211.703	211.703	-	-	-	89.474	122.229
Cotas de Fundos	58.529	-	-	58.529	58.529	58.529	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.017.355	40	31.545	1.048.940	1.048.940	-	-	-	-	1.048.940
Ações	9.385.995	-	(259.853)	9.126.142	9.126.142	9.126.142	-	-	-	-
Total – TVM	165.100.589	(1.774.055)	(298.627)	163.027.907	162.439.546	9.184.671	25.902.516	10.181.209	21.070.429	96.689.082
Para negociação	100.515.845	(1.774.055)	-	98.741.790	98.741.795	25.569	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.662.099
Disponíveis para venda	17.859.897	-	(298.627)	17.561.270	17.561.270	9.159.102	58.959	34.055	286.858	8.022.296
Mantidos até o vencimento	46.724.847	-	-	46.724.847	46.136.481	-	3.655.466	-	1.064.694	42.004.687
Instrumentos financeiros derivativos	260.317	-	-	260.317	260.317		249	6.182	6.513	247.373
Total – TVM e Derivativos	165.360.906	(1.774.055)	(298.627)	163.288.224	162.699.863	9.184.671	25.902.765	10.187.391	21.076.942	96.936.455

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (179.176), 31/12/2012 – (49.544), líquido dos efeitos tributários;

Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido;

Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2013							31/12/2012			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.644.820	100.473.254	(1.774.312)	98.698.942	74.312.660	1.152.089	75.464.749
LFT	-	1.604.504	-	10.317	10.879	1.625.709	(9)	1.625.700	2.973.233	(258)	2.972.975
LTN	-	16.890.388	10.147.154	19.708.560	46.624.415	95.143.030	(1.772.513)	93.370.517	63.455.737	1.136.276	64.592.013
NTN	-	3.693.199	-	-	9.526	3.704.515	(1.790)	3.702.725	7.883.690	16.071	7.899.761
Títulos – Empresas	25.569	-	-	-	17.279	42.591	257	42.848	78.805	956	79.761
Debêntures	-	-	-	-	14.578	14.361	217	14.578	40.408	767	41.175
Cotas de Fundos	25.569	-	-	-	-	25.569	-	25.569	34.466	-	34.466
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.701	2.661	40	2.701	3.931	189	4.120
Total	25.569	22.188.091	10.147.154	19.718.877	46.662.099	100.515.845	(1.774.055)	98.741.790	74.391.465	1.153.045	75.544.510

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	INDIVIDUAL										
	31/12/2013						31/12/2012				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	17.242	19.064	(1.822)	17.242	95.327	397	95.724
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	75.517	(30)	75.487
NTN	-	-	-	-	6.921	4.728	2.193	6.921	4.496	3.897	8.393
Tesouro Nacional/Securitized	-	-	-	-	10.321	14.336	(4.015)	10.321	15.314	(3.470)	11.844
Títulos – Empresas	8.537.334	58.959	34.055	286.858	8.005.054	17.743.193	(820.933)	16.922.260	17.190.744	(718.408)	16.472.336
Debêntures	-	58.959	34.055	-	6.848.219	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.569.932	(15.666)	6.554.266
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	197.384	384.546	582.007	(77)	581.930	324.929	(98)	324.831
Letras Financeiras	-	-	-	89.474	122.229	211.709	(6)	211.703	82.361	42	82.403
Cotas de Fundos	32.960	-	-	-	-	32.960	-	32.960	12.780	-	12.780
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	650.060	618.515	31.545	650.060	682.819	96.210	779.029
Ações	8.504.374	-	-	-	-	9.288.355	(783.981)	8.504.374	9.517.923	(798.896)	8.719.027
Total	8.537.334	58.959	34.055	286.858	8.022.296	17.762.257	(822.755)	16.939.502	17.286.071	(718.011)	16.568.060

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (470.697); 31/12/2012 – (410.774), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2013								31/12/2012		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	17.242	19.064	(1.822)	17.242	95.327	397	95.724
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	75.517	(30)	75.487
NTN	-	-	-	-	6.921	4.728	2.193	6.921	4.496	3.897	8.393
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	10.321	14.336	(4.015)	10.321	15.314	(3.470)	11.844
Títulos – Empresas	9.159.102	58.959	34.055	286.858	8.005.054	17.840.833	(296.805)	17.544.028	17.327.958	(357.178)	16.970.780
Debêntures	-	58.959	34.055	-	6.848.219	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.569.932	(15.666)	6.554.266
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	197.384	384.546	582.007	(77)	581.930	324.929	(98)	324.831
Letras Financeiras	-	-	-	89.474	122.229	211.709	(6)	211.703	82.361	42	82.403
Cotas de Fundos	32.960	-	-	-	-	32.960	-	32.960	52.351	-	52.351
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	650.060	618.515	31.545	650.060	682.819	96.210	779.029
Ações	9.126.142	-	-	-	-	9.385.995	(259.853)	9.126.142	9.615.566	(437.666)	9.177.900
Total	9.159.102	58.959	34.055	286.858	8.022.296	17.859.897	(298.627)	17.561.270	17.423.285	(356.781)	17.066.504

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido), inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (179.176); 31/12/2012 – (49.544), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2013					31/12/2012		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	3.655.466	-	1.064.694	41.608.508	46.328.668	45.740.302	46.058.085	54.225.211
LFT	3.055.652	-	489.916	-	3.545.568	3.545.716	3.305.191	3.305.164
LTN	599.814	-	-	9.451.281	10.051.095	10.015.601	9.037.896	9.660.211
NTN	-	-	574.778	32.157.227	32.732.005	32.178.985	33.714.998	41.259.836
Títulos – Empresas	-	-	-	396.179	396.179	396.179	212.534	260.737
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	396.179	396.179	396.179	212.534	260.737
Total	3.655.466	-	1.064.694	42.004.687	46.724.847	46.136.481	46.270.619	54.485.948

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.589.485	4.099.362	2.993.551	6.563.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	561.897	872.543	301.780	527.669
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.216.061	4.914.656	2.822.805	5.906.248
Outros	(1.839)	(4.957)	958	1.780
Total	6.365.604	9.881.604	6.119.094	12.999.670

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito da contraparte.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos. Esses valores são calculados entre as partes. Neste tipo de registro, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito da contraparte, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil**(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª e 2ª séries**

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US\$ 500.000.000), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar. No entanto, à internalização dos recursos captados adiciona-se o risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos, formalizado como hedge de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

- variação cambial do cupom:
 - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;
 - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- variação cambial do principal:
 - 1ª série, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
 - 2ª série, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2022.
- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
 - 1ª série, US\$ 2,1 milhões semestrais;
 - 2ª série, US\$ 1,5 milhões semestrais.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Notas Sêniores	31/12/2013	31/12/2012
1ª Série	2.357.153	2.048.222
2ª Série	1.153.619	1.057.725
Total	3.510.772	3.105.947

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002 para a efetividade do hedge.

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Nos meses de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2013 a CAIXA realizou a captação de recursos por meio da emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo, e tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Letra Financeira	31/12/2013	Valor na data de emissão
15/08/2023	195.550	200.000
18/09/2023	29.789	30.000
13/11/2023	345.899	332.000
23/12/2020	10.316	10.000
Total	581.554	572.000

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade média das operações está em 94,08%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002 para a efetividade do hedge.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2013					31/12/2012
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial						
Contratos Futuros	20.813.123	9.949.570	16.748.077	46.475.278	93.986.048	67.244.406
Contratos de Swaps	4.750	61.954	65.737	5.604.791	5.737.232	225

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2013					31/12/2012
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas patrimoniais						
Swap posição comprada – a receber	249	6.182	6.513	247.373	260.317	82.128
Swap posição vendida – a pagar	185	15	224	88.747	89.171	539

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	143.000	175.396	(67)	(107)
Futuro	510.503	2.436.291	(527.162)	(1.431.143)
Total realizado	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)
Swap - não realizado	-	-	5.163	5.163

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Títulos públicos	4.288.756	1.684.392
Letras Financeiras do Tesouro	5.039	4.656
Letras do Tesouro Nacional	4.280.627	1.676.135
Notas do Tesouro Nacional	3.090	3.601

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2013	31/12/2012
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.248.104	6.564.440
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	41.509.247	34.991.876
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	10.127.075	6.900.303
Recursos do crédito rural	Não remunerado	1.021.462	-
Compulsório adicional	Taxa SELIC	28.282.632	23.742.887
Total		86.188.520	72.199.506

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "Créditos vinculados - SFH" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	81.879	64.996
FCVS a receber	23.903.656	21.727.118
Não habilitados (1)	1.359.783	1.702.295
Habilitados e não homologados (2)	7.139.629	6.534.937
Habilitados e homologados (3)	15.404.244	13.489.886
Provisão FCVS a receber	(3.187.964)	(3.015.221)
Total (líquido de provisão)	20.797.571	18.776.893

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA possui um estoque de 6.658 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS já novados, que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 986.531. Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90. Até dezembro de 2012, este montante estava registrado em subconta redutora do ativo FCVS a Receber. Em 2013 este valor foi reclassificado para o passivo em subconta de Outras Obrigações.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	2.952.769	5.052.264	2.072.862	4.389.516
Créditos vinculados ao SFH	634.370	1.433.806	591.103	1.296.781
Total	3.587.139	6.486.070	2.663.965	5.686.297

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e títulos descontados	22.822.181	65.858.129	19.890.769	18.273.070	5.337.609	2.765.182	947.882	831.985	4.313.112	141.039.919	102.241.779
Financiamentos	9.494.740	11.725.435	2.285.523	2.249.035	2.133.694	360.116	257.954	233.370	2.265.598	31.005.465	19.589.276
Financiamentos rurais e agroindustriais	235.868	670.679	451.786	563.426	74.593	224	-	52	771	1.997.399	157.520
Financiamentos imobiliários	4.037.249	175.192.615	31.225.619	45.866.208	3.420.983	1.216.190	859.916	548.814	8.024.708	270.392.302	205.788.891
Financiamentos de infraestrutura	17.903.093	8.801.051	4.205.440	4.507.949	494.874	744.685	-	137.900	42.636	36.837.628	23.536.770
Cessão de créditos	-	4.136.333	32.324	25.018	10.565	4.465	2.657	1.897	1.814	4.215.073	2.425.267
Outros créditos (Nota 9 (d))	181.918	4.939.719	2.281.324	809.165	146.750	201.092	17.204	12.502	159.620	8.749.294	7.499.866
Total	54.675.049	271.323.961	60.372.785	72.293.871	11.619.068	5.291.954	2.085.613	1.766.520	14.808.259	494.237.080	361.239.369
Prov. p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(1.356.620)	(603.727)	(2.168.816)	(1.161.906)	(1.587.597)	(1.042.807)	(1.236.564)	(14.808.259)	(23.966.296)	(19.921.098)
Total líq. de provisões em 31/12/2013	54.675.049	269.967.341	59.769.058	70.125.055	10.457.162	3.704.357	1.042.806	529.956	-	470.270.784	-
Total líq. de provisões em 31/12/2012	33.181.473	178.822.947	55.777.329	60.943.213	9.692.937	1.770.031	846.915	283.426	-	-	341.318.271

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e títulos descontados	(329.291)	(198.908)	(548.192)	(533.761)	(829.555)	(473.941)	(582.390)	(4.313.112)	(7.809.150)	(6.362.200)
Financiamentos	(58.627)	(22.855)	(67.471)	(213.369)	(108.035)	(128.977)	(163.359)	(2.265.598)	(3.028.291)	(1.738.562)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(3.353)	(4.518)	(16.903)	(7.459)	(67)	-	(36)	(771)	(33.107)	(2.651)
Financiamentos imobiliários	(875.963)	(312.256)	(1.375.986)	(342.098)	(364.857)	(429.958)	(384.170)	(8.024.708)	(12.109.996)	(11.302.523)
Financiamentos de infraestrutura	(44.005)	(42.054)	(135.238)	(49.487)	(223.406)	-	(96.530)	(42.636)	(633.356)	(246.826)
Cessão de créditos	(20.682)	(323)	(751)	(1.057)	(1.340)	(1.329)	(1.328)	(1.817)	(28.627)	(64.441)
Outros créditos (Nota 9 (d))	(24.699)	(22.813)	(24.275)	(14.675)	(60.337)	(8.602)	(8.751)	(159.617)	(323.769)	(203.895)
Total	(1.356.620)	(603.727)	(2.168.816)	(1.161.906)	(1.587.597)	(1.042.807)	(1.236.564)	(14.808.259)	(23.966.296)	(19.921.098)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito em Curso Anormal (Nota 8 (c2)), destaca-se a alteração no critério de classificação do Crédito Imobiliário. Até 31/12/2012, a CAIXA considerou como em situação anormal qualquer contrato de crédito habitacional em dia, mas com resíduos a liquidar de prestações pagas. A partir do exercício de 2013 estes contratos estão classificados como em curso normal refletindo a atual situação das operações. Os valores de 31/12/2012 e de 30/06/2012 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2013	31/12/2012
01 a 30 dias	1.938.043	9.115.128	2.149.214	2.099.854	659.315	178.150	51.040	38.143	367.977	16.596.864	12.366.352
31 a 60 dias	1.016.301	6.192.173	1.318.383	1.429.614	339.403	116.045	22.553	18.501	209.593	10.662.566	7.277.410
61 a 90 dias	845.765	5.698.527	1.245.192	1.333.390	300.883	99.640	20.664	16.688	187.509	9.748.258	6.646.099
91 a 180 dias	2.301.924	15.386.039	3.540.274	3.688.700	813.220	274.120	56.337	44.386	502.940	26.607.940	18.354.537
181 a 360 dias	4.001.470	24.988.463	5.756.857	5.826.293	1.247.525	445.920	64.407	49.654	608.893	42.989.482	30.563.924
Acima de 360 dias	43.448.823	203.227.568	36.848.693	48.115.707	4.721.901	2.099.088	359.321	157.361	4.351.963	343.330.425	252.660.073
Total	53.552.326	264.607.898	50.858.613	62.493.558	8.082.247	3.212.963	574.322	324.733	6.228.875	449.935.535	327.868.395

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2013	31/12/2012
Parcelas vencidas	5.960	83.403	477.404	745.768	867.113	551.289	510.888	496.343	2.987.698	6.725.866	4.839.051
01 a 30 dias	5.960	83.403	399.168	290.393	355.755	67.790	43.048	38.037	245.452	1.529.006	1.284.166
31 a 60 dias	-	-	77.044	395.819	103.881	55.920	37.187	31.847	188.192	889.890	486.903
61 a 90 dias	-	-	1.192	44.170	374.227	104.350	51.986	39.946	212.905	828.776	581.120
91 a 180 dias	-	-	-	15.386	32.796	309.471	360.981	332.910	674.804	1.726.348	1.182.001
181 a 360 dias	-	-	-	-	454	13.758	17.686	53.143	1.630.032	1.715.073	1.289.982
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	460	36.313	36.773	14.879
Parcelas vincendas	1.116.763	6.632.660	9.036.768	9.054.545	2.669.708	1.527.702	1.000.403	945.444	5.591.686	37.575.679	28.531.923
01 a 30 dias	6.948	84.382	147.149	176.504	71.850	46.724	30.832	28.969	159.149	752.507	716.450
31 a 60 dias	6.226	80.695	142.480	142.529	68.327	44.260	29.164	27.964	149.464	691.109	581.488
61 a 90 dias	6.162	80.385	140.187	139.682	66.485	43.021	28.481	26.341	145.019	675.763	570.866
91 a 180 dias	18.442	236.690	404.172	401.373	190.731	123.405	77.740	74.993	408.682	1.936.228	1.656.441
181 a 360 dias	36.776	461.772	749.129	742.696	341.696	210.440	136.054	133.794	715.152	3.527.509	3.009.399
Acima de 360 dias	1.042.209	5.688.736	7.453.651	7.451.761	1.930.619	1.059.852	698.132	653.383	4.014.220	29.992.563	21.997.279
Total	1.122.723	6.716.063	9.514.172	9.800.313	3.536.821	2.078.991	1.511.291	1.441.787	8.579.384	44.301.545	33.370.974

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
SETOR PÚBLICO	37.076.753	27.904.029
Administração direta	20.202.347	15.529.379
Administração indireta – Petroquímico	11.241.113	8.152.428
Administração indireta – Saneamento e infraestrutura	3.643.837	3.128.485
Administração indireta – Outros	1.989.456	1.093.737
SETOR PRIVADO	457.160.327	333.335.340
PESSOA JURÍDICA	104.196.494	73.585.184
Comércio varejista	23.923.477	14.969.525
Construção civil	11.450.176	9.120.387
Siderurgia e metalurgia	9.520.536	8.758.384
Energia elétrica	7.845.936	4.486.336
Serviços financeiros	5.081.949	5.040.876
Outras indústrias	6.800.733	4.512.659
Transporte	6.729.159	2.888.413
Agronegócio e extrativismo	4.156.287	4.518.545
Comércio atacadista	4.989.191	2.820.862
Saúde	3.393.988	2.505.327
Saneamento e infraestrutura	2.713.321	1.957.710
Petroquímico	2.190.992	1.832.630
Têxtil	1.979.412	1.403.222
Comunicação	1.672.045	1.398.838
Alimentação	1.808.854	1.234.634
Serviços pessoais	344.604	193.357
Outros serviços	9.595.834	5.943.479
PESSOA FÍSICA	352.963.833	259.750.156
Total	494.237.080	361.239.369

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	13.847.803	24.971.831	9.422.097	18.098.569
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.325	30.929	434	434
Financiamentos imobiliários	10.540.603	19.280.128	7.752.941	14.852.661
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.249.843	2.201.374	672.331	1.428.464
Outros créditos	3.870	9.416	5.168	10.456
Total	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584

(f) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Principal devedor	11.241.112	2,27	8.152.429	2,26
10 maiores devedores	37.348.218	7,56	34.069.804	8,46
20 maiores devedores	48.329.868	9,78	42.701.135	10,78
50 maiores devedores	62.507.566	12,65	54.452.947	13,81
100 maiores devedores	71.162.847	14,40	61.171.521	15,67

(g) Composição da carteira de renegociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações renegociadas	3.324.989	6.021.599	2.095.497	3.796.415
Operações comerciais	3.210.449	5.629.490	1.584.785	2.850.959
Operações habitacionais	114.540	392.109	510.712	945.456
Operações recuperadas	571.360	929.284	510.110	951.941
Operações comerciais	543.468	843.836	152.976	300.594
Operações habitacionais	27.892	85.448	357.134	651.347

(h) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(21.638.011)	(19.921.098)	(17.706.331)	(15.837.093)
Constituição de provisão no período	(7.289.730)	(13.256.408)	(5.551.791)	(11.063.211)
Reversão de provisão no período	2.420.724	4.065.773	1.506.866	3.383.290
Transferência para prejuízo	2.165.468	4.770.165	1.830.158	3.595.916
Reversão de prejuízo (1)	375.253	375.272	-	-
Saldo final	(23.966.296)	(23.966.296)	(19.921.098)	(19.921.098)

(1) Recebimento de créditos com garantia do FGO.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799
Carteira de câmbio – (Nota 9 (c))	686.732	114.195
Rendas a receber	2.019.622	1.623.801
Convênios setor privado	121.777	96.011
Convênios setor público	462.927	347.920
Administração de fundos de investimento	107.829	75.480
Administração de fundos e programas sociais	1.098.764	978.156
Repasses OGU	178.788	126.234
Outras rendas a receber	49.537	-
Negociação e intermediação de valores	864	4.714
Créditos específicos	716.094	692.906
Diversos – nota 9 (b)	55.433.625	43.701.052
Provisão para outros créditos – (Nota 9 (d))	(323.769)	(203.895)
Total	58.559.210	45.964.572
Ativo circulante	38.317.229	29.403.813
Ativo não circulante	20.241.981	16.560.759

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799
Carteira de câmbio – (Nota 9 (c))	686.732	114.195
Rendas a receber	2.180.487	1.764.138
Dividendos e JCP a receber	160.865	140.337
Convênios setor privado	121.777	96.011
Convênios setor público	462.927	347.920
Administração de fundos de investimento	107.829	75.480
Administração de fundos e programas sociais	1.098.764	978.156
Repasses OGU	178.788	126.234
Outras rendas a receber	49.537	-
Negociação e intermediação de valores	864	4.714
Créditos específicos	716.094	692.906
Diversos – (Nota 9 (b))	55.432.952	43.703.891
Provisão para outros créditos – (Nota 9 (d))	(323.769)	(203.895)
Total	58.719.402	46.107.748
Ativo circulante	38.477.421	29.546.989
Ativo não circulante	20.241.981	16.560.759

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Créditos tributários – (Nota 20)	20.165.547	16.751.431	20.165.575	16.751.453
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	11.290.593	10.342.797	11.290.593	10.342.797
Adiantamentos e antecipações salariais	172.667	142.038	172.667	142.038
Participações pagas antecipadamente (1)	4.097.762	5.188.673	4.097.762	5.188.673
Impostos e contribuições a compensar	488.536	146.398	489.991	150.437
Cartão de crédito (2)	6.353.846	4.666.011	6.353.846	4.666.011
Prêmio em aquisição de carteiras	1.117.851	618.295	1.117.851	618.295
Seguros a receber	102.601	65.924	102.601	65.924
Créditos adquiridos	2.422.528	2.838.928	2.422.528	2.838.928
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	3.179.808	634.410	3.179.808	634.410
Valores a receber – royalties (3)	2.458.311	2.340	2.458.311	2.340
Valores a receber – FND	386.846	366.930	386.846	366.930
Valores a receber - correspondentes bancários	196.488	152.270	196.488	152.270
Valores a receber - resgate de bônus	91.515	86.034	91.515	86.034
Valores a receber - convênios de arrecadação	35.083	5.381	35.083	5.381
Valores a receber - créditos administrados	28.246	31.764	28.246	31.764
Valores a receber - planos de saúde autogestão	20.220	14.578	20.220	14.578
Valores a receber - cessão de créditos	106.375	100.330	106.375	100.330
Valores a apropriar	2.560.068	1.396.471	2.560.068	1.396.471
Outros devedores	215.763	202.638	213.607	201.416
Provisão para perdas - diversos (4)	(57.029)	(52.589)	(57.029)	(52.589)
Total	55.433.625	43.701.052	55.432.952	43.703.891
Ativo circulante	35.143.263	27.091.674	35.142.590	27.094.513
Ativo não circulante	20.290.362	16.609.378	20.290.362	16.609.378

(1) Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio repassados à União.

(2) Inclui créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9 (d)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(3) Contrato relativo a royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDENCIA.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – Moeda estrangeira	5.366	20.119
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda nacional	687.540	117.007
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda nacional	(6.174)	(22.931)
Ativo circulante	686.732	114.195
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – Moeda estrangeira	21.402	48.336
Obrigações por compras de câmbio – Moeda nacional	17.916	44.769
Passivo circulante	39.318	93.105

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas	3.863.648	5.452.090	776.054	1.038.570
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.863.648	5.452.090	776.054	1.038.570
Despesas	(4.126.915)	(5.900.843)	(759.249)	(1.012.243)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(4.126.915)	(5.900.843)	(759.249)	(1.012.243)
Resultado de câmbio	(263.267)	(448.753)	16.805	26.327

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Créditos	8.749.294	7.499.866
Cartão de crédito	6.279.297	4.610.807
Créditos por avais e fianças honrados	26.042	31.799
Devedores por compra de valores e bens	21.427	18.332
Créditos adquiridos (1)	2.422.528	2.838.928
Provisão (2)	(323.769)	(203.895)
Cartão de crédito	(218.995)	(142.463)
Créditos por avais e fianças honrados	(1.245)	(1.178)
Devedores por compra de valores e bens	(26.042)	(3.966)
Créditos adquiridos (1)	(77.487)	(56.288)
Créditos - líquidos de provisão	8.425.525	7.295.971

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Bens não de uso próprio	993.843	773.895
Imóveis patrimoniais não de uso	146.510	124.634
Imóveis adjudicados/arrematados	847.333	649.261
Despesas antecipadas	66.890	260.216
Material de consumo	26.326	24.332
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(31.614)	(103.028)
Total	1.055.445	955.415

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(26.291)	(103.028)	(113.128)	(122.953)
Constituição	(14.158)	(24.193)	(8.281)	(18.662)
Baixas	8.835	95.607	18.381	38.587
Saldo final	(31.614)	(31.614)	(103.028)	(103.028)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR) que representa cerca de 93% dos investimentos, que no período alcançou o montante de R\$ 4.272.753 (31/12/2012 – R\$ 3.964.971). O resultado da equivalência patrimonial no período foi de R\$ 360.793 (31/12/2012 – R\$ 197.042).

A carteira de investimento consolidada totalizou no período o montante de R\$ 3.340.772 (31/12/2012 – R\$ 3.278.656). É composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias CAIXAPAR				
Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
Banco PAN	143.307.049	54.802.722	49,00	37,00
Branes	3.400.010	-	2,00	2,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	8.161.452	-	48,21	48,21
Capgemini (1)	63.764.544	-	24,19	22,05
Caixa Seguros Participações - CSP	34.245.712	-	-	48,21
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.635.100	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,01	33,33

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2013	31/12/2012	2013 (1)		2012 (2)	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.082.025	1.918.861	328.050	642.050	296.912	534.343
Banco PAN	494.554	802.337	(145.541)	(295.557)	(271.803)	(365.991)
Capgemini	269.345	298.898	(11.737)	(29.244)	(22.772)	(22.772)
Elo Serviços	13.318	10.788	3.505	2.531	(1.633)	(7.489)
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.832	7.692	116	325	147	834
Caixa Seguros Participações - CSP	41.138	-	3.105	3.105	-	-
Crescer	9.323	102	(10.301)	(11.849)	-	-
Branes	1.897	1.373	(122)	(303)	-	-
BIAPE	788	1.248	153	-	91	163
FGO - Fundo de Garantia de Operações	201.552	113.208	-	-	-	-
FGHAB - Fundo Garantidor Hab. Popular	166.958	117.275	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	39.029	-	(442)	(1.359)	-	-
Outros Investimentos (3)	14.014	6.874	-	-	-	-
Total	3.340.773	3.278.656	166.786	309.699	942	139.088

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2013 das investidas da CAIXAPAR.

(2) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 30/11/2012 das investidas da CAIXAPAR.

(3) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos	Acum. 2013	Acum. 2012
Saldo anterior	354.058	151.403
Novas aquisições	-	269.707
Amortizações	(81.339)	(67.052)
Saldo atual	272.719	354.058

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	770.513	(182.191)	588.322	310.261	(105.760)	204.501
Edificações	713.871	(182.191)	531.680	257.059	(105.760)	151.299
Terrenos	56.642	-	56.642	53.202	-	53.202
Reavaliações de imóveis de uso	743.272	(157.772)	585.500	744.011	(137.648)	606.363
Edificações	543.219	(157.772)	385.447	543.592	(137.648)	405.944
Terrenos	200.053	-	200.053	200.419	-	200.419
Outras imobilizações de uso	5.667.682	(3.815.182)	1.852.500	4.697.398	(3.343.320)	1.354.078
Imobilizações em curso	41.928	-	41.928	30.959	-	30.959
Instalações, móveis e equip. de uso	1.293.521	(664.611)	628.910	1.065.680	(572.416)	493.264
Sistema de comunicação	91.387	(70.177)	21.210	84.315	(66.209)	18.106
Sistema de proc.de dados	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238	3.254.641	(2.489.587)	765.054
Sistema de transporte e segurança	321.770	(223.556)	98.214	261.803	(215.108)	46.695
Total	7.181.467	(4.155.145)	3.026.322	5.751.670	(3.586.728)	2.164.942

Informações do imobilizado de uso					
Descrição	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2013
Imóveis de uso	204.501	476.250	7.491	(99.920)	588.322
Edificações	151.299	472.159	8.142	(99.920)	531.680
Terrenos	53.202	4.091	(651)	-	56.642
Reavaliações de imóveis de uso	606.363	-	(1.065)	(19.798)	585.500
Edificações	405.944	-	(699)	(19.798)	385.447
Terrenos	200.419	-	(366)	-	200.053
Outras imobilizações de uso	1.354.078	978.821	(8.562)	(471.837)	1.852.500
Imobilizações em curso	30.959	19.494	(8.525)	-	41.928
Instalações, móveis e equip. de uso	493.264	227.846	(6)	(92.194)	628.910
Sistema de comunicação	18.106	7.073	-	(3.969)	21.210
Sistema de proc.de dados	765.054	664.441	(31)	(367.226)	1.062.238
Sist. de transp./segurança	46.695	59.967	-	(8.448)	98.214
Total	2.164.942	1.455.071	(2.136)	(591.555)	3.026.322

Com o índice de imobilização apurado de 12,85% (31/12/2012 – 12,58%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) a partir de 31/12/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível e diferido
(a) Intangível

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.565.970	(909.854)	1.656.116	2.318.971	(777.678)	1.541.293
Outros ativos intangíveis	324.200	(29.715)	294.485	324.200	(15.402)	308.798
Projetos logiciais - Software	727.408	(144.026)	583.382	347.675	(75.528)	272.147
Total	3.617.578	(1.083.595)	2.533.983	2.990.846	(868.608)	2.122.238

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2012	31/12/2013			
	Líquido	Movimentação			Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.541.293	615.255	(14.946)	(485.486)	1.656.116
Outros ativos intangíveis	308.798	-	-	(14.313)	294.485
Projetos logiciais - Software	272.147	382.154	-	(70.919)	583.382
Total	2.122.238	997.409	(14.946)	(570.718)	2.533.983

(b) Diferido

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores à sua edição, posicionados em setembro de 2008, foram mantidos até a sua efetiva realização ocorrida em dezembro de 2013. O valor apresentado na Nota 25, item “amortização”, está acrescido de R\$ 2.460 (R\$ 31.905 – 31/12/2012) relativo à despesa com amortização de ativos diferidos no período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))		(Nota 3 (t))
Depósitos à vista – sem remuneração	25.170.971	27.385.571	25.170.971	27.385.567
Pessoas físicas	10.193.256	10.611.223	10.193.256	10.611.223
Pessoas jurídicas	11.822.111	12.418.171	11.822.111	12.418.167
Vinculados	1.791.248	1.567.155	1.791.248	1.567.155
Governo	1.055.105	2.128.596	1.055.105	2.128.596
Moedas estrangeiras	4.980	817	4.980	817
Instituições do sistema financeiro	40.902	34.459	40.902	34.459
Entidades públicas	152.943	553.771	152.943	553.771
Outros	110.426	71.379	110.426	71.379
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	209.573.848	176.298.622	209.573.848	176.298.622
Pessoas físicas	205.688.360	173.221.588	205.688.360	173.221.588
Pessoas jurídicas	3.882.990	3.074.134	3.882.990	3.074.134
Vinculados	2.498	2.900	2.498	2.900
Depósitos interfinanceiros	2.353.562	10.293.433	2.353.562	10.293.433
Depósitos a prazo	113.801.680	96.534.906	113.516.246	96.534.780
Remuneração prefixada	50.530.631	38.931.575	50.245.198	38.931.448
Depósitos a prazo em moeda nacional	50.530.631	38.931.575	50.245.198	38.931.448
Remuneração pós-fixada	63.271.049	57.603.331	63.271.048	57.603.332
Depósitos a prazo em moeda nacional	18.942.280	20.078.207	18.942.280	20.078.208
Depósitos judiciais com remuneração	44.328.769	37.525.124	44.328.768	37.525.124
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	9.267.564	10.155.127	9.267.564
Sem remuneração	243.494	217.020	243.494	217.020
Remuneração prefixada	452.372	406.556	452.372	406.556
Remuneração pós-fixada	9.459.261	8.643.988	9.459.261	8.643.988
Total	361.055.188	319.780.096	360.769.754	319.779.966
Passivo circulante	304.015.240	280.729.181	303.729.806	280.729.051
Passivo não circulante	57.039.948	39.050.915	57.039.948	39.050.915

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL					CONSOLIDADO		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista	25.170.971	-	-	-	25.170.971	27.385.571	25.170.971	27.385.567
Depósitos de Poupança	209.573.848	-	-	-	209.573.848	176.298.622	209.573.848	176.298.622
Depósitos Interfinanceiros	-	85.174	2.141.199	127.189	2.353.562	10.293.433	2.353.562	10.293.433
Depósitos a prazo	44.386.556	3.938.282	8.564.083	56.912.759	113.801.680	96.534.906	113.516.246	96.534.780
CDB	32.425	3.938.282	8.564.083	56.912.759	69.447.549	58.984.087	69.162.115	58.983.961
Depósitos judiciais	44.328.768	-	-	-	44.328.768	37.525.124	44.328.768	37.525.124
Outros	25.363	-	-	-	25.363	25.695	25.363	25.695
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.155.127	-	-	-	10.155.127	9.267.564	10.155.127	9.267.564
Total	289.286.502	4.023.456	10.705.282	57.039.948	361.055.188	319.780.096	360.769.754	319.779.966

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre (Nota 3 (t))	Exercício (Nota 3 (t))
Depósitos de poupança	(6.089.293)	(10.963.146)	(4.758.712)	(9.609.998)
Depósitos interfinanceiros	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.968)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.149.983)	(5.363.500)	(1.923.907)	(3.868.121)
Depósitos judiciais	(1.091.516)	(1.969.409)	(824.410)	(1.598.557)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)
Outras captações	(255.903)	(481.754)	(201.209)	(378.311)
Total	(11.092.548)	(19.915.996)	(8.434.242)	(16.907.336)

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre (Nota 3 (t))	Exercício (Nota 3 (t))
Depósitos de poupança	(6.089.293)	(10.963.146)	(4.758.712)	(9.609.998)
Depósitos interfinanceiros	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.969)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.137.647)	(5.347.683)	(1.923.806)	(3.867.082)
Depósitos judiciais	(1.091.516)	(1.969.409)	(824.410)	(1.598.557)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)
Outras captações	(255.903)	(481.754)	(201.209)	(378.311)
Total	(11.080.212)	(19.900.179)	(8.434.141)	(16.906.298)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	4.719.449	2.956.080
Depósitos - Especiais com remuneração	1.729.558	1.553.913
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.794.679	2.450.151
Depósitos – FISANE	8.428	7.935
Depósitos – PRODEC	49.682	46.862
Programa de Integração Social – PIS	122.945	25.706
Fundo Garantia Safra – FGS	30.527	8.877
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	76.925	294.523
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	334.259	448.869
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.114	8.445
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	4.526	4.646
Depósitos – PREVHAB	523.094	486.031
Saúde CAIXA	243.494	215.002
Outros	509.447	760.524
Total	10.155.127	9.267.564

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	Taxa de Remuneração	2013		2012	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(256.074)	(488.593)	(156.641)	(375.666)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(53.573)	(109.354)	(91.320)	(167.698)
Depósitos - FISANE	TR	(258)	(492)	(230)	(471)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.611)	(3.086)	(1.454)	(2.984)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(14.921)	(27.069)	(16.087)	(40.941)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(3.612)	(5.289)	(3.448)	(7.108)
Depósitos - FAR	Selic	(11.371)	(27.716)	(12.534)	(30.671)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(16.298)	(30.684)	(16.869)	(41.042)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(12.192)	(21.145)	(8.913)	(19.467)
Depósitos - FAS	TR	(7)	(7)	(1)	(8)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(24.757)	(43.278)	(18.798)	(41.603)
Depósitos - Caução	TR	(3.726)	(183.091)	(934)	(2.616)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(17.374)	(30.206)	(13.154)	(23.722)
Outros		(51.213)	(89.412)	(28.958)	(58.384)
Total		(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			31/12/2013			31/12/2012		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					136.093	1.584.128	1.720.221	640.277	1.730.744	2.371.021
Proger urbano					67.245	1.116.098	1.183.343	568.656	1.176.271	1.744.927
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	67.243	1.111.422	1.178.665	568.630	1.170.618	1.739.248
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	26	26	-	32	32
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	2	4.650	4.652	26	5.621	5.647
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	1.120	6.735	7.855	1.154	18.503	19.657
FAT infraestrutura				-	66.779	458.011	524.790	68.364	528.992	597.356
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	66.779	458.011	524.790	68.364	528.992	597.356
FAT – PNMP				-	949	3.284	4.233	2.103	6.978	9.081
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	949	3.284	4.233	2.103	6.978	9.081
Linhas de crédito especiais					299	74.159	74.458	3.758	75.372	79.130
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	299	74.159	74.458	327	74.188	74.515
FAT - giro setorial				-	-	-	-	3.431	1.184	4.615
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	2.102	711	2.813
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	1.329	473	1.802
Total					136.392	1.658.287	1.794.679	644.035	1.806.116	2.450.151

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Carteira própria (1)	83.815.366	47.601.744	83.730.605	47.402.335
Letras Financeiras do Tesouro	4.627.738	5.726.127	4.627.738	5.726.127
Letras do Tesouro Nacional	49.660.494	31.323.880	49.660.494	31.323.880
Notas do Tesouro Nacional	26.052.299	10.498.921	25.967.539	10.299.512
Debêntures	3.474.835	52.816	3.474.834	52.816
Carteira de terceiros	32.759.024	46.506.234	32.759.024	46.506.234
Letras Financeiras do Tesouro	11.103.849	14.485.341	11.103.849	14.485.341
Letras do Tesouro Nacional	10.315.230	11.309.679	10.315.230	11.309.679
Notas do Tesouro Nacional	11.339.945	20.711.214	11.339.945	20.711.214
Total	116.574.390	94.107.978	116.489.629	93.908.569
Passivo circulante	115.453.523	90.984.561	115.368.762	90.785.152
Passivo não circulante	1.120.867	3.123.417	1.120.867	3.123.417

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(3.002.098)	(5.198.342)	(1.901.866)	(3.617.312)
Carteira de terceiros	(3.396.625)	(5.151.258)	(1.938.564)	(4.099.346)
Carteira de livre movimentação	-	-	-	(103)
Total	(6.398.723)	(10.349.600)	(3.840.430)	(7.716.761)

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(2.998.350)	(5.188.300)	(1.894.270)	(3.589.130)
Carteira de terceiros	(3.396.625)	(5.151.258)	(1.938.564)	(4.099.346)
Carteira de livre movimentação	-	-	-	(103)
Total	(6.394.975)	(10.339.558)	(3.832.834)	(7.688.579)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2013	31/12/2012
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	600.065	600.065	568.713
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	12.723	12.723	12.052
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	9.913	9.913	17.958
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.691	8.691	8.236
Letra Imobiliária	CDI	4.175.747	5.698.018	11.656.523	29.501.100	51.031.388	26.586.977
Letra Financeira	CDI	1.675.799	2.768.006	10.260.036	8.112.248	22.816.089	17.626.747
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	112.598	127.487	788.861	1.395.305	2.424.251	1.055.828
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	587.701	587.701	-
Total		5.964.144	8.593.511	22.705.420	40.227.746	77.490.821	45.876.511
Passivo circulante						37.263.075	13.708.836
Passivo não circulante						40.227.746	32.167.675

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras Imobiliárias	(1.786.131)	(2.750.348)	(716.531)	(1.392.777)
Letras Hipotecárias	(52.358)	(92.223)	(53.820)	(98.448)
Letras Financeiras	(962.973)	(1.655.056)	(562.509)	(872.063)
Letras de Crédito do Agronegócio	(73.779)	(124.212)	(4.127)	(4.126)
Total	(2.875.241)	(4.621.839)	(1.336.987)	(2.367.414)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos denominados em dólar, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

Em outubro de 2013, a CAIXA efetuou nova emissão de títulos denominados em dólar, visando o financiamento de suas operações ativas. Foram colocados US\$ 1,250 bilhões, com prazo de 05 anos e remuneração de 4,651% ao ano. (cupom de juros de 4,50%)

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Título	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/12/2013 (1)	31/12/2012 (1)
Notas Seniores	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.878.261	2.109.985
Notas Seniores	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	2.302.609	1.016.698
Notas Seniores	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	1.151.303	-
Total						6.332.173	3.126.683

(1) Valores em milhares de R\$.

(d) Despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior referente ao 2º semestre de 2013 foi de R\$ 83.836 (2012 - R\$ 13.415). Em 31 de dezembro de 2013 a despesa acumulada do exercício foi de R\$ 126.825 (2012 - R\$ 13.415).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Repasses no país	158.322.179	123.737.439
FGTS	132.732.425	104.796.216
BNDES	23.631.046	17.556.030
Tesouro Nacional – PIS	659.562	755.602
Outras instituições	1.299.146	629.591
Empréstimos no exterior	3.231.933	43.300
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	896.512	40.803
Demais linhas de crédito	2.335.421	2.497
Total de obrigações por empréstimos e repasses	161.554.112	123.780.739
Passivo circulante	3.017.150	2.399.414
Passivo não circulante	158.536.962	121.381.325

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras, a juros de até 1,834% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2014. Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações p/ empréstimos/repasses do País – Instituições oficiais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FGTS	(4.011.402)	(7.437.294)	(2.819.676)	(5.793.739)
BNDES	(588.712)	(1.082.045)	(341.506)	(686.868)
Tesouro Nacional – PIS	(21.691)	(42.169)	(17.845)	(37.159)
Empréstimos no exterior	(108.203)	(191.823)	(962)	(1.591)
Fundo Marinha Mercante	(91.995)	(168.844)	-	-
Outras instituições (1)	(153.177)	(170.257)	(16.822)	(36.683)
Total	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)

(1) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado pelo diferencial de remuneração entre taxa Selic e TJLP devida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	264.352	258.984
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	39.318	93.105
Sociais e estatutárias	4.523.044	5.660.303
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.147.292	1.819.106
Negociação e intermediação de valores	44.592	5.075
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.852.307	7.629.604
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.518.594	40.643.728
Diversas (Nota 18 (e))	41.046.639	34.665.808
Total	97.436.138	90.775.713
Passivo circulante	57.606.259	50.958.435
Passivo não circulante	39.829.879	39.817.278

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	264.352	258.984
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	39.318	93.105
Sociais e estatutárias	4.523.044	5.660.303
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.367.098	1.973.675
Negociação e intermediação de valores	44.592	5.075
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.852.307	7.629.604
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.518.594	40.643.728
Diversas (Nota 18 (e))	41.047.008	34.666.083
Total	97.656.313	90.930.557
Passivo circulante	57.826.434	51.113.279
Passivo não circulante	39.829.879	39.817.278

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Tributos sobre salários a recolher	370.617	516.487
Tributos sobre serviços a recolher	279.247	168.785
Tributos sobre lucros a recolher	176.992	162.283
COFINS	152.285	139.903
PASEP	24.707	22.380
Tributos diferidos	1.066.177	710.680
Reavaliação – edificações	154.242	162.625
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861
Contratos futuros	734.097	-
Benefícios pós-emprego	116.805	
Tarifas a receber da União	61.033	50.805
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	254.259	260.871
Total	2.147.292	1.819.106
Passivo circulante	1.993.050	1.656.481
Passivo não circulante	154.242	162.625

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Tributos sobre salários a recolher	370.617	516.487
Tributos sobre serviços a recolher	279.247	168.785
Tributos sobre lucros a recolher	186.598	171.980
Imposto de renda	2.772	3
Contribuição social	3.308	4.541
COFINS	155.182	144.137
PASEP	25.336	23.299
Tributos diferidos	1.276.377	855.552
Reavaliação – edificações	154.242	162.625
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	210.201	144.872
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861
Contratos futuros	734.097	-
Outros	177.837	50.805
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	254.259	260.871
Total	2.367.098	1.973.675
Passivo circulante	2.212.856	1.811.050
Passivo não circulante	154.242	162.625

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Fundos e programas sociais	7.268.366	5.893.513
FGTS	3.664.692	2.749.577
Minha Casa Minha Vida	2.567.678	2.209.705
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	269.911	266.760
Programas de transferência de renda	223.537	204.836
Outros fundos e programas	542.548	462.635
Fundos financeiros e de desenvolvimento	273.446	498.703
PIS	272.032	497.299
FAT	8	-
FINSOCIAL	1.406	1.404
Operações com loterias	1.310.495	1.237.388
Total	8.852.307	7.629.604

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital
(d.1) Dívidas subordinadas

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada e enquadrada como Instrumento de Dívida Elegível a Capital, conforme Resolução CMN nº 4.192/13.

Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Captação	Vencim.	Remuner. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortiz.	Saldo devedor 31/12/2013	Saldo devedor 31/12/2012
Rec. FGTS – Obrig. de Empréstimos	20/02/20	6,3%	out/05	3.439.717	2.475.626	(702.495)	5.212.848	3.083.699
Rec. FGTS – Obrig. de Empréstimos	20/04/26	5,996%	ago/11	3.000.000	469.062	-	3.469.062	3.266.648
Rec. FGTS – Obrig. de Empréstimos	20/07/32	5,082%	jun/12	3.000.000	240.169	-	3.240.169	5.840.388
Total							11.922.079	12.190.735

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao Nível II de capital.

O instrumento não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 5.999.999. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital Nível II.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a Caixa e a União foi autorizada no montante de até R\$ 12.999.998, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R\$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R\$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Em 12 de junho de 2013, por meio da Medida Provisória nº 620, foi autorizada uma nova contratação entre a Caixa e a União no montante de R\$ 8.000.000 como instrumento híbrido de capital e dívida. A operação foi realizada em 28 de junho de 2013 por meio de Letras do Tesouro Nacional, LTN com vencimento de R\$ 2.000.000 em 2014, R\$ 1.000.000 em 2015 e R\$ 5.000.000 em 2016.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos instrumentos híbridos:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Medida Provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	2.287.152	1.849.933
Medida Provisória nº 470/09	5.999.999	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	1.640.874	2.125.600
Medida Provisória nº 581/12	12.999.998	12.999.998
Atualização monetária e juros – MP nº 581/12	270.932	277.463
Medida Provisória nº 620/13	8.000.000	-
Atualização monetária e juros – MP nº 620/13	197.560	-
Total	36.596.515	28.452.993

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	7.174.505	7.354.728
Saúde Caixa	6.211.755	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação	751.678	844.804
Planos de benefícios - Previdência privada	211.072	233.758
Provisões para pagamentos a efetuar	3.901.708	3.424.430
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.996.143	9.504.385
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.086.733	2.629.178
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.642.634	3.511.622
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	52.599	43.308
Financiamentos imobiliários a liberar	5.830.105	4.742.900
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	301.567	352.091
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	4.323.518	2.485.104
Obrigações por convênios	296.761	258.503
Obrigações por contribuições ao SFH	30.442	28.611
Recursos do FGTS para amortizações	298.937	205.722
Valores a pagar a sociedades ligadas	110.182	125.067
Credores diversos exterior	805	159
Total	41.046.639	34.665.808

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Passivos atuariais - Benefícios pós emprego	7.174.874	7.354.728
Saúde Caixa	6.212.124	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação	751.678	844.804
Planos de benefícios - Previdência privada	211.072	233.758
Provisões para pagamentos a efetuar	3.901.706	3.424.705
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.996.143	9.504.385
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.086.733	2.629.178
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.642.635	3.511.622
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	52.599	43.308
Financiamentos imobiliários a liberar	5.830.105	4.742.900
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	301.567	352.091
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	4.323.518	2.485.104
Obrigações por convênios	296.761	258.503
Obrigações por contribuições ao SFH	30.442	28.611
Recursos do FGTS para amortizações	298.937	205.722
Valores a pagar a sociedades ligadas	110.182	125.067
Credores diversos exterior	806	159
Total	41.047.008	34.666.083

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN 3533/2008

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Cartões de crédito	6.130.233	4.604.588
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	255.135	253.687
Fornecedores	919.673	755.547
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	499.328	495.448
Crédito comercial – repasses	118.693	395.629
Crédito imobiliário – repasses	778.327	607.165
Obrigações com a União – repasses	37.899	35.247
Outros credores – poupança simplificada	499.852	499.944
Contas a pagar (2)	1.110.288	87.317
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	43.282	34.669
Valores a restituir – penhor	142.265	147.547
Valores a apropriar	2.071.678	1.412.988
Outros credores diversos	389.490	174.609
Total	12.996.143	9.504.385

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado pela reclassificação contábil de valores devidos ao FCVS relativos a créditos novados com duplicidade no cadastro do CADMUT.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido
(a) Capital social

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Nos termos das Medidas Provisórias nº 600 de 28 de dezembro de 2012 e nº 620 de 12 de junho de 2013 a Caixa e a União celebraram contratos de concessão de crédito no montante de R\$8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais). Por meio desses contratos, a Caixa recepcionou recursos sob a forma de títulos da dívida pública mobiliária federal interna, enquadrados como Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital Principal, considerando o atendimento dos requisitos da Resolução 4.192, de 1º de março de 2013, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 15,13% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, e reserva estatutária composta pelas reservas de loterias e de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Reservas de reavaliação	392.929	423.165
Reservas de lucros	4.902.396	2.693.064
Reserva legal	2.005.496	1.669.327
Reserva estatutária – loterias	1.454.999	928.299
Reserva estatutária – margem operacional	1.441.901	95.438

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 2013, foi repassado à União o montante de R\$ 4.000.000, a título de antecipação de dividendos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido	6.723.372	6.066.054
Ajuste de exercício anterior	(427.681)	-
Reserva legal	(336.169)	(303.303)
Realização de reserva	11.403	42.463
Reserva de loterias	(526.699)	(521.104)
Base para cálculo dos dividendos	5.444.226	5.284.110
Dividendos declarados	4.097.762	5.188.673
Juros sobre o capital próprio	1.216.534	1.106.451
Dividendos	2.881.228	4.082.222

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R\$ 1.548.179 (31/12/2012 – R\$ 1.485.753) na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos Tributários						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	7.065.635	4.104.778	11.170.413	5.769.665	3.326.970	9.096.635
Provisão SFH	796.991	478.195	1.275.186	753.805	452.283	1.206.088
Provisão p/ causas judiciais	1.505.494	903.296	2.408.790	1.609.686	965.811	2.575.497
Outros	1.019.124	529.036	1.548.160	972.020	513.711	1.485.731
Provisão SAÚDE CAIXA - CPC 33	1.701.895	1.021.137	2.723.032	1.521.876	913.126	2.435.002
Ajuste a mercado – resultado	516.435	309.861	826.296	186.784	112.071	298.855
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	196.125	117.675	313.800	171.156	102.694	273.850
Ajuste perdas atuariais CPC 33	-	-	-	-	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	12.801.699	7.463.978	20.265.677	10.984.992	6.386.666	17.371.658
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.135.979)	-	(1.135.979)	(957.538)	-	(957.538)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(542.793)	(542.793)	-	(435.923)	(435.923)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(379.955)	(379.955)	-	(305.146)	(305.146)
Total	14.639.290	7.866.884	22.506.174	13.001.024	6.971.251	19.972.275

Créditos Tributários						
Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Ajuste a mercado – resultado	12.769	78.577	91.346	3.390	20.862	24.252
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	5.348	32.910	38.258	4.667	28.720	33.387
Total	18.117	111.487	129.604	8.057	49.582	57.639

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31 de dezembro de 2013 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2014	234.346	121.816	104.063	7.707.542	8.167.767
2015	447.145	-	114.926	5.468.417	6.030.488
2016	699.502	-	-	432.218	1.131.720
2017	395.876	-	-	419.232	815.108
2018	-	-	-	413.838	413.838
2019 a 2023	-	-	-	2.070.721	2.070.721
Total	1.776.869	121.816	218.989	16.511.968	18.629.642

VALOR PRESENTE					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2014	231.881	120.535	102.968	7.626.472	8.081.856
2015	415.829	-	106.877	5.085.432	5.608.138
2016	610.236	-	-	377.061	987.297
2017	323.368	-	-	342.446	665.814
2018	-	-	-	316.517	316.517
2019 a 2023	-	-	-	1.372.940	1.372.940
Total	1.581.314	120.535	209.845	15.120.868	17.032.562

(b) Movimentação do crédito tributário

A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R\$ 3.774.194 na demonstração consolidada.

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2012	20.029.914	(3.484.346)	16.545.568
Constituição de diferenças temporárias no período	3.774.188	-	3.774.188
Reversão de provisão	(1.014.115)	1.014.115	-
Constituição PASEP/COFINS	67.095	-	67.095
Constituição sobre títulos disponíveis para venda	44.821	-	44.821
Const. cred. tributário - Perda atuarial CPC 33	-	-	-
Realização do crédito tributário IRPJ	(178.441)	-	(178.441)
Realização do crédito tributário CSLL	(106.870)	-	(106.870)
Baixa de crédito tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(74.809)	-	(74.809)
Constituição de crédito de prejuízo fiscal	93.995	-	93.995
Saldo em 31/12/2013	22.635.778	(2.470.231)	20.165.547

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

INDIVIDUAL								
Descrição	2013				2012			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.062.426	2.062.426	5.158.541	5.158.541	1.606.455	1.606.455	4.193.085	4.193.085
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(515.594)	(309.364)	(1.289.611)	(773.781)	(400.477)	(240.294)	(1.048.247)	(628.963)
Efeitos tributários adições e exclusões	221.668	133.321	124.872	75.573	148.927	89.569	215.932	130.157
Juros sobre o capital próprio	149.422	89.654	304.133	182.480	138.596	83.158	276.612	165.968
Participação dos empregados nos lucros	170.748	102.449	265.826	159.496	164.143	98.486	237.500	142.500
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678	(15.353)	(15.768)	95.468	97.073
Incentivo fiscal	14.757	-	33.520	-	8.768	-	21.073	-
Reserva de reavaliação	2.158	1.294	5.502	3.300	15.268	9.161	18.277	10.966
Despesa corrente	35.289	9.163	(377.317)	(171.254)	59.872	24.312	(183.385)	(82.299)
Ativo fiscal diferido	1.408.287	859.344	2.268.474	1.239.589	1.300.551	499.464	2.012.754	843.609
Diferenças temporárias	1.400.418	851.154	2.352.920	1.421.268	805.215	483.696	1.517.684	940.682
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)	495.336	9.275	495.070	(57.102)
CSLL a 18%	-	3.372	-	(74.809)	-	6.493	-	(39.971)
Passivo Fiscal Diferido	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.809)
Despesa diferida/marcação a mercado	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.809)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	1.375.611	827.728	1.684.060	944.077	1.409.703	553.343	1.708.022	688.501

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO								
Descrição	2013				2012			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.078.565	2.078.565	5.175.372	5.175.372	1.624.283	1.624.283	4.214.652	4.214.652
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(519.639)	(311.785)	(1.293.829)	(776.306)	(404.934)	(242.969)	(1.053.638)	(632.198)
Efeitos tributários adições e exclusões	(292.754)	(175.974)	(270.557)	(162.984)	148.929	89.569	215.933	130.157
Juros sobre o Capital Próprio	149.422	89.654	304.133	182.480	138.597	83.158	276.613	165.968
Participação dos empregados nos lucros	170.748	102.449	265.826	159.496	164.143	98.487	237.500	142.500
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678	(29.650)	(30.351)	95.468	97.073
Incentivo fiscal	14.757	-	33.520	-	7.968	-	21.073	-
Reserva de reavaliação	2.158	1.294	5.502	3.300	15.268	9.161	18.277	10.966
Part. em coligadas e controladas	59.328	35.596	136.487	81.892	43.854	26.313	101.968	61.181
Outros	447.272	271.844	250.786	154.727	(37.419)	(13.783)	(112.445)	(63.667)
Despesa corrente	23.422	4.887	(389.691)	(175.717)	46.756	19.585	(199.251)	(88.020)
Ativo fiscal diferido	1.408.289	859.346	2.268.478	1.239.591	1.300.563	499.467	2.012.768	843.614
Diferenças Temporárias	1.400.420	851.156	2.352.924	1.421.270	805.227	483.699	1.517.698	940.687
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)	495.336	9.275	495.070	(57.102)
CSLL a 18%	-	3.372	-	(74.809)	-	6.493	-	(39.971)
Passivo Fiscal Diferido	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.808)
Despesa diferida/marcação a mercado	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)	49.280	29.567	(121.347)	(72.808)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	1.363.746	823.454	1.671.690	939.616	1.396.599	548.619	1.692.170	682.786

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	25.668.444	46.493.678	17.852.971	34.390.584
Operações compromissadas	3.975.378	6.918.465	3.242.610	6.107.695
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.589.485	4.099.362	2.993.551	6.563.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	561.897	872.543	301.780	527.669
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.216.061	4.914.656	2.822.805	5.906.248
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	653.503	2.611.687	(527.229)	(1.431.250)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.952.769	5.052.264	2.072.862	4.389.516
Créditos vinculados ao SFH	634.370	1.433.806	591.103	1.296.781
Resultado de operações de câmbio	-	-	16.805	26.327
Outras	371.625	652.631	226.831	369.651
Total	40.623.532	73.049.092	29.594.089	58.147.194

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL				
Descrição	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(13.461.936)	(23.399.648)	(9.045.225)	(17.822.400)
Operações com instituições financeiras	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.968)
Operações compromissadas	(6.398.723)	(10.349.600)	(3.840.430)	(7.716.761)
Empréstimos, cessões e repasses	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)
Depósitos especiais e fundos e programas	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.382)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)
Resultado de operações de câmbio	(263.267)	(448.753)	-	-
Outras	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)
Total	(30.631.892)	(53.870.322)	(20.917.256)	(41.291.333)

CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(13.449.599)	(23.383.832)	(9.045.123)	(17.821.362)
Operações com instituições financeiras	(38.866)	(78.765)	(356.663)	(639.969)
Operações compromissadas	(6.394.976)	(10.339.557)	(3.832.835)	(7.688.579)
Empréstimos, cessões e repasses	(4.975.180)	(9.092.432)	(3.196.811)	(6.556.040)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(466.987)	(1.059.422)	(369.341)	(812.381)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.869.006)	(9.190.635)	(4.044.925)	(7.679.921)
Resultado de operações de câmbio	(263.267)	(448.753)	-	-
Outras	(157.927)	(251.067)	(63.861)	(63.861)
Total	(30.615.808)	(53.844.463)	(20.909.559)	(41.262.113)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias**a) Receitas de prestação de serviços**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	2.782.948	5.248.388	2.516.078	4.767.373
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (1)	1.771.786	3.463.630	1.583.961	3.091.560
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	58.174	109.419	47.252	93.292
Programa de Integração Social (PIS)	102.936	125.638	98.060	117.152
Loterias Federais	616.100	1.118.857	580.392	1.085.021
Financiamento Estudantil - (FIES)	108.001	203.162	83.940	158.042
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) (2)	40.950	84.792	46.311	92.479
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	55.036	80.526	45.616	80.336
Seguro-desemprego	28.782	59.753	29.991	59.766
Outros	1.183	2.611	555	(10.275)
Rendas de cartões	649.518	1.244.907	450.846	880.508
Operações de crédito e garantias prestadas	799.158	1.677.081	792.384	1.541.176
Cobrança	310.206	591.474	268.350	527.975
Arrecadações (2)	1.071.253	2.129.397	971.743	1.886.542
Fundos de investimentos e carteiras administradas (1)	723.668	1.372.733	598.269	1.119.831
Conta corrente	48.112	107.012	61.592	134.688
Programa de Transferência de Renda	188.344	365.151	156.767	296.018
Prestados a ligadas	309.211	572.678	249.448	525.888
Outros serviços	153.406	301.593	173.508	328.017
Total	7.035.824	13.610.414	6.238.985	12.008.016

1 – Valor de 2012 alterado devido à reclassificação de receitas com carteiras administradas de “FGTS” para “Fundos de investimentos e carteiras administradas”;

2 – Valor de 2012 alterado devido à reclassificação de receitas de taxas de administração do FAR de “Arrecadações” para “FAR”.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	179.977	329.821	123.277	237.954
Operações de crédito e cadastro	384.382	726.608	350.185	685.290
Pacote de serviços	682.507	1.244.604	521.481	971.162
Contas de depósito	162.173	296.834	132.166	253.345
Transferência de recursos	69.519	133.076	60.626	114.284
Outras	5.738	10.575	4.615	10.552
Total	1.484.296	2.741.518	1.192.350	2.272.587

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(5.340.500)	(10.087.438)	(4.633.207)	(8.662.681)
Salários e proventos	(4.825.006)	(9.214.292)	(4.209.758)	(7.968.396)
Indenizações trabalhistas	(515.494)	(873.146)	(423.449)	(694.285)
Benefícios	(1.032.582)	(1.950.396)	(874.700)	(1.467.081)
Encargos sociais:	(1.923.719)	(3.682.118)	(1.668.844)	(3.186.186)
FGTS	(360.242)	(688.623)	(313.949)	(600.745)
Previdência social	(1.123.630)	(2.138.873)	(965.545)	(1.843.550)
Prev. complementar	(333.404)	(650.650)	(282.470)	(550.020)
Outros encargos	(106.443)	(203.972)	(106.880)	(191.871)
Outros	(115.878)	(206.677)	(123.268)	(202.067)
Total	(8.412.679)	(15.926.629)	(7.300.019)	(13.518.015)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(5.341.142)	(10.088.685)	(4.633.870)	(8.663.895)
Salários e proventos	(4.825.648)	(9.215.539)	(4.210.421)	(7.969.610)
Indenizações trabalhistas	(515.494)	(873.146)	(423.449)	(694.285)
Benefícios	(1.032.582)	(1.950.395)	(874.700)	(1.467.081)
Encargos sociais:	(1.923.907)	(3.682.531)	(1.669.037)	(3.186.545)
FGTS	(360.282)	(688.709)	(313.988)	(600.814)
Previdência social	(1.123.742)	(2.139.120)	(965.667)	(1.843.768)
Prev. complementar	(333.425)	(650.699)	(282.487)	(550.065)
Outros encargos	(106.458)	(204.003)	(106.895)	(191.898)
Outros	(115.918)	(206.783)	(123.496)	(202.332)
Total	(8.413.549)	(15.928.394)	(7.301.103)	(13.519.853)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(336.120)	(631.977)	(317.248)	(638.815)
Manutenção e conservação de bens	(411.709)	(808.615)	(557.902)	(970.976)
Água e energia	(142.664)	(289.833)	(143.674)	(287.516)
Aluguéis e arrendamento de bens	(597.051)	(1.151.013)	(481.666)	(923.859)
Despesas de material	(101.154)	(199.300)	(115.820)	(232.823)
Processamento de dados	(539.015)	(1.079.804)	(495.555)	(966.207)
Promoções e relações públicas	(193.180)	(340.295)	(105.737)	(176.273)
Propaganda e publicidade	(310.517)	(453.706)	(221.448)	(413.860)
Serviços do sistema financeiro	(192.618)	(367.078)	(167.041)	(319.709)
Serviços de terceiros	(733.073)	(1.388.746)	(641.796)	(1.171.672)
Serviços especializados	(312.545)	(580.718)	(279.003)	(501.116)
Serviços de vigilância e segurança	(435.747)	(780.980)	(341.492)	(686.719)
Amortização	(289.393)	(577.724)	(294.671)	(498.488)
Depreciação	(308.112)	(591.556)	(239.838)	(455.951)
Outras administrativas	(206.870)	(383.113)	(189.323)	(325.434)
Total	(5.109.768)	(9.624.458)	(4.592.214)	(8.569.418)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(336.120)	(631.977)	(317.248)	(638.815)
Manutenção e conservação de bens	(411.709)	(808.615)	(557.902)	(970.976)
Água e energia	(142.664)	(289.833)	(143.674)	(287.517)
Aluguéis e arrendamento de bens	(597.051)	(1.151.014)	(481.666)	(923.859)
Despesas de material	(101.154)	(199.301)	(115.820)	(232.823)
Processamento de dados	(539.015)	(1.079.804)	(495.555)	(966.208)
Promoções e relações públicas	(193.180)	(340.295)	(105.737)	(176.273)
Propaganda e publicidade	(310.517)	(453.705)	(221.448)	(413.860)
Serviços do sistema financeiro	(192.618)	(367.078)	(167.041)	(319.710)
Serviços de terceiros	(733.073)	(1.388.745)	(641.796)	(1.171.672)
Serviços especializados	(312.752)	(581.932)	(281.120)	(506.877)
Serviços de vigilância e segurança	(435.747)	(780.980)	(341.492)	(686.719)
Amortização	(289.393)	(577.725)	(294.671)	(498.488)
Depreciação	(308.112)	(591.556)	(239.838)	(455.951)
Outras administrativas	(206.968)	(383.837)	(189.539)	(325.864)
Total	(5.110.073)	(9.626.397)	(4.594.547)	(8.575.612)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	241.730	373.613	85.085	142.299
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.144.953	4.610.817	2.089.305	3.671.759
Recuperação de despesas e encargos (1)	698.616	1.816.598	506.901	948.270
Reversão de outras provisões operacionais (2)	1.237.700	2.084.740	901.317	1.640.063
Receitas de cartões de crédito	19.837	32.784	80.315	156.425
Receitas de dividendos	2.926	4.904	81	1.379
Atualização de depósitos em garantia	293.666	531.159	229.270	520.359
Rendas de créditos específicos	27.359	48.599	21.438	100.280
Resultado com marcação a mercado hedge contábil (3)	(330.383)	-	-	-
Receitas de loterias	71.595	77.309	28.134	115.190
Reversão de despesas - repactuação IHCD (4)	193.283	193.283	-	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	89.724	134.560	925	3.505
Outras receitas operacionais	217.738	316.715	90.673	156.433
Total	4.908.744	10.225.081	4.033.444	7.455.962

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	241.730	373.613	85.085	142.299
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.144.953	4.610.817	2.089.305	3.671.759
Recuperação de despesas e encargos (1)	695.988	1.811.224	504.518	943.366
Reversão de outras provisões operacionais (2)	1.237.700	2.084.739	901.317	1.640.088
Receitas de cartões de crédito	19.837	32.784	80.315	156.424
Receitas de dividendos	50.793	62.451	64.291	73.207
Atualização de depósitos em garantia	293.666	531.159	229.270	520.359
Rendas de créditos específicos	27.359	48.598	21.438	100.280
Resultado com marcação a mercado hedge contábil (3)	(330.383)	-	-	-
Receitas de loterias	71.595	77.309	28.134	115.190
Reversão de despesas - repactuação IHCD (4)	193.283	193.283	-	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	89.724	134.560	925	3.505
Outras receitas operacionais	217.850	313.958	90.677	153.361
Total	4.954.095	10.274.495	4.095.275	7.519.838

- (1) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado, essencialmente por: (i) recuperação de perdas com FCVS; (ii) ressarcimento das despesas de repasse ao FGO relativa a valores cobrados concessão de empréstimos/financiamentos; (iii) recuperação de despesas com o preparo e a remessa de bloquitos na câmara de compensação interbancária; e (iv) recuperação de despesas com pessoal cedido e compensações de encargos sociais.
- (2) Aumento de 2013 em relação a 2012 representado, essencialmente, por reversões de provisões para causas judiciais.
- (3) Reversão de receita verificada no 1º sem. de 2013, decorrente dos efeitos contábeis relativos à alteração do critério de classificação do instrumento financeiro derivativo destinado à proteção da captação externa, o hedge contábil foi reclassificado de hedge de fluxo de caixa para hedge de valor justo ou de risco de mercado (Nota 3 (f)).
- (4) Reversão de despesa do 1º semestre de 2013 decorrente de repactuação da taxa contratada de contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(390.592)	(765.161)	(297.100)	(402.637)
Obrigações com fundos e programas	(180.893)	(331.526)	(124.157)	(227.858)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(1.099.905)	(2.606.721)	(1.123.703)	(1.968.671)
Despesas com cartão	(579.512)	(1.035.228)	(442.075)	(838.635)
Despesas com loterias	(96.688)	(192.424)	(81.951)	(165.681)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais (1)	(1.012.758)	(2.015.173)	(888.158)	(1.674.986)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(240.725)	(480.551)	(221.819)	(449.963)
Serviços automatizados	(124.097)	(229.886)	(85.387)	(159.508)
Alavancagem de negócios	(179.561)	(324.799)	(181.723)	(281.502)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	(162.015)	(314.232)	(149.962)	(292.461)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(307.872)	(545.135)	(293.351)	(470.973)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(134.345)	(237.896)	(51.275)	(87.891)
Descontos de operações de crédito	(229.435)	(391.357)	(204.484)	(407.362)
Operações de fomento - atualização monetária	(65.863)	(96.396)	(8.433)	(21.138)
Título no exterior – marcação a mercado	181.460	141.802	-	-
Desp. provisões operacionais	(417.869)	(728.542)	(430.893)	(909.742)
Provisão para causas judiciais	(686.059)	(1.058.865)	(36.512)	(390.024)
Condenações judiciais	(48.297)	(101.632)	(84.385)	(143.890)
Benefícios sociais	(37.567)	(79.755)	(32.974)	(69.189)
Benefício pós-emprego	(533.428)	(885.420)	(296.188)	(593.285)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(83.836)	(126.825)	(13.415)	(13.415)
Outras	(326.170)	(571.577)	(628.148)	(825.342)
Total	(6.756.027)	(12.977.299)	(5.676.093)	(10.394.153)

(1) Aglutinação dos itens "Correspondente não Bancário" e "Desp. Revendedor Lotérico" divulgados separadamente em dezembro de 2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais	225.334	411.780	277.015	379.841
Lucro na alienação de valores e bens	126.131	180.658	141.263	199.820
Alienação de bens imóveis	13.925	99.279	13.109	27.179
Sobras de caixa não reclamadas	22.487	41.818	15.862	30.557
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	867	4.933	42.660	43.041
Multas e penalidades	19.374	33.014	9.280	18.882
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	36.503	40.862	45.129	45.129
Outras rendas não operacionais	6.047	11.216	9.712	15.233
Despesas não operacionais	(230.285)	(431.430)	(295.154)	(490.127)
Desvalorização de outros valores e bens	(9.183)	(12.869)	(416)	(2.470)
Indenizações por perdas e danos	(97.186)	(170.328)	(79.051)	(132.905)
Perdas em imóveis	(13.286)	(31.361)	(17.455)	(37.491)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(70.258)	(136.335)	(63.753)	(153.215)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(11.018)	(19.922)	(6.399)	(12.107)
Perdas em cartões de crédito	(20.793)	(41.042)	(18.592)	(36.747)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(869)	(1.883)	(59.186)	(59.186)
Perdas de capital	(1)	(4.394)	(45.085)	(45.090)
Outras despesas não operacionais	(7.691)	(13.296)	(5.217)	(10.916)
Total	(4.951)	(19.650)	(18.139)	(110.286)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(883.667)	(1.627.565)	(689.579)	(1.354.654)
PIS/PASEP	(143.596)	(264.479)	(86.986)	(185.764)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(248.118)	(471.501)	(205.830)	(386.473)
Despesas com IPTU	(3.729)	(52.198)	(3.591)	(44.400)
Outras	(2.858)	5.744	(6.773)	(33.220)
Total	(1.281.968)	(2.409.999)	(992.759)	(2.004.511)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(886.618)	(1.630.554)	(693.814)	(1.358.896)
PIS/PASEP	(144.237)	(265.129)	(87.905)	(186.685)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(248.118)	(471.500)	(205.830)	(386.473)
Despesas com IPTU	(3.729)	(52.199)	(3.591)	(44.400)
Outras	(2.858)	5.739	(6.773)	(33.593)
Total	(1.285.560)	(2.413.643)	(997.913)	(2.010.047)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**Ativos contingentes:**

A CAIXA não possui ativos contingentes reconhecidos contabilmente.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2012	2013				31/12/2013
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões/Baixas por pagamento	
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	260.871	24.052	14.555	56.869	(102.088)	254.259
INSS	47.682	1.111	4.918	3.456	(5.051)	52.116
ISS	155.371	5.175	6.030	41.833	(55.629)	152.780
Outros	57.818	17.766	3.607	11.580	(41.408)	49.363
Demandas Cíveis (Nota 18 (e))	3.511.622	321.724	204.240	255.288	(1.650.240)	2.642.634
Perdas e danos	1.311.473	223.274	101.531	39.646	(785.945)	889.979
Poupança	1.219.216	7.741	6.498	79.259	(583.585)	729.129
Loterias	11.586	1.010	1.233	3.294	(5.438)	11.685
Crédito imobiliário	104.094	41.624	9.309	5.147	(31.686)	128.488
Contingenciamento do FGTS	865.253	48.075	85.669	127.942	(243.586)	883.353
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.629.178	464.091	144.154	762.818	(913.508)	3.086.733
Outras (Nota 18 (e))	43.308	9.291	-	-	-	52.599
Total	6.444.979	819.158	362.949	1.074.975	(2.665.836)	6.036.225

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos referem-se a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, ausência permitida para interesse particular – APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2013, correspondem ao total de R\$ 1.416.310 (31/12/2012 - R\$ 1.390.798), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 52.116 (31/12/2012 - R\$ 47.682).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31/07/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a CAIXA sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão acerca da interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2013, corresponde ao montante de R\$ 537.665 (31/12/2012 - R\$ 336.734). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, a provisão constituída é de R\$ 152.780 (31/12/2012 - R\$ 155.371).

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 6.498 (31/12/2012 - R\$ 6.236), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

Em 09/10/2013, foi publicada a Lei n.º 12.865, que reabriu, até 31/12/2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/2009, prevendo, dentre outras disposições, a possibilidade de pagamento, com desconto nos encargos, de débitos relativos a tributos federais. A CAIXA, atenta a essa prerrogativa, avaliou as matérias em discussão e os respectivos impactos financeiros e contábeis, não verificando condições favoráveis para adesão ao programa.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de Dezembro de 2013 constavam 56,3 mil processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 55 mil “não relevantes” e 1,3 mil “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2013 constavam 303 mil processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 302,5 mil “não relevantes” e 500 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2013 a provisão constituída é de R\$ 729.129 (31/12/2012 - R\$ 1.219.216) para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31/12/2013 para estes processos é de R\$ 883.353 (31/12/2012 – R\$ 865.253).

Visando reduzir o litígio judicial em 2013, a CAIXA realizou 21 mil acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Demandas fiscais	4.778.552	4.761.175
Demandas cíveis	1.086.235	2.172.118
Demandas trabalhistas	-	49.449
Total	5.864.787	6.982.742

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 4.778.552, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 4.761.175), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.367.141, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 4.265.859), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis n.º. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) CSLL, no valor de R\$ 138.338, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$ 129.761), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

c) Autuação de ICMS pela Fazenda do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 122.196, em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 – R\$ 119.393), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R\$ 1.086.235, classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Demandas fiscais	8.475.837	7.869.183
Demandas cíveis	666.706	592.193
Demandas trabalhistas	2.148.050	1.881.421
Total	11.290.593	10.342.797

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas
(a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco PAN S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco PAN que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.977.657	2.789.541
Banco PAN	4.977.657	2.789.541
Aplicações em operações compromissadas	-	499.992
Banco PAN	-	499.992
Rendas a receber	2.301.599	1.952.475
Caixa Seguros Holding S.A.	342	334
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.301.257	1.952.141
Créditos adquiridos	7.581.165	3.662.652
Banco PAN	7.581.165	3.662.652
Total	14.860.421	8.904.660

PASSIVOS		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos	171.758	584.727
Caixa Seguros Holding S.A.	11.680	19.015
FUNCEF	1.453	879
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	158.625	564.833
Repasses do país - instituições oficiais	(1.131)	16.528
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(1.131)	16.528
Obrigações diversas	36.867	34.213
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	36.867	34.213
Total	207.494	635.468

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

RECEITAS				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de depósitos interfinanceiros	189.228	296.663	84.464	173.135
Banco PAN	189.228	296.663	84.464	173.135
Rendas de prestação de serviços	365.044	654.912	296.005	608.224
Caixa Seguros Holding S.A.	309.211	572.678	249.448	525.888
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	55.833	82.234	46.557	82.336
Outras receitas operacionais	56.897	242.453	67.667	159.885
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	56.897	242.453	67.667	159.885
Total	611.169	1.194.028	448.136	941.244

DESPESAS				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesas administrativas – aluguéis	(14.449)	(64.641)	(30.304)	(52.807)
FUNCEF	(14.449)	(64.641)	(30.304)	(52.807)
Outras despesas operacionais	(1.464)	(3.010)	(1.532)	(3.191)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(1.464)	(3.010)	(1.532)	(3.191)
Total	(15.913)	(67.651)	(31.836)	(55.998)

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	12.752	20.148	6.087	11.361
Proventos	9.321	14.858	4.468	8.508
Encargos sociais	3.431	5.290	1.619	2.853

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

A provisão para benefícios a empregados possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Benefícios de curto prazo – natureza salarial” que apresenta o montante de R\$ 2.063.622 (31/12/2012 – R\$ 1.832.486) na demonstração consolidada.

Provisão para benefícios a empregados		
Descrição	31/12/2013	30/12/2012
		(Nota 3 (t))
Benefícios de curto prazo	2.488.533	2.303.841
Natureza salarial	2.063.252	1.832.211
Participação dos empregados no lucro	425.281	471.630
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	7.218.765	7.354.728
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	6.211.755	6.276.166
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	751.678	844.804
PREVHAB (cálculo atuarial)	44.260	47.570
Planos de benefícios – Previdência privada	211.072	186.188
Total	9.707.298	9.658.569

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

As provisões vinculadas aos benefícios pós-emprego são compostas por planos de aposentadoria, pensão, assistência médica e auxílio/cesta alimentação, conforme apresentado a seguir:

- (i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. Trata-se dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano.
- (ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego assumidos quando da extinção do Banco Nacional de Habitação – BNH.
- (iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, SASSE, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- (iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.
- (v) Os resultados atuariais do Saúde CAIXA e do PAMS são apresentados de forma agrupada, considerando tratar-se, ambos, de programas de assistência à saúde.
- (vi) A CAIXA administra benefícios pós-emprego de Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de benefícios - Previdência privada**(b.1) REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.4) Taxa de desconto aplicada

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2012, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 12,02% e de 5,9% a.a. para a inflação.

(b.5) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Principais premissas utilizadas						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Financeiras:						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Projeção de aumentos salariais - média anual	8,66	8,04	8,74	8,55	8,74	8,55
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Demográficas:						
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e	
	AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F	

(ii) Quantidade de participantes dos planos de benefícios

Quantidade de participantes dos planos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos	28.872	30.945	11.088	11.000	83.359	76.262
Não saldado	2.995	3.251	11.088	11.000	83.359	76.262
Saldado	25.877	27.694	-	-	-	-
Assistidos (aposentados e pensionistas)	34.775	33.099	635	638	3.634	3.093
Total	63.647	64.044	11.723	11.638	86.993	79.355

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.761)	(254.250)
Custo do serviço corrente	(30.577)	(56.245)	(2.186)	(2.850)	(44.032)	(25.060)
Custo de juros	(4.358.610)	(3.967.316)	(58.801)	(47.419)	(47.873)	(28.993)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	7.164.152	(7.497.924)	149.530	(140.980)	78.527	(187.989)
Ajuste de experiência	(1.150.943)	(7.497.924)	25.011	(140.980)	(86.834)	(187.989)
Alterações premissas biométricas	161	-	(22.482)	-	(323)	-
Alterações premissas financeiras	8.314.934	-	147.001	-	165.684	-
Benefícios pagos pelo plano	1.840.401	1.652.193	6.207	7.312	9.360	8.532
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)

(iv) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166
Receitas de juros	4.434.400	4.719.039	41.947	39.444	28.278	31.975
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(7.223.118)	1.052.777	(162.582)	49.852	(41.742)	(20.395)
Contribuições do empregador	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Contribuições de participantes do plano	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Benefícios pagos pelo plano	(1.840.401)	(1.652.193)	(6.207)	(7.312)	(9.360)	(8.532)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (1)	-	-	100.905	85.210	110.167	100.979
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(40.287.215)	(44.902.581)	(400.800)	(511.245)	(381.612)	(386.781)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802
Superávit/ (déficit) do plano	767.751	748.088	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Efeito do teto do Ativo (2)	(767.751)	(748.088)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

(1) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pelo Banco.

(2) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

Conciliação do efeito de teto de ativo		
Descrição	REG/REPLAN	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Abertura no início do Ano	(748.088)	(6.465.329)
Despesa com juros / Rentabilidade	(75.789)	(751.723)
Total antes da remensuração	(823.877)	(7.217.052)
Remensuração	58.966	6.445.147
Custo de Serviço líquido / Contribuições	(2.840)	23.817
Total no final do ano	(767.751)	(748.088)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	-	-	(85.210)	-	(100.979)	(7.977)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.288)	(40.031)	(10.613)	(14.656)	(24.022)	(22.266)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.420)	23.817	(5.433)	(70.852)	10.601	(73.530)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

(Despesa) / Receita esperadas – exercício 2014 – CPC 33 (R1)			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(3.648)	(1.303)	(37.648)
Custo de juros líquido	-	(12.105)	(12.974)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(3.648)	(13.408)	(50.622)
Administração do plano	(882)	-	(223)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(4.530)	(13.408)	(50.845)

Pagamentos esperados – exercício 2014 – CPC 33 (R1)			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de risco (REB)	17.694	371	4.483
Administração	882	-	223
Total dos pagamentos esperados para o plano	18.576	371	4.706

(vii) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)							
Descrição	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
REG/REPLAN							
VP ¹ Obrigação atuarial	39.795.582	40.761.947	40.288.732	40.286.015	39.211.646	41.369.337	40.287.215
VJ ² Ativos	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966
Superávit / (Déficit)	1.259.384	293.019	766.234	768.951	1.843.320	(314.371)	767.751
REB							
VP ¹ Obrigação atuarial	504.389	498.954	506.925	496.609	484.500	520.303	501.705
VJ ² Ativos	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895
Superávit / (Déficit)	(204.494)	(199.059)	(207.030)	(196.714)	(184.605)	(220.408)	(201.810)
NOVO PLANO							
VP ¹ Obrigação atuarial	496.119	485.115	492.430	491.141	472.841	509.286	491.779
VJ ² Ativos	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445
Superávit / (Déficit)	(224.674)	(213.670)	(220.985)	(219.696)	(201.396)	(237.841)	(220.334)

VP¹ - Valor Presente / VJ² - Valor Justo

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria**

Premissas Financeiras e Demográficas - EX-PREVHAB		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumentos salariais - média anual	N/A	N/A
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,02	9,91
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	N/A	N/A
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e	
	AT 2000 F	

(ii) Quantidade de participantes dos planos de benefícios

Quantidade de participantes do plano - EX-PREVHAB		
Descrição	2013	2012
Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	68	71
Total	68	71

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(47.121)	(37.535)
Custo de juros	(4.488)	(4.127)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	2.435	(9.355)
Ajuste de experiência	(4.820)	(9.355)
Alterações premissas financeiras	7.255	-
Benefícios pagos pelo plano	3.655	3.897
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(45.519)	(47.120)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	42.019	43.649
Receitas de juros	3.982	4.836
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	3.173	(2.570)
Benefícios pagos pelo plano	(3.655)	(3.897)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	45.519	42.018

(v) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(45.519)	(47.120)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	45.519	42.018
Superávit/ (déficit) do plano	-	(5.102)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	-	(5.102)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - EX-PREVHAB		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012
		(Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(5.102)	3.684
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(505)	709
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	5.607	(9.495)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	-	(5.102)

(vi) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - EX-PREVHAB					
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	
VP ¹ Obrigação atuarial	44.631	46.383	44.547	46.531	45.519
VJ ² Ativos	45.519	45.519	45.519	45.519	45.519
Superávit / (Déficit)	888	(864)	972	(1.012)	-

*VP - Valor Presente / **VJ - Valor Justo

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS. O custeio do plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 6.211.755 (31/12/2012 – R\$ 6.276.166).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas.

É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas Financeiras e Demográficas - Saúde CAIXA		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	9,13	8,55
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5
Aging Factor	Experiência CAIXA	
Projeção de aumento real dos custos de saúde (HCTR) média anual	1,5	1,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	3,02	3,06
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e	
	AT 2000 F	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Quantidade de participantes do plano

Quantidade de participantes do plano - Saúde CAIXA		
Descrição	2013	2012
Empregados	95.243	87.510
Dependentes de empregados	132.024	128.807
Assistidos (Ex-empregados, aposentados e pensionistas)	21.997	22.135
Dependentes de assistidos	27.018	29.350
Total	276.282	267.802

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - Saúde CAIXA		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(6.317.036)	(4.637.895)
Custo do serviço corrente	(352.180)	(288.160)
Custo de juros	(611.146)	(525.743)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	784.486	(1.134.176)
Ajuste de experiência	(857.351)	(1.134.176)
Alterações premissas biométricas	1.641.837	-
Benefícios pagos pelo plano	284.121	268.938
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(6.211.755)	(6.317.036)

(iv) Valor líquido do ativo (passivo) do plano reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - Saúde CAIXA		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial	(6.211.755)	(6.317.036)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(6.211.755)	(6.317.036)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - Saúde CAIXA		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.317.036)	(5.632.367)
Pagamento de benefícios líquido de carregamento administrativo	284.121	268.938
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(963.326)	(813.903)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	784.486	(139.704)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(6.211.755)	(6.317.036)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

Despesa / Receita esperadas – exercício 2014 - Saúde CAIXA	
Descrição	CPC 33 (R1)
Custo do serviço corrente líquido	(400.434)
Custo de juros líquido	(728.631)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.129.065)

Pagamentos esperados – exercício 2014 - Saúde CAIXA	
Descrição	CPC 33 (R1)
Benefícios	300.885
Total dos pagamentos esperados para o plano	300.885

(vi) Análise de sensibilidade dos custos médicos

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - Saúde CAIXA							
Descrição	Tábua Biométrica		HCTR		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:							
VP ¹ Obrigação atuarial	6.054.579	6.368.710	6.219.400	6.204.100	6.005.930	6.429.483	6.211.755
Superávit / (Déficit)	(6.054.579)	(6.368.710)	(6.219.400)	(6.204.100)	(6.005.930)	(6.429.483)	(6.211.755)

 VP¹ - Valor Presente

(e) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2013 a agosto de 2014 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2013 a agosto de 2014 é de R\$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 751.678 (31/12/2012 – R\$ 844.804).

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Premissas Financeiras e Demográficas - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	2013	2012
Financeiras:		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	N/A	N/A
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A
Demográficas:		
Taxa de rotatividade	N/A	N/A
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Quantidade de participantes do plano de benefícios

Quantidade de participantes dos planos - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	2013	2012
Aposentados com auxílio alimentação	10.892	10.394
Aposentados com cesta alimentação	761	741
Pensionistas com auxílio alimentação	604	2.082
Pensionistas com cesta alimentação	22	71
Total	12.279	13.288

(iii) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(844.804)	(624.439)
Custo de juros	(75.413)	(68.856)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	82.387	(230.743)
Ajuste de experiência	(39.953)	(230.743)
Alterações premissas financeiras	122.340	-
Benefícios pagos pelo plano	86.152	79.234
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(751.678)	(844.804)

(iv) Valor líquido do ativo (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(751.678)	(844.804)
Superávit/ (déficit) do plano	(751.678)	(844.804)
Ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(751.678)	(844.804)

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial - Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(844.804)	(638.356)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	86.153	79.234
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(75.413)	(68.856)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	82.386	(216.826)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(751.678)	(844.804)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014

Despesa / Receita esperadas – exercício 2014 - Auxílio e Cesta Alimentação	
Descrição	CPC 33 (R1)
Custo de juros líquido	(84.876)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(84.876)

Pagamentos esperados – exercício 2014 - Auxílio e Cesta Alimentação	
Descrição	CPC 33 (R1)
Normais	91.235
Total dos pagamentos esperados para o plano	91.235

(vi) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - Auxílio e Cesta Alimentação					
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
VP ¹ Obrigação Atuarial	735.703	767.382	735.362	767.696	751.678
Superávit / (Déficit)	(735.703)	(767.382)	(735.362)	(767.696)	(751.678)

 VP¹ - Valor Presente

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, operacional, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Administração Risco Corporativo, vinculada à Diretoria de riscos e à Vice-Presidência de Riscos.

As atividades realizadas visam assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos e de capital como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2013 ¹	31/12/2012 ²
Patrimônio de Referência - PR	71.440.993	56.328.755
Nível I	59.518.914	28.689.489
Capital Principal - CP	34.437.984	24.386.066
Patrimônio líquido	27.373.363	25.056.944
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	8.000.000	-
Ajustes prudenciais	(935.379)	-
Reservas de reavaliação	-	(423.165)
Créditos tributários excluídos do Nível I do PR	-	(154.673)
Ativo permanente diferido	-	(2.425)
Ajuste ao valor de mercado	-	(90.615)
Capital Complementar - CC	25.080.930	4.303.423
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	25.080.930	4.303.423
Nível II	11.922.079	28.689.489
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 4.192/2013	11.922.079	12.190.735
Reservas de reavaliação	-	423.165
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	15.984.974
Ajuste ao valor de mercado	-	90.615
Deduções do PR	-	(1.050.223)
Ações emitidas por instituições financeiras	-	(1.048.975)
Participação em instituição financeira no exterior	-	(1.248)
Ativos ponderados pelo risco - RWA	472.075.444	433.691.244
Risco de crédito - RWA _{CPAD}	450.874.561	410.363.711
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA _{MPAD}	1.447.893	5.126.370
Taxa de juros – RWA _{JUR}	1.447.893	5.126.370
Commodities – RWA _{COM}	-	-
Ações – RWA _{ACS}	-	-
Câmbio – RWA _{CAM}	-	-
Risco operacional - RWA _{OPAD}	19.752.990	18.201.163
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (RWA*0,11) - PRMR	51.928.299	47.706.037
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	3.923.466	2.473.008
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	15.589.228	6.149.710
Índice de capital principal (CP / RWA)	7,30%	5,62%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	12,61%	6,62%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,13%	12,99%

(1) Regras de Basileia III, vigentes a partir de OUT/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 4.192/2013 e 4.193/2013, respectivamente, e demais normas vinculadas.

(2) Regras de Basileia II, vigentes até SET/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3.490/2007, respectivamente, e demais normas vinculadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Basileia III

Dando prosseguimento à implementação de Basileia III no Brasil, foram publicadas em 1º de Março de 2013 as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.192, 4.193 e 4.195, referentes às novas regras prudenciais. O Regulador determinou a observação dessas normas a partir de 01/10/2013. Nas regras de Basileia III os componentes de gestão de capital, como Patrimônio de Referência – PR e Patrimônio de Referência Exigido – PRE, sofrem modificações.

O PR continua correspondendo à soma do Nível I e do Nível II, contudo, o Nível I é segregado em Capital Principal e Capital Complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, como o indicador de Nível I e de Capital Principal, além do Índice de Basileia. Haverá também necessidade de observação de outros indicadores como o Adicional de Capital Principal a partir de 2016.

$$PR = \text{NívelII} + \text{NívelIII}$$



$$PR = \text{Capital Pr incipal} + \text{CapitalCom plementar} + \text{NívelIII}$$

O PRE, soma das parcelas de risco de crédito, operacional e mercado, exceto carteira de não negociação, passa a ser considerado diretamente como ativos ponderados pelo risco (RWA) para a apuração dos indicadores.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN 3.988/11, com a Circular BACEN nº. 3.547/2011 e a Carta-Circular BACEN nº3.565/12. Em SET/13 a CAIXA submeteu ao BACEN o Relatório Extraordinário ICAAP data-base JUN/13.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração, se houver; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação. As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos. Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. Apresentamos a evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾		
Fatores de Risco	31/12/2013	31/12/2012
PRE	12.905	12.712
Cupom IPCA	7	5.985
Cupom SELIC	-	(3)
Cupom TR	1	6
VaR com ED	12.913	18.700

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III - mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Atualmente, a CAIXA mantém as exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (PCAM) protegidas por meio de operações de hedge com contratos futuros e operações de swap, o que resulta em uma exposição inferior a 2% do Patrimônio de Referência. Como consequência, a PCAM é igual a zero, nos termos da Circular BACEN nº 3.608/2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Ganhos / (Perdas)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVO						
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.671.673	3.078.676	7.671.035	3.078.687	(638)	11
Aplicações em operações compromissadas	37.232.669	72.104.596	37.229.588	72.104.596	(3.081)	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	162.406.138	138.383.189	161.826.343	146.598.519	(579.795)	8.215.330
Títulos para negociação	98.741.794	75.544.509	98.741.794	75.544.509	-	-
Títulos disponíveis para venda	16.939.498	16.568.059	16.939.498	16.568.059	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	46.724.846	46.270.621	46.145.051	54.485.951	(579.795)	8.215.330
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	488.024.608	361.239.369	475.469.738	371.360.456	(12.554.870)	10.121.087
Comercial	172.045.384	124.413.843	177.940.009	139.088.074	5.894.625	14.674.231
Habitação	270.392.302	205.788.891	259.412.788	203.587.803	(10.979.514)	(2.201.088)
Infraestrutura/Desenvolvimento	36.837.628	23.536.769	29.367.647	21.184.713	(7.469.981)	(2.352.056)
Outros créditos	8.749.294	7.499.866	8.749.294	7.499.866	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVO						
Captações de Recursos	153.295.906	108.012.976	155.484.450	111.612.392	2.188.544	3.599.416
CDB/RDB	69.472.911	59.009.782	68.403.221	59.025.574	(1.069.690)	15.792
LCI LH	77.490.821	45.876.511	80.521.427	49.480.871	3.030.606	3.604.360
Obrigações por TVM no Exterior	6.332.174	3.126.683	6.559.802	3.105.947	227.628	(20.736)
Captação em operações compromissadas	116.574.390	94.107.978	116.570.767	92.167.879	(3.623)	(1.940.099)
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	141.593.461	96.968.496	113.389.821	89.987.254	(28.203.640)	(6.981.242)
Exterior	3.231.933	43.300	3.227.204	43.559	(4.729)	259
Tesouro	36.868	34.213	38.427	35.470	1.559	1.257
FGTS (1)	132.732.425	92.605.481	102.947.269	84.625.048	(29.785.156)	(7.980.433)
BNDES	4.404.660	2.526.878	6.107.360	3.636.129	1.702.700	1.109.251
Depósitos não remunerados	1.187.575	1.758.624	1.069.561	1.647.048	(118.014)	(111.576)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (1)	48.518.594	40.643.728	36.496.451	37.432.524	(12.022.143)	(3.211.204)

(1) O valor de 2012 da dívida subordinada foi reclassificado de "FGTS" para "instrumentos de dívida elegíveis a capital" (valor contábil R\$ 12.190.735; valor marcado a mercado R\$ 10.479.497).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 28/03/2013, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475				
Instrumentos Financeiros – 31/12/2013				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(200.377)	(4.748.683)	(8.991.157)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(17.960)	(432.859)	(833.352)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(477.466)	(10.925.068)	(20.054.363)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(13.221)	(13.276)	(15.160)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais. A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento;
- Processo de gerenciamento; e
- Divulgação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

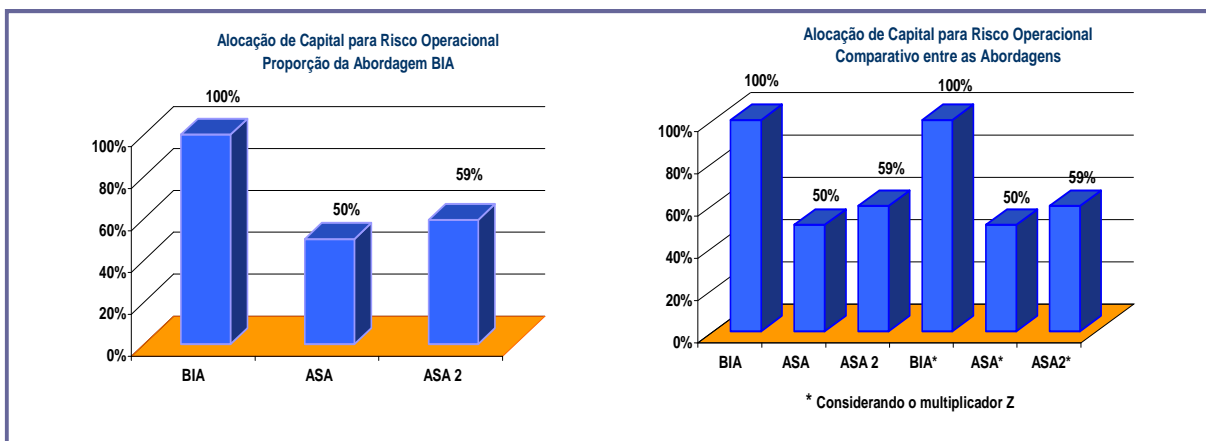
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional é formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria. O Processo de gerenciamento de Risco Operacional na CAIXA é composto pelas seguintes etapas: Identificar, Avaliar, Controlar/mitigar, Monitorar, e Reportar. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos. A divulgação de informações de Risco Operacional na CAIXA é definida segundo o objetivo e o público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008. Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Circular BACEN nº 3.647/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circular citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum com o mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como uma parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

Os requisitos mínimos para a candidatura ao uso do modelo interno são:

- Base de dados internos - Base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas e que deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas que auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios – Séries de tempo que refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a área de Gestão de Risco Operacional, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados		
Descrição	31/12/2013 (1)	31/12/2012 (2)
PIS (3)	28.415.317	28.581.836
FGTS	62.978.979	46.787.221
FAR	18.316.041	8.058.235
FDS	1.190.819	1.147.428
FAS (3)	24.495	27.953
FGS	137.246	65.540
FGHAB	1.364.939	1.207.139
CCA	45.725	33.333
CCAM	21	17
FGCN	3.941.813	3.505.323
FCE	98	15
Total	116.415.493	89.414.040
FCVS	(90.620.246)	(87.053.639)

(1) Posição de novembro de 2013.

(2) Posição de novembro de 2012.

(3) Posição de dezembro de 2013.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2012 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 167.717 (31/12/2012 - R\$ 160.608).

(f) Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, que, dentre outras providências:

- Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;
- Revoga o Regime Tributário de Transição;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A MP 627 ainda não foi convertida em lei, o que é necessário para uma análise conclusiva acerca dos temas nela tratados. Não obstante, considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem destacados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Roberto Derzie de Santanna
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Gilberto Magalhães Occhi
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

	Individual				Consolidado			
	2013		2012 (Nota 3 (t))		2013		2012 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	8.910.937	20.376.065	7.367.227	13.201.222	9.048.060	20.621.726	7.479.514	13.592.422
Lucro Líquido	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608	3.582.770	6.723.372	2.912.927	5.639.608
Ajustes ao Lucro Líquido:	5.328.167	13.652.693	4.454.300	7.561.614	5.465.290	13.898.354	4.566.587	7.952.814
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(74.661)	1.595.866	124.606	(1.235.173)	(74.661)	1.595.866	124.606	(1.235.173)
(Ganho)/Perda em Investimentos	(76.544)	53.011	(96.206)	(360.295)	20.053	247.583	(27.029)	(27.029)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(308.777)	(88.485)	(11.257)	(11.257)	(308.777)	(88.485)	(11.257)	(11.257)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(15)	(15)			(15)	(15)		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.869.006	9.190.635	4.044.925	7.679.921	4.869.006	9.190.635	4.044.925	7.679.921
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	533.428	885.420	296.188	593.285	533.428	885.420	296.188	593.285
Depreciações e Amortizações	597.504	1.169.280	534.509	954.439	597.505	1.169.281	534.509	954.439
Impostos Diferidos	(2.158.887)	(3.176.708)	(1.907.742)	(2.662.207)	(2.158.891)	(3.176.714)	(1.907.757)	(2.662.227)
Despesas com provisões para causas judiciais	686.059	1.058.865	36.512	390.024	686.059	1.058.865	36.512	390.024
Resultado de Participação em Coligadas	(207.315)	(360.793)	(44.067)	(197.042)	(166.786)	(309.699)	(942)	(139.088)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	1.468.369	3.325.617	1.476.832	2.409.919	1.468.369	3.325.617	1.476.832	2.409.919
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(29.262.466)	(51.722.980)	5.089.609	17.682.248	(29.313.022)	(51.845.317)	5.074.835	18.436.155
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.141.154	(3.650.196)	(1.859.350)	(1.957.887)	10.141.154	(3.650.196)	(1.859.350)	(1.957.887)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	388.878	(24.971.335)	(10.174.958)	(19.247.330)	388.878	(24.971.335)	(10.174.958)	(19.247.330)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(5.686.063)	(13.989.014)	(4.114.009)	(10.027.481)	(5.686.063)	(13.989.014)	(4.114.009)	(10.027.481)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(127.058)	(1.737.460)	(240.359)	(461.683)	(127.058)	(1.737.460)	(240.359)	(461.683)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	1.078.764	778.416	520.079	(422.637)	1.078.764	778.416	520.079	(422.637)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(65.428.129)	(137.013.594)	(58.036.436)	(107.854.566)	(65.428.129)	(137.013.594)	(58.036.436)	(107.854.566)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(8.203.886)	(9.417.930)	(9.642.509)	(9.804.752)	(8.288.181)	(9.434.940)	(9.725.269)	(9.823.606)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	6.308	(100.015)	66.308	32.004	6.308	(100.015)	66.308	32.004
(Redução) Aumento em Depósitos	17.866.761	41.275.092	34.308.969	59.933.121	17.855.053	40.989.788	34.313.878	59.950.928
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(19.747.073)	22.466.412	6.737.346	37.816.687	(19.745.807)	22.581.060	6.767.343	38.500.611
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	18.903.245	34.819.800	18.657.960	27.925.650	18.903.245	34.819.800	18.657.960	27.925.650
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	88.647	88.632	(21)	(288)	88.647	88.632	(21)	(288)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	20.704.235	37.773.372	19.738.381	32.160.414	20.704.235	37.773.372	19.738.381	32.160.414
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	894.676	2.603.326	9.368.313	10.192.482	938.857	2.668.655	9.401.393	10.263.512
Imposto de renda e contribuição social pagos	(142.925)	(648.486)	(240.105)	(601.486)	(142.925)	(648.486)	(240.105)	(601.486)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(20.351.529)	(31.346.915)	12.456.836	30.883.470	(20.264.962)	(31.223.591)	12.554.349	32.028.577
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	84.653	(234.286)	(3.452.723)	(4.049.808)	(1.914)	(357.610)	(3.550.076)	(4.215.147)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(6.311.731)	(454.228)	9.821.430	12.395.580	(6.311.731)	(454.228)	9.821.430	12.395.580
Juros sobre o capital próprio ou dividendos recebidos			296	296			296	296
Alienação de Imobilizado de Uso	13.742	86.228	161.008	164.245	13.742	86.228	161.008	164.245
Aquisição de Investimentos							(160)	(979.768)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(683.844)	(1.455.260)	(494.808)	(809.737)	(683.844)	(1.455.260)	(494.808)	(809.737)
Baixa de Intangível	14.946	14.946	90.700	139.808	14.946	14.946	90.700	139.808
Aquisição de Intangível	(504.102)	(997.409)	(372.671)	(656.570)	(504.102)	(997.409)	(372.671)	(656.570)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.386.336)	(3.040.009)	5.753.232	7.183.814	(7.472.903)	(3.163.333)	5.655.719	6.038.707
Captação/resgate de obrigações por dívidas subordinadas				3.000.000				3.000.000
Captação/resgate de instrumento híbrido de capital e dívida		8.000.000	13.000.000	13.000.000		8.000.000	13.000.000	13.000.000
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	(2.820.447)	(4.097.762)	(6.629.403)	(7.495.234)	(2.820.447)	(4.097.762)	(6.629.403)	(7.495.234)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.820.447)	3.902.238	6.370.597	8.504.766	(2.820.447)	3.902.238	6.370.597	8.504.766
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(30.558.312)	(30.484.686)	24.580.665	46.572.050	(30.558.312)	(30.484.686)	24.580.665	46.572.050
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do Período	79.271.388	79.197.762	54.617.097	32.625.712	79.271.388	79.197.762	54.617.097	32.625.712
Caixa e Equivalentes no fim do período	48.713.076	48.713.076	79.197.762	79.197.762	48.713.076	48.713.076	79.197.762	79.197.762
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(30.558.312)	(30.484.686)	24.580.665	46.572.050	(30.558.312)	(30.484.686)	24.580.665	46.572.050

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802			464.595	1.366.024	2.713.757	(137.798)		19.561.380
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (I))							973.857		973.857
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Nota 3 (I))	15.154.802			464.595	1.366.024	2.713.757	836.059		20.535.237
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (I))							(1.558.074)		(584.217)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							23.711		23.711
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	6.900.000								6.900.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				25.162					25.162
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(24.129)	(24.129)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(66.592)				66.592	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE									
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES						(2.306.561)			(2.306.561)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (Nota 3 (I))								5.639.608	5.639.608
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					303.303				(303.303)
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						521.104			(521.104)
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						95.437			(95.437)
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.106.451)	(1.106.451)
Dividendos propostos								(4.082.222)	(4.082.222)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (I))	22.054.802			423.165	1.669.327	1.023.737	(698.304)	(426.446)	24.046.281
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
MOVIMENTAÇÃO GANHOS E PERDAS ATUARIAIS CPC 33(R1) (Nota 3 (I))							584.217		584.217
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							137.156		137.156
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				8.383					8.383
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(27.217)	(27.217)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(38.619)				38.619	
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(1.234)	(1.234)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								6.723.372	6.723.372
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					336.169				(336.169)
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						526.699			(526.699)
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.346.464			(1.346.464)
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.216.534)	(1.216.534)
Dividendos propostos								(2.881.228)	(2.881.228)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069		35.373.363

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Nota 3 (I))	15.154.802			458.274	1.508.341	2.951.113	(282.493)	1.607.909	21.397.946
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (I))							(584.217)		(584.217)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							168.406		168.406
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	6.900.000								6.900.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				19.605					19.605
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(19.317)	(19.317)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(54.714)				54.714	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE									
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES						(2.306.561)			(2.306.561)
AJUSTE DO 1º SEMESTRE (Nota 3(I))								(119.667)	(119.667)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (Nota 3 (I))								2.912.927	2.912.927
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					160.996				(160.996)
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						283.748			(283.748)
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						95.437			(95.437)
Juros sobre o capital próprio propostos								(554.385)	(554.385)
Dividendos propostos								(3.768.456)	(3.768.456)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (I))	22.054.802			423.165	1.669.327	1.023.737	(698.304)	(426.446)	24.046.281

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	22.054.803			413.750	1.826.357	1.236.581	(1.420.908)	1.501.970	25.612.552
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(427.680)	(427.680)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							1.443.977		1.443.977
DIVIDENDOS ANTECIPADOS 1º SEMESTRE								581.157	581.157
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				3.847					3.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(21.822)	(21.822)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(24.668)				24.668	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.582.770	3.582.770
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)						179.139		(179.139)	
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)							313.856	(313.856)	
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)							1.346.464	(1.346.464)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(597.691)	(597.691)
Dividendos propostos								(2.803.913)	(2.803.913)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.803	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.901	23.069		35.373.363

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2013				2012				2013				2012			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	48.651.906		89.703.801		37.514.643		72.812.309		48.960.523		90.016.481		37.576.474		72.876.184	
Intermediação financeira	40.096.998		72.337.072		29.594.089		58.147.194		40.360.265		72.600.339		29.594.089		58.147.194	
Prestação de serviços com tarifas	8.520.121		16.351.933		7.431.335		14.280.603		8.520.121		16.351.933		7.431.335		14.280.602	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(4.869.006)		(9.190.635)		(4.044.925)		(7.679.921)		(4.869.006)		-9.190.635		(4.044.925)		(7.679.921)	
Outras	4.903.793		10.205.431		4.534.144		8.064.433		4.949.143		10.254.844		4.595.975		8.128.309	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.762.886		44.494.201		16.856.510		33.591.098		25.483.535		44.205.075		16.848.813		33.561.879	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	10.671.241		20.281.464		9.252.132		17.085.274		10.671.545		20.283.402		9.254.468		17.091.471	
Materiais, energia e outros	1.055.016		2.047.939		1.173.760		2.136.458		1.055.113		2.048.664		1.173.975		2.136.889	
Processamento de dados e comunicações	875.135		1.711.781		812.803		1.605.022		875.135		1.711.781		812.803		1.605.023	
Propaganda, publicidade e promoções	503.697		794.000		327.185		590.133		503.697		794.000		327.185		590.133	
Serviços de terceiros e especializados	1.045.618		1.969.464		920.799		1.672.788		1.045.825		1.970.677		922.916		1.678.546	
Serviços de vigilância e segurança	435.747		780.980		341.492		686.719		435.747		780.980		341.492		686.720	
Outras	6.756.028		12.977.300		5.676.093		10.394.154		6.756.028		12.977.300		5.676.097		10.394.160	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	728.546		1.415.508		624.532		1.231.986		728.546		1.415.508		624.532		1.231.986	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.012.758		2.015.174		888.158		1.674.986		1.012.758		2.015.174		888.158		1.674.986	
- Descontos de operações de crédito	229.435		391.357		204.484		407.362		229.435		391.357		204.484		407.362	
- Despesas com cartão de crédito/débito	579.512		1.035.228		442.075		838.635		579.512		1.035.228		442.075		838.635	
- Benefício pós-emprego	533.428		885.420		296.188		593.285		533.428		885.420		296.188		593.285	
- Provisões operacionais diversas	2.790.767		5.566.720		2.134.973		3.945.458		2.790.767		5.566.720		2.134.975		3.945.460	
- Demais	881.582		1.667.893		1.085.683		1.702.442		881.582		1.667.893		1.085.685		1.702.446	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	12.217.779		24.928.136		11.406.001		22.135.937		12.805.443		25.528.004		11.473.193		22.222.834	
5. RETENÇÕES	597.504		1.169.280		534.509		954.439		597.504		1.169.280		534.509		954.439	
Depreciação, amortização e exaustão	597.504		1.169.280		534.509		954.439		597.504		1.169.280		534.509		954.439	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	11.620.275		23.758.856		10.871.492		21.181.498		12.207.939		24.358.724		10.938.684		21.268.395	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	207.316		360.794		44.067		197.042		166.786		309.699		942		139.089	
Resultado da equivalência patrimonial	207.316		360.794		44.067		197.042		166.786		309.699		942		139.089	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	11.827.591		24.119.650		10.915.559		21.378.540		12.374.725		24.668.423		10.939.626		21.407.484	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.827.591	100,00	24.119.650	100,00	10.915.559	100,00	21.378.540	100,00	12.374.725	100,00	24.668.423	100,00	10.939.626	100,00	21.407.484	100,00
Pessoal	7.972.044	67,40	14.851.063	61,57	6.991.047	64,05	12.624.463	59,05	7.972.914	64,43	14.852.828	60,21	6.992.132	63,92	12.626.304	58,98
- Remuneração direta	6.023.495		11.150.744		5.289.780		9.612.681		6.024.325		11.152.423		5.290.825		9.614.451	
- Benefícios	1.588.307		3.011.696		1.387.318		2.411.037		1.588.307		3.011.696		1.387.318		2.411.037	
- FGTS	360.242		688.623		313.949		600.745		360.282		688.709		313.989		600.816	
Impostos, taxas e contribuições	92.004	0,78	1.810.480	7,51	223.140	2,04	1.764.165	8,25	221.990	1,79	1.941.209	7,87	246.122	2,25	1.791.268	8,37
- Federais	(53.215)		1.386.755		10.985		1.326.010		(33.484)		1.407.222		33.967		1.352.740	
- Estaduais	160		618		151		511		160		618		151		511	
- Municipais	145.059		423.107		212.004		437.644		255.314		533.369		212.004		438.017	
Remuneração de capitais de terceiros	597.051	5,05	1.151.014	4,77	481.666	4,41	923.858	4,32	597.051	4,82	1.151.014	4,67	481.666	4,40	923.858	4,32
- Aluguéis	597.051		1.151.014		481.666		923.858		597.051		1.151.014		481.666		923.858	
Remuneração de capitais próprios	3.401.604	28,76	4.097.762	16,99	2.714.932	24,87	5.188.673	24,27	3.401.604	27,49	4.097.763	16,61	2.714.932	24,82	5.188.673	24,24
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	3.401.604		4.097.762		2.714.932		5.188.673		3.401.604		4.097.763		2.714.932		5.188.673	
Lucros retidos	(235.112)	(1,99)	2.209.331	9,16	504.774	4,62	877.381	4,10	181.166	1,46	2.625.609	10,64	504.774	4,61	877.381	4,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CAIXA

A vida pede mais que um banco

Este relatório se baseia nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa em 31 de dezembro de 2013. Entretanto, os valores e suas formas de apresentação são resultado de ajustes gerenciais, podendo haver diferenças com as publicações contábeis em razão de eventuais realocações ou agrupamento de itens, os quais visam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

A partir de 30 de junho de 2010, as informações apresentadas estão consolidadas e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira Caixa e da empresa CaixaPAR, subsidiária integral da Caixa.

Os números indicados como totais em algumas tabelas podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento.

Os valores referentes ao exercício de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Além disso, em novembro de 2013, a Caixa recebeu ofício emitido pelo Banco Central do Brasil contendo orientação específica para registro dos saldos das contas encerradas por inconformidades cadastrais (CPF/CNPJ irregulares), o que implicou na ocorrência de mudança da política contábil adotada pela Caixa referente ao tratamento desses depósitos.

Anteriormente a Caixa classificava os depósitos com irregularidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros atrelados aos depósitos; dessa forma, o saldo desses depósitos era apropriado em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os saldos dessas contas encerradas por irregularidade cadastral passaram a ser registrados no passivo.

Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números inteiros, podendo haver divergência quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.



Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração – 2013

INTRODUÇÃO

Em 2013 a Caixa era responsável pela administração de mais de R\$ 1,5 trilhão de ativos, dos quais R\$ 858,3 bilhões são ativos próprios, consolidando-se como o quarto maior banco em ativos do país. Durante o ano, a Instituição atuou na oferta de crédito, buscando prospectar novos negócios e oferecer produtos diferenciados aos seus clientes, preocupando-se ainda com a manutenção das melhores taxas do mercado. Com o lucro líquido de R\$ 6,7 bilhões no ano, 19,2% a mais do que o registrado em 2012, e retorno sobre o patrimônio líquido médio de 26,2% a Caixa comprova o êxito dessa estratégia e a rentabilidade sobre o patrimônio investido.

A carteira de crédito ampliada atingiu, em 2013, saldo de R\$ 494,2 bilhões, crescimento de 36,8% em 12 meses, com destaque para o crédito habitacional que evoluiu 31,4%, atingindo o saldo de R\$ 270,4 bilhões, o que representa 68,5% do mercado e demonstra que a Instituição continua tendo a preferência da população na compra da casa própria.

Além disso, a Instituição alcançou a marca de R\$ 209,6 bilhões de saldo na Poupança, 18,9% maior que no ano de 2012, mantendo com isso 35,1% de participação no mercado. As captações líquidas da poupança atingiram a marca de R\$ 23,0 bilhões, alta de 47,6% na mesma comparação.

A Caixa foi responsável ainda pelo pagamento de 181,2 milhões de benefícios sociais, além da distribuição de 169,0 milhões de benefícios ao trabalhador, entre eles Previdência Social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, e pela arrecadação de R\$ 11,4 bilhões com as loterias, dos quais 5,2 bilhões retornaram à sociedade por meio de repasses e tributos. Também é o banco mais presente no Brasil, alcançando, em dezembro de 2013, praticamente 100% dos municípios brasileiros com 67,5 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, lotéricos e rede compartilhada, 18 unidades itinerantes e 1 agência-barco.

O presente relatório apresentará os resultados da Caixa em 2013, os quais referendam seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justificam o reconhecimento pela sociedade como uma das instituições que mais contribuem para o crescimento do país.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO



Agência de número 4.000 - Poeta Zininho em Florianópolis

Em 2013 a Caixa inaugurou sua agência de número 4.000, um importante marco para a Instituição que já abriu mais de 1.000 agências desde o lançamento do projeto de expansão da rede de atendimento, lançado em 2012. O objetivo é inaugurar 2,5 mil agências até 2015, e visa aumentar sua capilaridade e alcançar novos mercados e clientes, além de promover a inclusão bancária.

Para possibilitar essa expansão, a Caixa investiu, no ano, R\$ 3,5 bilhões nesse projeto, dos quais R\$ 778 milhões aplicados na abertura de novas agências e postos de atendimento e R\$ 2,7 bilhões aplicados em infraestrutura de suporte aos negócios, além de R\$ 74 milhões em segurança.

Com essas inaugurações, a Caixa alcançou uma rede com mais de 67,5 mil pontos de atendimento. São 4,0 mil agências e postos de atendimento, 34,1 mil correspondentes Caixa Aqui e lotéricos; 29,4 mil máquinas instaladas em postos e salas de autoatendimento; 1 agência-barco e 18 caminhões-agência.

Além da rede de atendimento física, a Caixa trabalha para que o cliente tenha à disposição atendimento 24h por dia nos meios digitais. Em 2013, novas funcionalidades foram implementadas no aplicativo de acesso a conta via smartphones e *tablets* e no Internet Banking Caixa, que resultaram em melhorias na navegação para 696,7 mil e 9,9 milhões de usuários, respectivamente.

A ampliação da rede de atendimento foi necessária para dar suporte a expansão dos negócios e melhor atender a atual base de clientes que cresceu 9,9% em 2013, passando para 71,7 milhões de correntistas e poupadores, sendo 69,7 milhões na carteira de pessoas físicas, e 1,9 milhão na de pessoas jurídicas, crescimentos de 9,7% e 17,5% em 12 meses.

71,7
MILHÕES
Clientes
+ 6,4
MILHÕES
em 2013



Além disso, a Caixa aprimorou suas linhas de comunicação com os clientes, criando o canal de atendimento exclusivo para usuários do Programa Minha Casa Minha Vida - o De Olho na Qualidade do MCMV, que recebeu 155,5 mil ligações no ano, referentes a dúvidas, reclamações, elogios ou sugestões.

O SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente, recebeu cerca de 24,3 milhões de chamadas e o Atendimento Caixa ao Cidadão, 56,7 milhões de ligações, que trataram sobre PIS, Seguro Desemprego, FGTS, Cartão Social e Serviço de Informação ao Cidadão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 12 meses, os ativos da Caixa expandiram 22,1%, passando de R\$ 703,2 bilhões em 2012 para R\$ 858,3 bilhões em dezembro de 2013. Com R\$ 494,2 bilhões, as operações de crédito representavam 57,6 % deste total e os títulos e valores mobiliários, com R\$ 163,3 bilhões, correspondiam a 19,0% dos ativos.

Os ativos de terceiros administrados pela Caixa somaram R\$ 664,3 bilhões com destaque para os recursos do FGTS, com saldo de R\$ 365,2 bilhões, e os fundos de investimentos, com R\$ 227 bilhões, crescimentos de 12,3% e 30,9%, respectivamente, em 12 meses.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 27,4 bilhões em 2013, com evolução de 13,8% no ano. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 26,2%.

Do total dos passivos, 42,0% consistiam em depósitos e 23,3% correspondiam a captações no mercado aberto e letras. Os depósitos a prazo cresceram 17,6%.

R\$ 1,5
TRILHÃO
ativos administrados
+20,8%
em 2013

R\$ 858,3
BILHÕES
de ativos próprios
+22,1%
em 2013

Lucro líquido

R\$ 6,7
BILHÕES

em 2013

19,2%

maior que em
2012

R\$ 163,3
BILHÕES

carteira de TVM

+17,5%

em 12 meses

De janeiro a dezembro, o lucro líquido da Caixa foi de R\$ 6,7 bilhões, 19,2% acima do registrado em 2012 considerando os efeitos extraordinários da mudança de práticas contábeis dos passivos contingentes. O resultado líquido no trimestre foi de R\$ 1,7 bilhão, alta de 9,9% se comparado ao quarto trimestre de 2012.

Indicadores (em %)	2011	2012	2013
Retorno sobre Ativo Médio	1,1	0,9	0,9
Retorno sobre o PL Médio	29,6	25,9	26,2
Índice de Solvabilidade – Basileia	13,3	13,0	15,1
Endividamento Setor Público	31,0	29,0	24,7
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	66,8	64,7	64,0
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	108,6	105,6	102,6
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	59,0	61,2	60,3

Patrimoniais (em R\$ bilhões)	2011	2012	2013
Ativos Caixa	511	703	858
Carteira de Crédito Ampliada	253	361	494
Poupança	150	176	210
Recursos Administrados (de terceiros)	484	557	664

Os fatores que mais influenciaram o resultado de 2013 foram a evolução de 13,7% no resultado da intermediação financeira, com destaque para o crescimento de 35,2% das receitas de operações de crédito, e o aumento de 14,5% nas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias, em 12 meses. O resultado operacional foi de R\$ 5,2 bilhões, alta de 20,1% em relação a 2012.

Ao final de dezembro, o índice de Basileia era de 15,1%, superior ao percentual mínimo exigido de 11%, e 2,1 p.p. acima do índice de dezembro de 2012.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 2013, a carteira de títulos e valores mobiliários possuía saldo de R\$ 163,3 bilhões, dos quais R\$ 145,0 bilhões representados por títulos públicos federais e R\$ 18,0 bilhões correspondentes a títulos privados.

O resultado das operações com TVM e derivativos atingiu R\$ 19,7 bilhões, 10,4% superior ao registrado no ano de 2012, influenciado pelo aumento do saldo da carteira e pela alta da taxa Selic.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a Caixa declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R\$ 46,7 bilhões, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

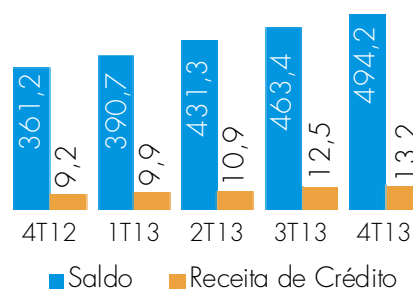
CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLIADA

Em 2013, a Caixa manteve a estratégia de ampliação do portfólio de produtos e expansão da rede de atendimento visando o aumento de seus negócios. Com isso, a carteira de crédito ampliada, que inclui outros créditos com características de concessão de crédito, alcançou saldo de R\$ 494,2 bilhões no ano, incremento de 36,8%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

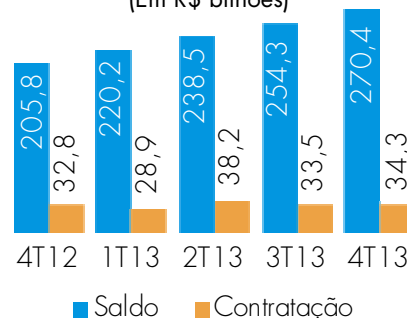
As contratações totais aumentaram 29,8% em relação ao ano anterior e atingiram R\$ 406,9 bilhões. Destacou-se a carteira de crédito habitacional com R\$ 134,9 bilhões contratados no ano, valor 26,4% superior a 2012, e acima da meta esperada para o período que era de R\$ 130,0 bilhões. Desse total, R\$ 42,5 bilhões foram contratados com recursos do FGTS e R\$ 61,6 bilhões com recursos do SBPE.

O saldo da carteira imobiliária alcançou R\$ 270,4 bilhões em 2013, evolução de 31,4% no ano. Com esse total, a Caixa se mantém na liderança do mercado de habitação com 68,5% de market share, excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.

Crédito Total
(Em R\$ bilhões)



Crédito Habitacional
(Em R\$ bilhões)



HABITAÇÃO

68,5%

de participação no mercado

Somente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida foram contratados, em 2013, R\$ 49,0 bilhões, totalizando 692,9 mil unidades habitacionais. Dessas, 48,8% foram destinadas aos beneficiários com renda de até R\$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo programa (Faixa1).

O crédito comercial apresentou saldo de R\$ 171,8 bilhões, crescimento de 41,4% em 12 meses. As contratações comerciais somaram R\$ 240,4 bilhões, aumento de 33,3% em 12 meses.

As operações com pessoas físicas registraram saldo de R\$ 80,9 bilhões e as com pessoas jurídicas atingiram R\$ 90,8 bilhões, crescimento em 12 meses de 45,7% e 37,8%, respectivamente.

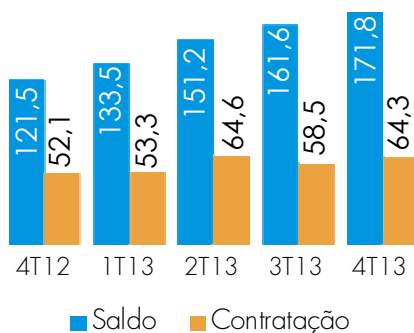
As contratações de crédito comercial com pessoas físicas totalizaram R\$ 129,4 bilhões no ano, alta de 32,2% em relação a 2012, e as com PJ somaram R\$ 111,0 bilhões, avanço de 34,6%.

O saldo da carteira de veículos fechou em R\$ 7,4 bilhões, crescimento de 68,5% em 12 meses. As contratações, incluindo carteiras adquiridas, somaram R\$ 5,6 bilhões, elevação de 57,7%, se comparado ao ano passado.

O saldo do crédito rural Caixa saiu de R\$ 158,0 milhões em dezembro de 2012 para R\$ 2,0 bilhões em dezembro de 2013. As contratações do período somaram R\$ 1,9 bilhão. Os recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e a projetos de infraestrutura rural.

Em relação ao segmento de comércio exterior, a Caixa contratou R\$ 5,3 bilhões em operações de câmbio e capital de giro para financiamento à produção, alta de 247% em relação a 2012, o que reflete o aumento da sua participação no financiamento às empresas brasileiras que atuam no comércio internacional.

Carteira Comercial
(Em R\$ bilhões)



CRÉDITO TOTAL

18,1%

de participação no mercado

Também se destacaram as operações de saneamento e infraestrutura que encerraram o mês de dezembro com saldo de R\$ 37,1 bilhões, crescimento de 55,2% em 12 meses. As contratações para esse segmento somaram R\$ 29,7 bilhões, aumento de 13% frente a 2012.

Dos recursos contratados em infraestrutura, R\$ 9,8 bilhões corresponderam a financiamentos em energia, R\$ 4,3 bilhões em mobilidade urbana, R\$ 2,1 bilhões em logística, R\$ 2,2 bilhões em construção naval, R\$ 3,1 bilhões em infraestrutura urbana e R\$ 2,1 bilhões em multisetorial. Ao setor de saneamento coube R\$ 6,1 bilhões.

Quanto à qualidade da carteira de crédito, ao final de dezembro, 92,7% das operações se concentravam nos *ratings* de AA a C. A qualidade da carteira reflete sua composição, com quase 80% aplicados em operações de baixo risco.

O índice de inadimplência total apresentou queda de 0,10 p.p. no trimestre, encerrando o período em 2,3%, abaixo da média apresentada pelo mercado, de 3,0%.

Já a inadimplência da carteira comercial encerrou o período em 3,5%, sendo 4,9% na carteira PF, queda de 0,2 p.p no trimestre, e 2,2% na PJ com alta de 0,2p.p, em relação a setembro de 2013. No crédito imobiliário, esse indicador apresentou a maior queda saindo de 1,9% em setembro para 1,7% em dezembro, redução de 0,2 p.p. no trimestre.

O índice de provisão apresentou queda de 0,67 p.p. em 12 meses, representando 4,9% do saldo da carteira de crédito em dezembro de 2013. O índice de cobertura foi de 207,7%, o suficiente para cobrir mais de duas vezes o valor do saldo inadimplente.

Também se destacaram as operações de saneamento e infraestrutura que encerraram o mês de dezembro com saldo de R\$ 37,1 bilhões, crescimento de 55,2% em 12 meses.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As captações totais atingiram, ao final de 2013, saldo de R\$ 561,1 bilhões, 21,3% maior que a carteira de crédito ampliada da Caixa, o que demonstra o equilíbrio financeiro existente entre concessões e captações na Empresa.

A base de contas correntes, em 2013, cresceu 13,0%, saindo de 22,6 milhões para 25,5 milhões, assim distribuídos: 13,1 milhões de contas PF, 2,0 milhões de contas PJ e 10,4 milhões de contas simplificadas (Caixa Fácil).

Os depósitos à vista totalizaram R\$ 25,2 bilhões. Já os depósitos a prazo cresceram 17,6% em comparação ao saldo registrado em 2012, alcançando a marca de R\$ 113,5 bilhões. Os recursos em CDB representavam 60,9% desse total, contabilizando R\$ 69,2 bilhões e aumento de 17,2% em 12 meses.

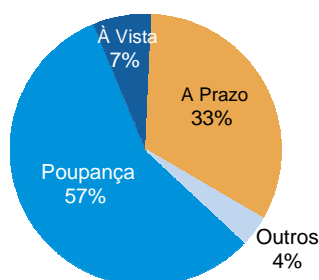
Os depósitos judiciais aumentaram 18,1%, atingindo saldo de R\$ 44,3 bilhões. Os demais depósitos encerraram o período com R\$ 12,5 bilhões.

A Poupança da Caixa alcançou saldo de R\$ 209,6 bilhões, crescimento de 18,9% em um ano. A captação líquida acumulada em 12 meses foi de R\$ 23,0 bilhões, alta de 47,6% frente ao exercício de 2012. Com esse saldo a Caixa se manteve na liderança do mercado com 35,1% de participação.

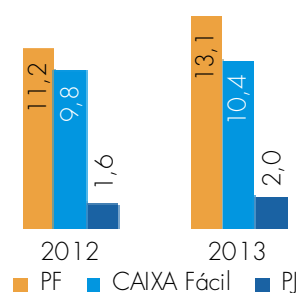
As contas de poupança aumentaram 11,2% em relação ao ano anterior, com a abertura de 7,9 milhões de contas, totalizando 51,9 milhões em 2013.

As Letras Imobiliárias e Financeiras encerraram o ano com captação líquida de R\$ 25,7 bilhões e saldo de R\$ 75,1 bilhões, aumento de 67,5%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), atingiram saldo de R\$ 2,4 bilhões e a emissão internacional de R\$ 6,3 bilhões em dezembro de 2013.

Composição dos Depósitos



Quantidade de Contas (Em milhões)



POUPANÇA

35,1%

de participação no mercado



FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Com R\$ 32,1 bilhões, a Caixa obteve, em 2013, a liderança na captação líquida de fundos de investimento, respondendo por aproximadamente 54,0% do valor total do mercado de fundos de investimento, segundo a ANBIMA.

Além disso, se manteve na quarta posição do Ranking de Administradores de Fundos de Investimento, com 8,7% de participação no mercado.

O patrimônio líquido dos fundos de investimento e carteiras administradas, em 2013, totalizou de R\$ 378 bilhões. Os fundos exclusivos, com R\$ 109,4 bilhões, apresentaram crescimento de 63,0% e os fundos de rede encerraram o período com R\$ 93,0 bilhões, alta de 5,2% em relação a 2012.

Entre esses, os fundos de renda variável totalizaram R\$ 4,9 bilhões, redução de 15,3%. Os de renda fixa, encerraram o período com saldo de R\$ 88,1 bilhões, crescimento de 6,7% em 12 meses.

Dois segmentos se destacaram: o de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), no qual a Caixa é líder de mercado, com participação de 42,9%, e o segmento de varejo, do qual possui 20,1%, ocupando a posição de vice-líder na indústria de fundos.

Além disso, em dezembro de 2013, a Instituição conquistou a marca histórica de 1,0 milhão de cotistas em fundos de investimento. Esse recorde foi impulsionado pelo lançamento de produtos destinados àqueles que buscam aliar rentabilidade e comodidade em seus investimentos, como os fundos FIC Giro Imediato Referenciado DI, FIC Giro MPE Referenciado DI e FIC Giro Empresas Referenciado DI.

A Empresa obteve ainda o rating "Mais Alto Padrão" da Fitch Ratings, ratificando avaliação anterior da Agência Moody's Service que, de 2007 a 2013, atribuiu a Caixa o conceito MQ1, ambos aplicados a instituições com excelência na gestão de recursos de terceiros.

O patrimônio líquido dos fundos de investimento e carteiras administradas, em 2013, foi de R\$ 378 bilhões.

FUNDOS DE INVESTIMENTO

8,7%

de participação no mercado

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Durante o ano de 2013, foram realizadas 6,5 bilhões de transações bancárias, entre saques, depósitos, consultas e pagamentos, as quais geraram receitas de prestação de serviço e tarifas de R\$ 16,4 bilhões, 14,5% a mais do que no ano anterior.

O acréscimo da receita em relação ao ano passado decorre, principalmente, do incremento nas rendas de tarifas bancárias, do crescimento nas rendas de administração de fundos de investimento, da arrecadação de convênios e do aumento das receitas com as transações com cartão.

Além disso, por meio da parceria com o Grupo Caixa Seguros, a Instituição disponibiliza produtos como seguros de vida, residenciais e automobilísticos, capitalização, previdência privada e consórcios, que movimentaram recursos da ordem de R\$ 3,6 bilhões em 2013, valor 13,9% superior ao volume transacionado no mesmo período de 2012. Esses produtos renderam R\$ 222,3 milhões em tarifas de balcão em 2013.

6,5
BILHÕES
de transações
bancárias no
ano

CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

Entre janeiro e dezembro de 2013, os clientes dos cartões Caixa realizaram 1,1 bilhão de transações, movimentando o volume financeiro de R\$ 81,1 bilhões, evolução de 34,3% em relação ao número de transações e de 42,2% sobre o valor movimentado, se comparado ao ano de 2012.

Ao final de dezembro, os cartões de crédito registraram uma base de 11,5 milhões nas bandeiras Elo, MasterCard e VISA, incremento de 32,2% em 12 meses. Por meio desses cartões, foram realizadas mais de 275,7 milhões de transações, um crescimento de 34,1% em relação a 2012.

R\$ 81,1
BILHÕES
em recursos
movimentados pelos
cartões Caixa
+ 34,3%
frente a 2012



Os cartões de débito atingiram uma base de 79,9 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA Electron e Elo, aumento de 6,7% em comparação ao ano anterior. Esses cartões realizaram mais de 799,5 milhões de transações, o que representou um acréscimo de 34,3% no período.

Somente os cartões de crédito e débito da bandeira Elo atingiram a marca de mais de 13,3 milhões de unidades emitidas. Essa bandeira foi criada com a finalidade de promover inclusão financeira e democratizar os meios de pagamento eletrônico.

SERVIÇOS DE GOVERNO

Os programas de transferência de renda destinados à emancipação financeira e à erradicação da pobreza da população em situação de vulnerabilidade social distribuíram cerca de R\$ 26,5 bilhões em 2013, totalizando 181,2 milhões de benefícios pagos.

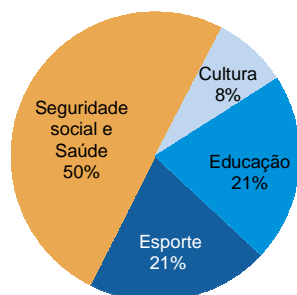
Somente o Bolsa Família, que completou dez anos de existência em 2013, pagou cerca de 159,7 milhões de benefícios, totalizando R\$ 24,0 bilhões, alta de 18,2% em relação aos valores pagos em 2012.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, foram pagos, no ano, 169,0 milhões de benefícios, sendo 62,3 milhões de aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS; 69,3 milhões, distribuídos sob o título de Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos) e 37,4 milhões referentes aos saques do FGTS. Esses benefícios pagos totalizaram R\$ 179,7 bilhões, subdivididos em R\$ 60,0 bilhões a aposentados e pensionistas do INSS; R\$ 45,5 bilhões de Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos) e R\$ 74,2 bilhões de pagamentos do FGTS.

Os programas de transferência de renda distribuíram cerca de R\$ 26,5 bilhões em 2013, totalizando 181,2 milhões de benefícios pagos

LOTÉRIAS

Destinação das Loterias



As loterias da Caixa destinaram ao Governo Federal e demais beneficiários legais, R\$ 4,2 bilhões, valor 10,1% superior ao registrado em 2012. Os recursos são aplicados em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança pública.

No período, as loterias pagaram prêmios da ordem de R\$ 4,0 bilhões e a arrecadação alcançou R\$ 11,4 bilhões, 8,8% superior ao arrecadado em 2012.

Destinação das Loterias (em R\$ milhões)	2011	2012	2013
Destinação Social	3.547	3.780	4.162
Prêmios	3.416	3.750	4.046
Tributos	895	933	1.009
Despesas de Custeio e Manutenção	1.881	2.028	2.198
Arrecadação Total	9.740	10.490	11.414

Destaque para a Mega da Virada que arrecadou R\$ 758,2 milhões, com a venda de mais de 104 milhões de bilhetes em todo o país. O valor total do prêmio superou a estimativa inicial da Caixa, de R\$ 200 milhões atingindo a marca de R\$ 224,6 milhões.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

A Caixa Participações SA – CAIXAPAR, subsidiária integral da Caixa, é o braço estratégico da Instituição nos negócios relativos a participações em outras sociedades, atuando em setores da economia e em atividades complementares e similares aos negócios da Instituição.

As principais atividades desempenhadas pela CAIXAPAR são de prospecção de novos negócios, de gestão e de governança das participações societárias investidas.

Composição da Carteira de Participações (em R\$ milhões)	2011	2012	2013
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.404	1.919	2.082
Banco PAN	510	802	495
Capgemini	-	299	269
Elo Serviços	18	11	13
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	7	8	7
Câmara Interbancária de Pagamento	3	3	3
BIAPE	1	1	1
FGO - Fundo de Garantia de Operações	-	113	202
FGHAB - Fundo Garantidor da Habitação Popular	-	117	167
Fundo de Investimento em Participações	-	-	39
Participações diversas	-	1	52
Outros Investimentos	189	4	11
Total	2.133	3.279	3.341

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A Caixa mantém escritórios de representação localizados na cidade de Tóquio - Japão, em Jersey City nos Estados Unidos e na cidade de Caracas, na Venezuela.

Em 2013 foi expandido o serviço de solicitação de saque do FGTS para Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria e Suíça. O serviço teve início em 2010 no Japão e já possibilitou a liberação de mais de R\$ 47,0 milhões a trabalhadores brasileiros residentes no exterior, atendendo mais de 2,5 milhões de clientes em 31 postos consulares.

Também em 2013, a Caixa recebeu, pelo seu Programa de Remessas Internacionais, R\$ 324 milhões (USD 148 milhões), por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros conveniados.

Na cidade de Paris - França, a Caixa e a Caisse des Dépôts et Consignations assinaram um acordo de cooperação focado na troca de experiências nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação social, mercado imobiliário e negócios.

Em 2013 a Caixa expandiu o serviço de solicitação de saque do FGTS para Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria e Suíça.

No mesmo período, a Caixa e a Prefeitura de São Paulo assinaram acordo para a bancarização de imigrantes oriundos de países signatários do Acordo Mercosul e que fixaram residência em São Paulo. As comunidades peruana e boliviana foram as primeiras beneficiadas, usufruindo dos produtos de microcrédito, conta corrente e poupança.

Como reconhecimento ao papel da Caixa no cenário internacional, a Instituição foi aprovada como membro do Clube de Investidores de Longo Prazo, composto, atualmente, por 15 membros representantes das maiores instituições financeiras dos países do G20, e que tem por objetivo identificar oportunidades de investimentos que se enquadrem nos critérios de solidez, retorno a longo termo e que tenham continuidade nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

*Um grande marco
foi a promulgação do
Decreto n° 7.973,
de 28 de março
de 2013, que
aprovou o
novo Estatuto
da Caixa*

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O ano de 2013 trouxe importantes avanços relacionados às práticas de governança corporativa adotadas pela Instituição. Um grande marco foi a promulgação do Decreto n° 7.973, de 28 de março de 2013, que aprovou o novo Estatuto da Caixa, trazendo mudanças significativas para a Empresa.

As adequações permitiram o fortalecimento do sistema de governança corporativa da Instituição, além de propiciar ao Conselho de Administração e ao Conselho Diretor melhor gerenciamento e monitoramento da execução da estratégia da Caixa.

Adicionalmente, foram realizados ajustes do Modelo de Gestão da Instituição que trouxeram importantes avanços, como a criação de duas novas Vice Presidências e dos comitês delegados do conselho diretor, o que implica em mais celeridade ao processo decisório da Caixa.

O Sistema de Controles Internos da Caixa (SCI Caixa) é o conjunto de elementos composto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para que alcance seus objetivos, forneça consistentes informações gerenciais e financeiras, tenha todas as suas atividades realizadas de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis, e reduza o risco de danos à sua imagem.

A Política de Controles Internos e Compliance da Instituição tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do Sistema de Controles Internos da Caixa, estruturada de acordo com os cinco componentes do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*): ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle e *compliance*, monitoramento, informação e comunicação.

A verificação do cumprimento da referida Política é realizada por intermédio do monitoramento do SCI, que consiste na avaliação de um conjunto de indicadores, desenvolvidos a partir dos princípios e diretrizes da Política, mensurados e pontuados de forma a evidenciar o grau de maturidade dos controles internos da Instituição.

O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do SCI e a elaboração dos Relatórios de Controles Internos para atendimento à Resolução CMN 2.554/1998, à Circular BACEN 3.467/2009 e ao Comunicado Técnico IBRACON 003/2010, bem como à Instrução CVM 505/2011.

A Política de Controles Internos e Compliance da Instituição tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do Sistema de Controles Internos da Caixa

GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de risco da Caixa está pautado em práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Realizado por meio de estruturas adequadas para o gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos.

Essas estruturas são compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas, alinhados à natureza e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela Caixa.

As políticas aprovadas pelo Conselho de Administração estabelecem os princípios, valores e diretrizes adotadas no gerenciamento destas categorias de risco e definem os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição em níveis considerados aceitáveis.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Os riscos inerentes a novos produtos e serviços são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela Caixa e aos limites de exposição e concentração a riscos.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, perda, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir das informações de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos de carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, perda, provisão e exigência de capital regulatório e econômico

O gerenciamento de capital da Caixa é alinhado ao Plano de Negócios, que considera os objetivos empresariais, cenários macroeconômicos e os riscos a que a Instituição está sujeita, sendo elaborado Plano de Capital para um horizonte mínimo de 3 anos, em cenários de normalidade e estresse.

Em decorrência desse acompanhamento, os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.

O aperfeiçoamento do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, em conformidade aos princípios de Basiléia, foi fundamental para o avanço da gestão corporativa frente aos desafios apresentados pelo novo perfil de atuação da Caixa, de maior diversificação e sofisticação das operações e de aumento das operações de crédito.

Foi implementado o cálculo das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para adequação do modelo padronizado de risco de mercado aos padrões de Basiléia III, em conformidade às normas do Banco Central.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2013, a Caixa investiu R\$ 1,0 bilhão em manutenção, aumento e substituição do parque tecnológico, promovendo melhorias nos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para assegurar o crescimento e dar sustentação aos negócios.

Além disso, foi concluída, a etapa de migração e sincronização das bases de dados dos sistemas sociais do sítio do Rio de Janeiro para o Datacenter Cidade Digital, em Brasília.

R\$ 1,0
BILHÃO
aplicados em
manutenção e melhorias
do parque tecnológico

Avanços importantes também foram implantados no ano de 2013 nas plataformas de atendimento do Internet Banking Caixa que passou a disponibilizar novos produtos e novas funcionalidades, além disso, melhorias foram efetuadas no aplicativo de acesso à conta para smartphones e tablets, como por exemplo a ferramenta: leitor de código de barras, que facilita o pagamento de contas pelo canal.

GESTÃO DE PESSOAS

Em 2013, a Caixa contratou 8,0 mil empregados, elevando o quadro de pessoal para 98,2 mil, além de 17,2 mil estagiários e aprendizes. No mesmo período, foram desligados 2,7 mil empregados, incluindo aposentadorias e rescisões.

A folha de pessoal somou, no ano, R\$ 15,9 bilhões, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R\$ 2,0 bilhões e as remunerações dos empregados somados aos encargos.

A Instituição oferece aos empregados a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, com fundos de pensão, por meio de patrocínio administrado pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, que alcançou mais de 96% do quadro de empregados, até o final do ano.

Além disso, a Caixa busca a excelência em gestão pública, por meio do desenvolvimento de lideranças mobilizadas de pessoas e equipes, incentivando a capacitação e os processos de disseminação do desenvolvimento de habilidades.

No período, foram investidos R\$ 106,4 milhões em treinamento, programas de capacitação e de elevação de escolaridade.

98,2 MIL
empregados

8,0 mil
contratados em
2013

R\$ 106,4
MILHÕES

investidos em
treinamento, capacitação
e elevação de
escolaridade

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com uma política ambiental normatizada, a Caixa atua como indutora de práticas sustentáveis e de responsabilidade socioambiental. Por esse motivo, desde 2010, destina recursos correspondentes a até 2% do lucro para apoiar projetos socioambientais, por meio do Fundo Socioambiental Caixa.

Para mais informações sobre o tema, a Caixa disponibiliza em seu site na internet o Relatório de Sustentabilidade 2012, que apresenta dados com base em indicadores setoriais e de responsabilidade socioambiental.

Aproximadamente

R\$ 225

MILHÕES

investidos em
esporte em 2013

APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A Caixa realiza investimentos contínuos no esporte brasileiro. Mais do que propiciar aos atletas condições essenciais de treinamento para participar de competições e torneios nacionais e internacionais, o patrocínio da Caixa valoriza a inclusão social, a educação e a descoberta de novos talentos.

Em consonância com o Plano Brasil Medalhas do Governo Federal, lançado em setembro de 2012, como patrocinadora oficial das Confederações Brasileiras de Atletismo, de Ginástica e de Lutas Associadas, a Caixa assinou contratos de patrocínio com essas Confederações para o quadriênio 2013-2016, destinando cerca de R\$ 30 milhões em 2013 para o desenvolvimento destes esportes e de seus atletas.

No mesmo ano, foi assinado contrato de patrocínio para o Ciclo Olímpico 2013-2016, com a Confederação Brasileira de Ciclismo investindo cerca de R\$ 17,0 milhões no quadriênio.

R\$ 80,0
MILHÕES
investidos em
cultura em 2013

Para o Comitê Paraolímpico Brasileiro foram destinados cerca de R\$ 28,0 milhões em 2013, como parte de um contrato de R\$120 milhões para o período de 2013-2016.

Foram investidos, também, cerca de R\$ 48,0 milhões em corridas de rua e projetos sociais com foco em atletismo. A modalidade futebol foi consolidada entre os esportes patrocinados, como parte da estratégia de atuação da Caixa. Nesse sentido, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões em 2013, destacando-se a inclusão do patrocínio ao primeiro Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino.

Além disso, foram investidos ao longo de 2013 mais de R\$ 80 milhões em patrocínios culturais.

Metade desse montante foi destinado ao patrocínio via seleção pública de projetos nos diversos segmentos artísticos para ocupação dos espaços da Caixa Cultural em Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo e para projetos de recuperação e manutenção do patrimônio cultural, em festivais de teatro e dança e para o apoio a comunidades artesãs.

Com esse conjunto de ações, somado à realização de projetos em parceria com o Governo Federal e entidades culturais, a Caixa se destaca como uma das instituições que mais apoia a cultura no país.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Caixa foi novamente premiada pelo Guia Exame de Investimentos Pessoais em 2013. O guia da revista Exame que traz um panorama da indústria de fundos e premia os gestores e os fundos de investimento que mais se destacaram no mercado.

Foram 51 fundos da empresa premiados, sendo que destes, 8 foram indicados nas categorias 5 e 4 estrelas, as maiores premiações concedidas pela publicação.

A excelência da Gestão de Fundos da Caixa também foi reconhecida com o segundo lugar na categoria Melhor Gestor de Fundos de Varejo em fundos com aplicação de até R\$ 50 mil.

A Caixa também recebeu dois prêmios na 26ª edição do Prêmio Marketing Best e se consagrou como uma das empresas com maior número de campanhas premiadas no evento.

As campanhas de marketing de loterias da Caixa, “Mega da Virada 2012” e “Lotofácil da Independência 2013” receberam o reconhecimento dos grandes mestres das estratégias e táticas de marketing do mercado.

Além disso, a Instituição foi reconhecida como Banco de Varejo e instituição Financeira que mais respeitou o consumidor em 2013, em premiação promovida pela Revista Consumidor Moderno.

AGRADECIMENTOS

Os resultados alcançados no período refletem o trabalho comprometido e incansável de todos os nossos empregados e colaboradores, aos quais agradecemos o empenho.

Agradecemos também aos nossos clientes e parceiros pela confiança e fidelidade, que nos impulsionam na constante busca pelo aprimoramento, essencial ao desenvolvimento da Caixa e do Brasil.

CAIXA

A vida pede mais que um banco

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEGUNDO SEMESTRE DE 2013**

O Comitê de Auditoria da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL desenvolveu suas atividades de forma independente, fundado essencialmente nas disposições da Resolução CMN nº 3.198, de 27.05.2004, e orientado pelo Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho de Administração.

Ao longo do segundo semestre de 2013, o Comitê:

- i) manteve regulares encontros com diversas áreas da empresa, participou de reuniões com os Conselhos Diretor e Fiscal e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração, ocasiões em que expôs seu posicionamento sobre diversos aspectos inerentes ao exercício de suas funções e formulou sugestões de aperfeiçoamentos;
- ii) cuidou, igualmente, de discutir relatórios, planos e ações das auditorias e das áreas responsáveis pela contabilidade, controle interno e gerenciamento de riscos, avaliando informações e diagnósticos e debatendo oportunidades de aprimoramentos como resposta imprescindível ao notável crescimento, em magnitude e complexidade, da CAIXA;
- iii) acompanhou recomendações emanadas dos diversos órgãos externos de fiscalização e das várias instâncias de controle, atualizando-se quanto ao estágio das ações desenvolvidas com vistas ao seu tempestivo cumprimento;
- iv) atentou para os reflexos do novo modelo de gestão – em implementação – na dinâmica da atuação da Empresa, especialmente quanto aos aspectos relacionados a controles internos, gestão de riscos e auditoria.

As informações colhidas em diversas dessas oportunidades, em particular aquelas produzidas pelas áreas responsáveis pelo controle interno e gerenciamento de riscos, ouvidoria e pelas auditorias independente e interna, e as recomendações/determinações oriundas dos órgãos externos de fiscalização constituíram, a par de suas próprias

observações e análises, a base da formação da opinião do Comitê, a seguir resumidamente estampada.

Assim, ante os elementos até aqui conhecidos e ponderadas devidamente as responsabilidades e limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê conclui que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, observada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao novo modelo de gestão, ao atual porte e a maior complexidade operacional da Empresa;
- ii) a atuação da auditoria interna mostrou-se efetiva, não elidindo a necessidade de permanentes ações que se harmonizem ao novo patamar alcançado pela Instituição;
- iii) a atuação da auditoria externa ostentou nível satisfatório, não tendo sido identificadas situações que pudessem comprometer a sua independência; e
- iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, indicam terem sido elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos nucleares, a situação patrimonial e financeira da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em 31.12.2013.

Brasília (DF), 12 de março de 2014.

Jose Carlos Monteiro Medeiros
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Arnaldo José Vollet
Membro



Relatório de Gestão – Exercício 2013

Anexo VII

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis



**Building a better
working world**

Condomínio São Luiz
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (5511) 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”), identificadas como Individual e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





**Building a better
working world**

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Caixa Econômica Federal – CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b), que descreve que em 31 de dezembro de 2013 a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 20.798 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 7.140 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.188 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 15.404 milhões, em 31 de dezembro de 2013, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20 às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2013, a CAIXA (individual e consolidado) possui R\$ 22.636 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 2.470 milhões. O valor líquido de R\$ 20.166 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar, da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.



**Building a better
working world**

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A., possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.811 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota 3(u), foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de março de 2014, sem modificações, contendo ênfases sobre os créditos com FCVS e créditos tributários.

São Paulo, 14 de março de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-DF

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8



Relatório de Gestão – Exercício 2013

CAIXA – DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS